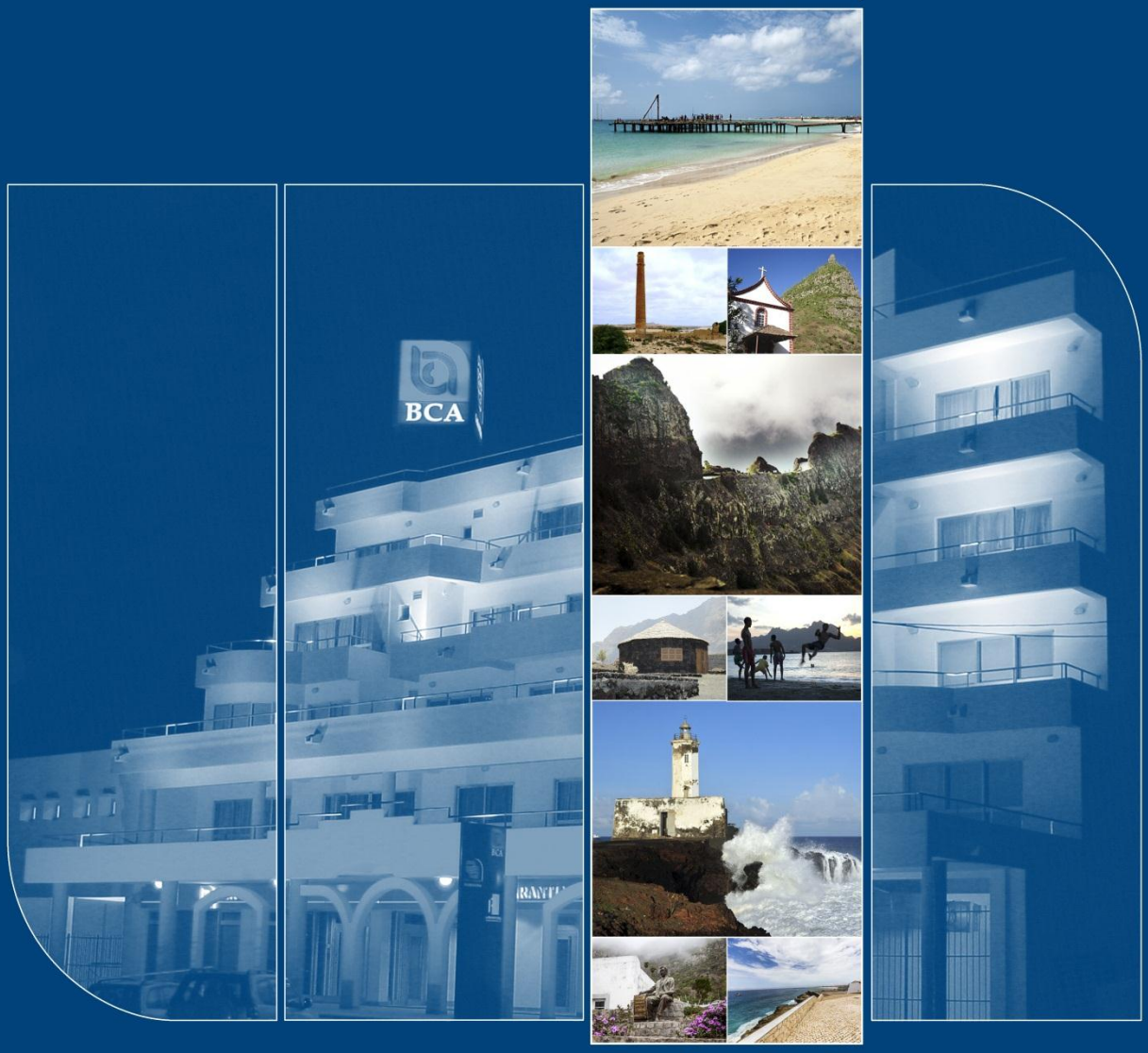
# Relatório e Contas |




2013

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

www.bca.cv

## ÍNDICE


1 - ORGÃOS SOCIAIS 02

2 – CAPITAL SOCIAL 03

3 – PRINCIPAIS INDICADORES 04

4 – MENSAGEM DO PRESIDENTE 05

5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL 09

5.1. – INTERNACIONAL 09
5.2. – NACIONAL 10

6 – VISÃO ESTRATÉGICA 2012 15

7 - ACTIVIDADE COMERCIAL 17

7.1 – RECURSOS 17
7.2 – CRÉDITO 18

8 - OUTRAS ACTIVIDADES 22

8.1 – RECURSOS HUMANOS 22
8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL 24
8.3 – GESTÃO DE RISCOS 28
8.4 – COMPLIANCE 30
8.5 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO 31
8.6 – SUPORTE INFORMÁTICO 31
8.7 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS 32
8.8 – MEIOS E CANAIS 33
8.9 – SUPORTE OPERACIONAL 35
8.10 – INVESTIMENTOS 36

9 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA 37

9.1 – EVOLUÇÃO DO BALANÇO 37
9.2 – CONTAS DE RESULTADOS 42
9.3 – ANÁLISE DE RÁCIOS 44
9.4 – RÁCIOS PRUDENCIAIS 45

10 – APLICAÇÃO DE RESULTADOS 46

11 – LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES A 31/12/2013 47

12 – DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL A 31/12/2013 48

13 – ANEXOS 50

## 1 – ÓRGÃOS SOCIAIS

A Assembleia-Geral do Banco Comercial do Atlântico (BCA), realizada a 04 de Setembro de 2012, elegeu, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, os membros dos Órgãos Sociais cuja composição veio a ser alterada a 04 de Junho de 2013, ficando os órgãos sociais assim constituídos:

### Assembleia-Geral

| | |
|---|---|
| Presidente**:** | Dr. Amaro Alexandre da Luz (em representação do Estado de Cabo Verde) |
| Vice-Presidente: | Dr. David Hopffer Almada |
| Secretário: | Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro |

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é nomeado pela Assembleia-Geral e é constituído por um Presidente e quatro Administradores, dois dos quais sem funções executivas:

| | |
|---|---|
| Presidente | Dr. António Joaquim de Sousa (em representação da Caixa Geral de Depósitos até 4 de Junho de 2013) |
| Presidente | Prof. Dr. António José de Castro Guerra (em representação da Caixa Geral de Depósitos, a partir de 4 de Junho de 2013) |
| Administrador | Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda |
| Administrador | Dra. Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente |
| Administrador | Dra. Ana Isabel Pais Vinagre Tomázio |
| Administrador | Dr. Avelino Bonifácio Fernandes Lopes |

### Fiscal Único

| | |
|---|---|
| Efectivo: | Deloitte & Associados, SROC S.A., representado por João Carlos Henriques Gomes Ferreira |
| Suplente: | Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro |

A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração e composta por três elementos:

Dr. António Joaquim de Sousa – Presidente (em funções até 4 de Junho de 2013)
Prof. Dr. António José de Castro Guerra – Presidente (em funções a partir de 4 de Junho de 2013)
Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda
Dra. Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente

## 2 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA ascende a 1.324.765.000$00 (mil trezentos e vinte e quatro milhões setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e em 31 Dezembro 2013 era detido pelos accionistas constantes do quadro seguinte, em que se pode constatar que as participações do Agrupamento Caixa Geral de Depósitos, SA/Banco InterAtlântico, SA da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo-Verde, SA e do Estado de Cabo-Verde eram qualificadas:

**Capital Social a 31/12/2013**

| Accionista | Valor | Percentagem |
|---|---|---|
| CGD/INTERATLÂNTICO | 697.446.000 | 52,65% |
| GARANTIA | 165.826.000 | 12,52% |
| ESTADO | 132.476.000 | 10,00% |
| ASA - AEROPORTO E SEGURANÇA AÉREA, SA | 28.780.000 | 2,17% |
| TRABALHADORES | 31.875.000 | 2,41% |
| OUTROS ACCIONISTAS | 268.362.000 | 20,26% |
| **TOTAL** | **1.324.765.000** | **100,00%** |

## 3 – PRINCIPAIS INDICADORES

### Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados

| Variáveis | Unidade | 2012 | 2013 | Variação |
|---|---|---|---|---|
| **BALANÇO** | | | | |
| Activo Total | Mil contos | 69.942 | 70.327 | 0,6% |
| Crédito Total Líquido | Mil contos | 40.438 | 39.168 | -3,1% |
| Passivo Total | Mil contos | 66.201 | 65.837 | -0,6% |
| Recursos De Clientes | Mil contos | 58.176 | 58.968 | 1,4% |
| Situação Liquida | Mil contos | 3.741 | 4.490 | 20,0% |
| **CONTA DE EXPLORAÇÃO** | Mil contos | | | |
| Margem Financeira | Mil contos | 2.139 | 1.913 | -10,6% |
| +Margem Complementar | Mil contos | 745 | 719 | -3,5% |
| =Produto Bancário | Mil contos | 2.884 | 2.632 | -8,8% |
| -Custos Administrativos | Mil contos | 2.146 | 2.113 | -1,5% |
| =Cash-Flow de Exploração | Mil contos | 738 | 518 | -29,8% |
| + Resultados de Filiais Excluidas Cons. Assoc. | Mil contos | 30 | 40 | 31,4% |
| -Amortizações do Exercício | Mil contos | 203 | 192 | -5,5% |
| -Imparidade/Provisões Líquidas do Exercício | Mil contos | 118 | 69 | -41,7% |
| -Impostos s/Lucros | Mil contos | 108 | 78 | -27,8% |
| =Resultados Líquidos do Exercício | Mil contos | 339 | 220 | -35,3% |
| **RÁCIOS** | | | | |
| Crédito Vencido/Crédito Clientes | % | 12,0% | 14,8% | |
| Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito a Clientes | % | 10,5% | 13,9% | |
| Imparidade Crédito/Crédito Vencido | % | 62,9% | 64,1% | |
| Imparidade Crédito e Obrigações/Crédito Vencido | % | 64,3% | 67,1% | |
| Crédito Clientes/Depósitos Clientes | % | 71,0% | 68,2% | |
| Resultado Líquido/Capitais Próprios (ROE) | % | 9,1% | 5,1% | |
| Resultado Líquido/Activo (ROA) | % | 0,5% | 0,3% | |
| Rácio Solvabilidade | % | 11,78% | 13,27% | |
| **FUNCIONAMENTO** | | | | |
| (Cost-to-Income) com Fundo Pensões | % | 81,5% | 87,6% | |
| (Cost-to-Income) sem Fundo Pensões | % | 67,4% | 72,8% | |
| Activo Total /Total Empregado no Activo | Mil contos | 162 | 162 | -0,4% |
| Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Activo | Mil contos | 221 | 223 | 0,5% |
| Crédito e Depósito Total/ Nº de Balções | Mil contos | 2.982 | 2.934 | -1,6% |
| Número Empregados Activos Totais | Unidade | 431 | 435 | 0,9% |
| Número Empregados Activos do Quadro | Unidade | 397 | 388 | -2,3% |
| Número de Balcões | Unidade | 33 | 33 | 0,0% |

## 4 – MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Accionistas,

À semelhança do que aconteceu em 2012, no ano de 2013 a actividade do BCA continuou a desenrolar-se num contexto particularmente adverso: de uma taxa de crescimento do crédito em todo o Sistema Financeiro Nacional de 9% em 2011, este apenas cresceu 0,3% em 2012 e, estima-se que no ano de 2013, possa crescer apenas 0,2%.

A evolução do mercado do crédito em Cabo Verde reflecte as condições adversas da envolvente internacional do país e, consequente e cumulativamente, as condições da envolvente nacional e seus reflexos nas expectativa de todos os agentes económicos.

Com efeito, o PIB mundial, de um crescimento de 5,2% em 2010, apresenta, desde então, uma tendência de crescimento decrescente, fixando-se em 3% em 2013. Neste período, os países das economias mais prósperas cresceram bastante abaixo da média do crescimento mundial e, mesmo as economias emergentes e em desenvolvimento, incluso o conjunto das economias subsarianas, desde 2010 que desaceleraram os seus ritmos de crescimento.

Em particular a Zona Euro, nos dois últimos anos, enfrentou uma conjuntura recessiva ditada pelos programas de correcção dos níveis das dívidas soberanas em muito países, que impactaram muito negativamente no funcionamento do seu Sistema Financeiro, nas condições de financiamento das Empresas, das Famílias, de um elevado número de Estados Membros e nos respectivos níveis de emprego. Nesta conjuntura, as performances das economias portuguesa e espanhola – com as quais a economia cabo-verdiana está particularmente integrada – traduziram-se em crescimentos negativos, respectivamente por três e dois anos consecutivos e, consequentemente, em níveis de desemprego muito elevados.

A economia americana, depois de enfrentar um crescimento negativo em 2009, em linha, aliás, com a recessão enfrentada, neste ano, por todas as economias avançadas, depois daquele ano cresceu entre 1,8% e 2,5%.

Com os seus principais parceiros económicos em recessão ou com ritmos de crescimento mais reduzidos, a economia de Cabo Verde foi particularmente penalizada em termos económicos e nas suas condições de financiamento – quebra substancial no IDE, ligeira redução das remessas dos emigrantes, redução das transferências unilaterais, crédito internacional em condições menos favoráveis, apesar da política orçamental anti-cíclica do governo.

Uma política orçamental anti-cíclica, expressa numa ambiciosa política de investimento públicos para reduzir o défice de infra-estruturas do país, há muito reclamadas pelas exigências de uma maior integração do mercado interno e de uma melhor inserção da economia nacional na economia global, bem como pelas aspirações do país quanto à satisfação de duas necessidades historicamente sentidas como essenciais: a melhoria da segurança do abastecimento do sistema eléctrico e a redução da escassez de água, necessárias à qualificação da provisão de energia e de água, às populações e à economia.

Com efeito, a política orçamental anti-cíclica do governo não compensou os efeitos negativos da envolvente internacional, o que impactou negativamente, por um lado, no crescimento de PIB, em particular no investimento privado e no consumo das Famílias e, por outro, nas receitas fiscais e outras e, consequentemente, nos níveis da dívida pública. Apesar disso, segundo as previsões do Banco de Cabo Verde, o PIB deverá crescer entre 2% e 3% em 2013.

A política monetária, prioritariamente orientada para a manutenção das condições de estabilidade da paridade do Escudo cabo-verdiano em relação ao Euro, no final de 2011 e durante parte do ano de 2012 foi pro-cíclica ao reduzir a liquidez do Sistema Financeiro, uma situação que conduziu os Bancos à adopção de medidas de protecção da sua base de depósitos e se traduziu numa subida significativa das taxas de juros passivas nos prazos de maior maturidade.

Em 2012, os recursos dos clientes cresceram 3% e, em 2013, 1,4%. Contudo, face à contracção da actividade económica mas, sobretudo, à quebra das expectativas dos agentes económicos – já com níveis de alavancagem significativos–, a procura de crédito diminuiu, o que, se por um lado aliviou as restrições de liquidez dos Bancos a partir do segundo semestre de 2012 e durante todo o ano de 2013, por outro, teve efeitos negativos na margem financeira, também agravada pela evolução dos níveis de incumprimento da carteira de crédito.

A partir do 2º semestre de 2012 e durante todo o ano de 2013, a procura da liquidez disponível nos Bancos, não se fez sentir ao nível e na qualidade desejada e as alternativas de aplicação, nomeadamente, os títulos do Banco Central e do Tesouro, com taxas decrescentes de fecho das sucessivas emissões, também contribuíram para a contracção da margem financeira.

As medidas de política monetária – redução das taxas directoras –, tomadas já no 1º trimestre de 2014 para incentivar os Bancos a conceder mais crédito à economia, ainda não produziram o efeito desejado. Com efeito, o ainda elevado nível médio do custo do financiamento, mas, sobretudo, a quebra de confiança dos agentes económicos, inibiram a eficiência dos mecanismos de transmissão da política monetária, que se queria expansionista.

A contracção da procura de crédito, num contexto de excesso de liquidez, aumentou o poder negocial dos melhores clientes e conduziu à sua disputa por todos os concorrentes do mercado, reduzindo a diferença entre taxas de juro activas e passivas. Em consequência, no BCA, a margem financeira caiu de 226,3 mil contos, ou seja, menos 10,6% em relação ao ano de 2012, fixando-se em 1,9 milhões de contos.

A margem complementar, outra componente dos proveitos do Banco, também caiu, mas a sua queda ficou muito aquém (-3,5%) da margem financeira. Do efeito combinado destas duas margens resultou um nível de produto bancário 8,8% abaixo do de 2012, fixando-se em 2,63 milhões de contos.

A percepção do Conselho de Administração relativamente à evolução do mercado conduziu a uma maior focagem em dois dos quatro objectivos estratégicos fixados para 2013: controle de custos e melhoria/não deterioração dos rácios de eficiência; melhoria do controle interno e do risco operacional.

Com uma maior focagem nestes dois objectivos, mas sem descorar os outros dois – maior controlo da qualidade da carteira de crédito, qualificação e mais participação dos quadros directivos nas decisões estratégicas do Banco – o ano de 2013 saldou-se por dois resultados que queremos assinalar:

- Apesar do significativo reforço dos custos com imparidades, os resultados líquidos foram positivos, mas com uma queda de 35,3% em relação a 2013, fixando-se em cerca de 220 mil contos;
- Reforço dos recursos próprios do Banco, com melhoria significativa da situação líquida e da solvabilidade. Com efeito, o rácio de solvabilidade passou de 11,78% para 13,27%, uma evolução necessária para o BCA continuar a enfrentar uma conjuntura adversa, cuja evolução não controlamos, por depender criticamente de factores da envolvente internacional e nacional em que operamos.

Após dois anos de uma conjuntura adversa, estes resultados só foram possíveis devido ao profissionalismo e à dedicação dos quadros directivos do Banco e das suas equipas, pelo que lhes é devido, nesta sede, o merecido reconhecimento e agradecimento.

Nesta oportunidade, em nome do Conselho de Administração do BCA, também manifestamos o nosso agradecimento e apreço a todos os Accionistas, à Mesa da Assembleia Geral, ao Fiscal Único, ao Banco de Cabo Verde, à Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, à Bolsa de Valores, e ao Auditor Externo, por toda a colaboração e competência prestada no acompanhamento da gestão corrente do Banco.

Aos Clientes, que são a nossa razão de ser, agradecemos o privilégio da sua confiança e reiteramos todo o nosso empenhamento na satisfação das suas expectativas na relação com o BCA, através do reforço da nossa proximidade e da disponibilização de produtos e serviços compatíveis com os seus interesses e necessidades, reforçando laços de fidelização, na base da confiança, respeitos e interesses recíprocos.

As projecções do FMI para o ano em curso e para o ano de 2015 apontam para taxas de crescimento mais robustas do PIB mundial e para uma saída sustentada da Zona Euro da situação de recessão em que viveu nos dois últimos anos. Prevê-se que a economia portuguesa evolua nestes dois anos em linha com aquelas projecções: 1,2% em 2014 e 1,5% em 2015. No mesmo horizonte, as projecções do Banco de Portugal para a economia portuguesa espelham as previsões do FMI e projectam um crescimento de 1,7% para 2016. Em Espanha, ainda segundo aquelas projecções, a economia crescerá cerca de 1%, tanto no ano corrente como no próximo ano.

Também a economia dos EUA crescerá acima da média dos últimos dois anos, o mesmo acontecendo às economias emergentes e em desenvolvimento.

Com os bons ventos que se antecipam, será mais fácil à economia de Cabo Verde tirar partido dos investimentos públicos feitos nos últimos anos, na medida em que potenciam, em conjunto, melhores e maiores oportunidades de investimento à iniciativa privada do país.

O BCA e o seu Conselho de Administração, juntamente com os seus quadros, reiteram o compromisso com a promoção do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde, através da remuneração justa dos depósitos e da aplicação criteriosa dos mesmos junto da Comunidade Empresarial e das Famílias, para o que contam com a confiança dos seus Clientes e dos seus Accionistas. É esta a razão por que o BCA continua a ser o líder do mercado bancário em Cabo Verde e o Banco de Confiança dos cabo-verdianos.

## 5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

### 5.1 – INTERNACIONAL

Em 2013 a actividade económica sofreu uma desaceleração a nível global, com o abrandamento do ritmo de crescimento da economia dos mercados emergentes, não só devido à redução da procura por parte das economias avançadas, mas também à persistência de fragilidades internas de carácter estrutural que condicionam a capacidade produtiva desses mercados.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores macroeconómicos.

**Evolução dos Indicadores**

| | PIB | | Inflação | | Desemprego | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2013p | 2012 | 2013p | 2012 | 2013p |
| **EUA** | 2,8% | 1,9% | 2,1% | 1,4% | 8,1% | 7,6% |
| **Zona Euro** | -0,6% | -0,4% | 2,5% | 1,5% | 11,4% | 12,3% |
| Portugal | -3,2% | -1,4% | 2,8% | 0,4% | 15,7% | 17,4% |
| Alemanha | 0,9% | 0,5% | 2,1% | 1,6% | 5,5% | 5,6% |
| **Japão** | 2,0% | 2,0% | 0,0% | 0,0% | 4,4% | 4,2% |
| **Economia Emergente** | 4,9% | 4,5% | 6,1% | 6,2% | n.d. | |
| **Brasil** | 0,9% | 2,5% | 5,4% | 6,3% | 5,5% | 5,8% |
| **Russia** | 3,4% | 1,5% | 5,1% | 6,7% | 6,0% | 5,7% |
| **Ásia Emergente** | 5,8% | 5,9% | 4,4% | 4,5% | n.d. | |
| **India** | 3,2% | 3,8% | 10,4% | 10,9% | n.d. | |
| **China** | 7,7% | 7,6% | 2,6% | 2,7% | 4,1% | 4,1% |
| **África Sub-sahariana** | 4,9% | 5,0% | 9,0% | 6,9% | n.d. | |
| **Economia Global** | 3,1% | 3,0% | 4,0% | 3,8% | n.d. | |

***Fontes: FMI, BdP, Proj Out13***

A **economia Americana** foi condicionada, em 2013, por restrições orçamentais, em resultado, por um lado, da política orçamental em curso e, por outro, de algum diferendo político respeitante ao limite de endividamento do Governo Federal. Não obstante a moderação do crescimento da actividade económica ao longo de 2013, as condições no mercado de trabalho tendem a melhorar, com a taxa de desemprego a reduzir-se gradualmente para 7,6%.

Na **Zona Euro**, após um período de recessão, as estatísticas oficiais apontam para uma redução do ritmo de decrescimento da actividade económica. Porém, os progressos registados na melhoria da competitividade e no aumento das exportações não são ainda suficientemente fortes para compensar a deprimida procura interna. Com efeito, as projecções do FMI apontam para um PIB de -0,4% em 2013 (-0,6% em 2012).

A **economia portuguesa** continuou muito dependente das restrições orçamentais e de financiamentos. No entanto, de acordo com o Banco de Portugal, a actividade económica em 2013 foi caracterizada por uma

recuperação da procura interna a partir do segundo trimestre, em particular do consumo privado e do investimento, aliado a um crescimento notório das exportações. O emprego também registou uma melhoria apresentando uma queda, em termos médios anuais, de 2,8% em 2013. As projecções do Banco de Portugal para um PIB de -1,4% para 2013 confirmam as perspectivas de uma recuperação gradual da economia portuguesa nos finais de 2013.

A actividade económica no **Japão** continua a apresentar sinais de crescimento anémico, reflectindo o adiamento de reformas estruturais necessárias para revigorar o seu potencial de crescimento. De acordo com as previsões de Outubro do FMI, em 2013, o PIB deve crescer 2%, um crescimento igual ao de 2012.

Relativamente à **China**, realça-se que no primeiro semestre de 2013 o ritmo de crescimento desacelerou. As previsões do FMI apontam para um crescimento económico de 7,6%, menos 0,1 p.p que em 2012.

O desempenho económico dos países que compõem a região da **África Sub-Sahariana**, não obstante as difíceis condições externas, continua a ser significativo. Em 2012, a região cresceu acima da média mundial e ao mesmo ritmo que os países Emergentes. Na actualização das perspectivas económicas mundiais, o Fundo Monetário considera que a economia da África Sub-Sahariana deverá crescer 5% em 2013. A expansão da actividade económica continuará a ser impulsionada por alguns sectores de actividade, cujo peso e influência variam em função das características dos diferentes países. Projectos relacionados com "commodities" são esperados para apoiar um crescimento mais elevado.

## 5.2 – NACIONAL

### 5.2.1 – Dados Gerais

Os desenvolvimentos económicos e financeiros do país continuam condicionados pelo contexto internacional persistentemente desfavorável. Os indicadores de conjuntura sugerem um contínuo abrandamento da dinâmica económica ao longo dos primeiros nove meses de 2013, influenciado pela evolução pouco favorável do mercado de crédito. Segundo o Banco de Cabo Verde e de acordo com as ultimas projecções, a taxa de crescimento do PIB em 2013 deverá fixar-se no intervalo de 2% a 3%. Dissipados os efeitos das medidas fiscais implementadas no início do ano, a inflação média anual apresentou um perfil descendente, fixando-se em 1,5%, em Dezembro de 2013.

Segue-se a evolução dos indicadores da economia nacional:

## Indicadores Macroeconómicos Nacionais

| Indicadores | Unidades | Previsão | |
|---|---|---|---|
| | | 2012 | 2013 |
| PIB Real | % | [2 a 3] | [2 a 3] |
| Rácio Dívida Pública | % do PIB | 85,9 | 92,2 |
| Câmbio Médio Anual | USD/CVE | 85,8 | 83,1 |
| Inflação | Var. média Anual | 2,5% | 1,5% |
| Desemprego | % | 16,8 | n.d. |
| Investimento Directo Estrangeiro | Mil Contos | 4.841 | 1.949 |
| Massa Monetária | Variação Anual % | 6,30 | 4,80 |
| Comércio externo (Bens e serviços) | | | |
| Importação | Mil Contos | 99.901 | 85.401 |
| Exportação | Mil Contos | 66.995 | 69.063 |
| Reservas Cambiais | Meses de Importações | 3,9 | 4,3 |
| Remessas de Emigrantes | Mil Contos | 14.380 | 13.526 |
| Crédito à Economia | Variação | 0,3% | -0,8% |

***Fonte: OE 2013, BCV e INE***

Relativamente ao Comércio Externo, e ainda de acordo com os dados de Novembro, o défice da balança de bens e serviços continuou a apresentar um perfil descendente, tendo reduzido cerca de 25%. O comportamento menos desfavorável da balança comercial resultou de um aumento expressivo (85%) das exportações de mercadorias (sobretudo de peixe congelado) da contínua redução das importações de mercadorias (principalmente de bens de capital) e do aumento na ordem dos 8% das receitas de turismo verificadas até Novembro.

As transferências unilaterais, por sua vez, mantiveram um comportamento desfavorável nos últimos meses, que se traduz numa redução dos donativos em cerca de 27% e as remessas dos emigrantes em 2,1%, até Novembro de 2013.

De acordo com as projecções do Banco de Cabo Verde, as reservas aumentaram 4,5 milhões de Euros, e passaram a garantir 4,3 meses de importação de bens e serviços no ano de 2013.

Do ponto de vista orçamental, verificou-se uma melhoria em Setembro, função da redução das despesas de investimento. O défice orçamental atingiu 4% do PIB, reduzindo-se 2,7 p.p relativamente ao período homólogo. A redução das despesas de investimento e o aumento dos donativos ao Governo Central, respectivamente em 31,8% e 90,5%, explicam o comportamento mais favorável das contas públicas nos primeiros nove meses do ano.

O agregado monetário M2 registou um crescimento homólogo de 10% em Novembro, explicado pela acumulação das reservas internacionais líquidas, pelo aumento significativo das disponibilidades dos bancos comerciais sobre o exterior e pelo crescimento do crédito líquido ao Sector Público Administrativo em 33,5%.

O crédito à economia permanece estagnado (0,2% em Novembro). Entretanto, as projecções do Banco de Cabo Verde é para um decréscimo, em 2013, de -0,8%, enquanto os depósitos de clientes, principal fonte de financiamento dos bancos, mantiveram um ritmo acelerado de crescimento (12% até Setembro de 2013), não obstante o abrandamento das remessas dos emigrantes.

Relativamente ao risco país, em Abril 2013, a Agência de notação de risco Fitch Ratings reviu em baixa de "estável" para "negativo" o *outlook* de possível redução do *rating* da dívida de longo prazo em moeda estrangeira, B+, tendo acabado por efectuar a redução da notação de risco de longo prazo, quer em moeda estrangeira, quer nacional, para B, em Abril 2014. Igualmente, a Agência Standard and Poor's (S&P), depois de rever em baixa o *outlook* do *rating* da dívida de longo prazo, B+, em Junho de 2013, anunciou a redução do *rating* da dívida para B, em Dezembro de 2013. Em ambos os casos, foram mencionados a tendência de crescimento do deficit público e externo e a desaceleração da economia como elementos condicionadores da capacidade de Cabo Verde acomodar eventuais choques externos.

Apesar de uma conjuntura macroeconómica menos favorável, Cabo Verde tem merecido o apreço das principais instituições internacionais. Assim, o indicador de facilidade em fazer negócios do WorldBank, *DoingBusiness 2014* (DB 2014), coloca o país no *ranking* 121 entre 189 economias analisadas, a 2ª melhor classificada na África Central e Ocidental. No Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, Cabo Verde surge no primeiro plano entre os países posicionados na classe "desenvolvimento humano médio". De relembrar que em 2012 Cabo Verde era o sexto país melhor classificado da África Sub-sahariana. No Índice Ibrahim de Governação Africana, Cabo Verde classificou-se em 3º lugar entre os 52 países africanos analisados, sendo ultrapassado apenas pelas Maurícias e pelo Botswana.

### 5.2.2 – Sistema Financeiro

O Banco de Cabo Verde submeteu à Consulta Pública os anteprojectos de Lei de Bases do Sistema Financeiro e de Lei das Actividades e das Instituições Financeiras, que visam modernizar o quadro da regulação e da supervisão financeira, adequando-o aos princípios e práticas internacionais relevantes e aos desafios actuais e prospectivos que se colocam à actividade financeira no país.

Com o intuito de estimular o financiamento de projectos privados viáveis e, consequentemente, a actividade económica, o Banco de Cabo Verde adoptou uma abordagem moderadamente acomodatícia. A partir de Maio do corrente ano reorientou os leilões dos títulos próprios, em função das taxas propostas pelos bancos. Em Setembro baixou a taxa de remuneração das facilidades permanentes de depósito, de 3,25% para 1%.

A 28 de Maio de 2013, a Direcção Geral do Tesouro implementou uma Plataforma Financeira que permite o acesso directo aos títulos de tesouro com o objectivo de dinamizar as poupanças dos investidores, das empresas e das famílias e reduzir o custo de financiamento do Estado.

Em 2013 foram publicados vários avisos e legislações dos quais, em síntese, se destacam:

- A colectânea de legislação do sector de seguros, editada a 10 de Janeiro pelo Banco de Cabo Verde, com o objectivo de facilitar a consulta às leis reguladoras da actividade financeira.
- A Lei nº 27/VIII/2013, de 21 de Janeiro, que estabelece as Medidas de Natureza Preventiva e Repressiva Contra o Terrorismo e o seu Financiamento e procede à alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto - Legislativo nº 4/2003, de 18 de Novembro.
- Os Regulamentos da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) nº 1/2012 (Supervisão Prudencial) e nº 2/2012 (Acesso Público aos Registos) que estabelecem as Regras e os Princípios Gerais da Supervisão Prudencial e os termos do acesso público aos registos efectuados pela AGMVM.
- O Regulamento da AGMVM nº 3/2012 (Normalização de Informação Financeira) que define as Regras sobre o conteúdo, a Organização e a Apresentação da Informação Económica Financeira e Estatística utilizada em documento de prestação de contas, bem como as respectivas Regras de Auditoria.
- A Resolução nº 9/2013, de 4 de Fevereiro, que autoriza o membro do Governo responsável pela área das finanças e do planeamento a promover a criação de um Fundo de Investimento Imobiliário fechado, de subscrição particular, designado por "Fundo", participado pelo Estado e por outros parceiros estratégicos, destinado prioritariamente à gestão dos imóveis declarados perdidos a favor do Estado em processos-crime.
- A Portaria nº 14/2013, de 22 Fevereiro 2013, que adita o artigo 1º da Portaria nº19/2005, de 14 de Março, o qual determina o montante mínimo do Capital Social das Instituições de Crédito e Parabancárias).
- O Aviso do Banco de Cabo Verde nº 01/2013, de 12 de Abril, que revoga o Aviso do BCV nº 5/94 de 7 de Maio de 1994 e o nº 02/99 de 3 Maio 1999, e estabelece as regras que as Instituições de Créditos e Parabancárias devem observar na divulgação do Preçário e define os deveres de informação e assistência aos clientes sobre os serviços bancários gratuitos.
- O Aviso nº 2/2013 de 18 de Abril do Banco de Cabo Verde que estabelece os princípios e as disposições fundamentais por que se rege a implementação do sistema de gestão do risco de crédito.
- A Rectificação nº 50/2013 de 03 de Maioao Aviso nº1/2013, que estabelece as regras que as "Instituições" devem observar na divulgação do Preçário.
- A Portaria nº 28/2013, de 15 de Maio de 2013, que autoriza a Constituição de uma Instituição Especial de Crédito, com a natureza de Sociedade de Garantia Mútua, com a denominação social de CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. com o Capital Social de 100.000.000,00 (Cem Milhões de Escudos) para praticar, nos termos requeridos, as operações permitidas pelas leis aplicáveis.
- A Portaria nº 30/2013 de 27 de Maio, que estabelece a centralização dos Títulos da Dívida Pública do Estado de Cabo Verde, Bilhetes e Obrigações de Tesouro no Sistema Centralizado de Valores Mobiliários, gerido pela Bolsa de Valores de Cabo Verde.

- O Aviso nº 3/2013 de 4 de Julho, que estabelece o regime aplicável à informação que, em matéria de taxas de juro e outros custos de operações de crédito, deverá ser prestada aos seus clientes pelas instituições de crédito e parabancárias.

### 5.2.3 – BCA no Sistema

O sector financeiro cabo-verdiano está cada vez mais competitivo e concorrencial, com oito bancos comerciais e sete bancos off-shores a operarem no mercado em 2013.

O BCA mantém a sua posição de liderança no sector bancário cabo-verdiano, mantendo-se como banco de referência e de confiança dos cabo-verdianos, com a quota de mercado, tanto em termos de Créditos como de Recursos de Clientes, de 40,3% e 43,6%, respectivamente, até Setembro de 2013. Em termos de cobertura nacional manteve a sua rede de 33 balcões, com realce para a existência de quatro Gabinetes Empresas.

Em 2013, o BCA continuou a forte aposta nos **meios de pagamentos electrónicos**, tendo emitido 37.121 cartões Vinti4 em 2013, o que significou um aumento de 3.705 (11%) em relação ao ano de 2012. A produção de cartões Vinti4 do BCA representou 47% de toda a produção da rede, que registou um aumento de 2.212 unidades, 3% em relação ao ano anterior.

Em relação aos cartões activos em circulação, a 31 de Dezembro de 2013, o BCA contava com 61.471 unidades, representando uma quota de mercado de 36% de toda a rede nacional.

O BCA produziu ainda 3.228 cartões de crédito VISA, sendo 1.502 renovações, 40 substituições e 1.686 novas emissões. O cartão com maior venda continua a ser o Visa Flex, representando 75% de todos os cartões emitidos VISA. A 31 de Dezembro de 2013, o total de cartões de crédito Visa activos do banco era de 4.431 unidades. Destes, 69% representam cartões BCA Visa Flex.

## 6 – VISÃO ESTRATÉGICA 2013

Tendo como referência o enquadramento das Grandes Linhas Orientadoras para o ano de 2013 traçadas pelo Conselho de Administração, e corporizando o sentido da Missão do BCA que ambiciona continuar a ser o melhor Banco do Sistema Financeiro Cabo-verdiano, mantendo as quotas de mercado – sem degradação da qualidade da carteira de crédito e melhorando os níveis de rendibilidade e de eficiência –, foi dado especial ênfase ao reforço e desenvolvimento dos seguintes objectivos estratégicos:

### Protecção da Rentabilidade do BCA através de:

1. *Controlo de custos e melhoria dos rácios de eficiência*

   Dadas as condições do mercado, a melhoria e sustentabilidade dos Resultados só é possível com uma gestão muito criteriosa da estrutura de Custos, devendo a racionalização, o aumento da produtividade e da eficiência ser assumidos como preocupação diária. Daí uma atitude permanente de combate às despesas desnecessárias e ao desperdício. O rigor na elaboração do Orçamento e o controlo sistemático da sua execução são determinantes para a consecução do objectivo pretendido.

2. *Melhoria da receita/margem financeira do BCA*

   Dada a sua dimensão, o BCA será sempre um Banco com uma vertente universal muito acentuada, uma instituição de crédito onde confluem clientes de todos os estratos e segmentos. Daqui a necessidade de enfatizar a preocupação com a melhoria da qualidade de serviço e de atendimento aos Clientes, reforçando os princípios de segmentação adoptados e mantendo-se um enfoque especial no segmento emigrante. Importa também uma atitude pro-activa de pesquisa de novas áreas de negócio e de conquista de novos clientes, no quadro de novos espaços e modelos de relacionamento.

### Promoção do Capital Humano

Um Banco Líder do Sistema Financeiro tem que ter a ambição de ter nos seus Quadros os melhores trabalhadores do sector e de saber criar condições para que se mantenham motivados, através de políticas de avaliação de desempenho transparentes e fomentadoras de carreiras profissionais, onde prevaleça o reconhecimento sustentado no mérito e talento.

### Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI)

A redução do Risco Operacional continua a ser um projecto transversal a todas as Direcções, tendo como objectivo promover condições para um significativo aumento da eficiência dos métodos de trabalho e circuitos administrativos, com ganhos efectivos para a estrutura e, consequentemente, para os Resultados do Banco.

## Melhoria da Qualidade da Carteira de Crédito

Numa conjuntura económica, com contornos ainda pouco claros quanto à respectiva evolução, importa manter comportamentos prudentes no que respeita aos riscos, comerciais, cambiais, de mercado e outros eventuais, com impacto directo no Balanço. O reforço dos níveis de exigência e rigor, com introdução de novos mecanismos, instrumentos de controlo e acompanhamento, seguramente que permitirão, pelo menos, o não agravamento do nível de incumprimento. Cumulativamente, serão aperfeiçoados todos os recursos e estruturas disponíveis para gerir e tentar regularizar, de forma consistente, créditos tidos como problemáticos. Este continua se ser um dos grandes objectivos prioritários para o Banco.

## 7. – ACTIVIDADE COMERCIAL

### 7.1. – RECURSOS

A orientação para a qualidade de serviço prestado aos clientes, a inovação de produtos, o reconhecimento pelos cabo-verdianos no país e na diáspora, e a eleição pelo quarto ano consecutivo como **Marca de Confiança** dos cabo-verdianos fazem do BCA uma referência no mercado bancário nacional.

O saldo dos Recursos de Clientes, na linha com o objectivo proposto, atingiu 58,9 milhões de contos, o que representa um aumento de 1,4%, suportado pela conjugação do aumento dos Depósitos de Clientes em 3,6%, com a diminuição das operações de colocação de títulos em mercado secundário com acordo de recompra (operações de *repos*) em 65,7%. Os Depósitos a Prazo tiveram uma evolução positiva de 6% em relação a Dezembro de 2012. Os Depósitos à Ordem evoluíram 0,6% em 2013, quando comparados com o mesmo período do ano passado.

O quadro que se segue ilustra a evolução dos Recursos de Clientes nos dois últimos anos:

**Recursos de Clientes**

**(Mil contos)**

| Rúbricas | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Depósitos** | **55.558** | **57.556** | **1.998** | **3,6%** |
| A Ordem | 20.639 | 20.768 | 129 | 0,6% |
| A Prazo | 31.567 | 33.473 | 1.905 | 6,0% |
| De Poupança | 3.351 | 3.316 | -35 | -1,1% |
| **Juros a pagar de Depósitos** | **684** | **709** | **25** | **3,7%** |
| **Títulos Mercado Secundário** | **1.902** | **652** | **-1.251** | **-65,7%** |
| **Outros Recursos de Clientes** | **31** | **50** | **19** | **61,0%** |
| **TOTAL RECURSOS DE CLIENTES** | **58.176** | **58.968** | **792** | **1,4%** |

Os Depósitos de Clientes pertencem, na sua maioria, a clientes Particulares com um peso de 83,3%, traduzindo um acréscimo de 3,9%. Os Depósitos Totais de Emigrantes representam 52,6% do total da Carteira de Depósitos e cresceram 5,5% em relação a Dezembro de 2012. Os títulos colocados em operações de *repo* atingiram um saldo de 652 mil contos, inferior ao valor registado no ano passado em 65,7%.

**Depósitos de Clientes**

(Mil contos)

| DEPÓSITOS | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Depósito à Ordem** | | | | |
| Residentes | 14.726 | 14.559 | -166 | -1,1% |
| Emigrantes | 3.857 | 4.134 | 277 | 7,2% |
| Não Residentes | 2.056 | 2.075 | 18 | 0,9% |
| **Total** | **20.639** | **20.768** | **129** | **0,6%** |
| **Depósito a Prazo** | | | | |
| Residentes | 9.268 | 9.798 | 530 | 5,7% |
| Emigrantes | 24.856 | 26.151 | 1.295 | 5,2% |
| Não Residentes | 794 | 839 | 45 | 5,7% |
| **Total** | **34.919** | **36.788** | **1.870** | **5,4%** |
| **TOTAL DE DEPÓSITOS** | **55.558** | **57.556** | **1.998** | **3,6%** |

De referir que após a entrada em funcionamento da Nova Plataforma de Títulos do Tesouro na Bolsa de Valores, a 28 de Maio, os clientes passaram a ter acesso directo ao mercado primário, deixando o Banco de poder oferecer operações de *repo*.

## 7.2. – CRÉDITO

### 7.2.1 – Condicionantes da Actividade do Crédito

A conjuntura económica desfavorável continuou durante o ano de 2013, com impacto no investimento público e privado e na redução da capacidade dos investidores institucionais e das famílias em honrar atempadamente os seus compromissos, o que condicionou a actividade do sector bancário no geral e contribuiu para a deterioração da qualidade da carteira de crédito dos bancos.

Nesse sentido, o Banco Central de Cabo Verde, numa lógica de Supervisão Baseada no Risco, tomou algumas medidas, entre as quais a emissão da circular Série A 176/DSE/2013 de 25 Abril, através da qual passou a exigir dos bancos comerciais maior rigor na identificação e marcação, no sistema informático da carteira de créditos reestruturados.

O BCA optou pela prudência na concessão de novos financiamentos devido, por um lado, à limitação de projectos empresariais viáveis e, por outro, às restrições nos critérios de concessão de créditos a particulares, face à redução do rendimento disponível das famílias – com a consequente quebra de capacidade de reembolso e de auto-financiamento –, de forma a minimizar os riscos existentes, procurando sempre e em linha com as orientações estratégicas, proteger a rentabilidade do Banco. Todavia, espera-se para 2014 uma recuperação gradual dos parceiros económicos internacionais, com impacto na economia nacional no geral.

### 7.2.2 – Análise do Crédito Concedido

O total de novos financiamentos em 2013, incluindo os créditos reestruturados, atingiu aproximadamente 8,6 milhões de contos, inferior a 2012 em 20,4% (-2.214 mil contos), sendo que 61,5% do total concedido no ano se destinou ao sector empresarial. No entanto, o crédito concedido às empresas durante o ano diminuiu 26,1%, se comparado ao ano de 2012, resultado da queda de iniciativas privadas, por falta de capacidade financeira das mesmas, diminuição de oportunidades de negócios e aumento do incumprimento. Nos particulares, a diminuição foi de 9,3% (30,9% para os créditos destinados à habitação própria e de rendimento) justificada particularmente pela perda de rendimento das famílias. Em suma estes valores mostram a deterioração da actividade económica nacional, as condições desfavoráveis de evolução do mercado e o seu reflexo na actividade bancária.

O quadro seguinte mostra a evolução do crédito por segmentos de clientes.

**Crédito Concedido por Segmento Clientes**

(Mil contos)

| CRÉDITOS | 2012 | 2013 | Variação | | Estrutura | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa | 2012 | 2013 |
| **Empresas** | **7.178** | **5.303** | **-1.875** | **-26,1%** | **66,3%** | **61,5%** |
| Curto Prazo | 3.882 | 2.837 | -1.045 | -26,9% | 35,8% | 32,9% |
| Médio Longo Prazo | 3.296 | 2.466 | -830 | -25,2% | 30,4% | 28,6% |
| **Particulares** | **3.652** | **3.313** | **-339** | **-9,3%** | **33,7%** | **38,5%** |
| Crédito à Habitação | 1.966 | 1.358 | -608 | -30,9% | 18,2% | 15,8% |
| Crédito ao Consumo | 1.686 | 1.955 | 269 | 15,9% | 15,6% | 22,7% |
| **TOTAL CRÉDITO CONCEDIDO** | **10.830** | **8.616** | **-2.214** | **-20,4%** | **100,0%** | **100,0%** |

O crédito concedido registou uma diminuição percentual em relação a Dezembro de 2012, suportado sobretudo nos créditos de curto prazo que diminuíram 23,9% no global, provocado em grande medida pela diminuição em 26,9% nas empresas, correspondendo ao crédito de apoio à tesouraria, ou seja, as contas correntes caucionadas. O crédito de médio e longo prazo diminuiu 18% devido fundamentalmente aos créditos a particulares, para habitação própria e de rendimento, que tiveram uma evolução desfavorável de -30,9%, justificada, por um lado, pela suspensão das bonificações e, por outro, pelo ambiente desfavorável de negócios vivido durante o ano, para além da maior prudência do banco na concessão de novos empréstimos.

**Evolução do Crédito Concedido por Prazos**

(Mil contos)

| CRÉDITOS | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Curto Prazo** | 4.420 | 3.362 | -1.058 | -23,9% |
| **Médio Longo Prazo** | 6.410 | 5.254 | -1.156 | -18,0% |
| **TOTAL CRÉDITO CONCEDIDO** | **10.830** | **8.616** | **-2.214** | **-20,4%** |

### 7.2.3 – Análise da Carteira de Crédito

O saldo da carteira de Crédito Vivo sem os créditos titulados atingiu 33,4 milhões de contos, uma diminuição de 4,1% (-1,4 milhões de contos) comparativamente ao ano anterior. Esta evolução desfavorável é, por um lado, o reflexo do aumento do crédito em incumprimento e, por outro, da diminuição de operações novas. De destacar que a diminuição se verificou quer no segmento empresas que diminuiu 5,3%, quer nos Particulares, com um decréscimo de 3%. De realçar ainda que cerca de 43,8% do crédito vivo a clientes é crédito à habitação, como se pode constatar no quadro seguinte:

**Carteira de Crédito Vivo por Segmentos**

(Mil contos)

| Segmentos | 2012 | 2013 | Variação | | Estrutura | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa | 2012 | 2013 |
| **Empresas** | **15.587** | **14.753** | **-834** | **-5,3%** | **44,7%** | **44,1%** |
| Curto Prazo | 3.073 | 1.976 | -1.096 | -35,7% | 8,8% | 5,9% |
| M/LPrazo | 12.514 | 12.777 | 263 | 2,1% | 35,9% | 38,2% |
| **Particulares** | **19.282** | **18.696** | **-587** | **-3,0%** | **55,3%** | **55,9%** |
| Crédito à Habitação | 14.828 | 14.638 | -190 | -1,3% | 42,5% | 43,8% |
| Crédito Consumo | 4.454 | 4.057 | -396 | -8,9% | 12,8% | 12,1% |
| **Sub - Total** | **34.869** | **33.449** | **-1.420** | **-4,1%** | **100,0%** | **100,0%** |
| **Obrigações Públicas/Privadas** | **3.918** | **3.852** | **-66** | **-1,7%** | | |
| **Proveitos de Crédito** | **219** | **191** | **-28** | **-12,7%** | | |
| **Receitas c/Rendim. Diferido** | **-266** | **-234** | **32** | **-12,0%** | | |
| **CRÉDITO A CLIENTES VIVO** | **38.740** | **37.258** | **-1.482** | **-3,8%** | **100,0%** | **100,0%** |

Incluindo o Crédito e Juros Vencidos, os Proveitos a Receber e as Obrigações Públicas e Privadas, a Carteira de Crédito Total a Clientes diminuiu 1% face ao período homólogo.

Apesar do esforço acrescido na gestão prudente do risco, da adopção de medidas preventivas, do reforço das reestruturações, do acompanhamento permanente dos clientes com maiores exposições com vista à optimização da qualidade da carteira de crédito, o crédito em incumprimento atingiu 5,8 milhões de contos, o que representa um aumento de 22,2%, devido à conjuntura desfavorável vivida durante o ano de 2013.

De seguida a evolução da Carteira de Crédito Total a Clientes nos dois últimos anos:

## Carteira de Crédito a Clientes

(Mil contos)

| Crédito | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Crédito Vivo** | **34.869** | **33.449** | **-1.420** | **-4,1%** |
| Curto Prazo | 3.676 | 2.482 | -1.194 | -32,5% |
| Médio e Longo Prazo | 31.193 | 30.967 | -226 | -0,7% |
| **Crédito e Juros Vencidos** | **4.755** | **5.812** | **1.057** | **22,2%** |
| **Obrigações Públicas/Privadas** | **3.918** | **3.852** | **-66** | **-1,7%** |
| **Proveitos de Crédito** | **219** | **191** | **-28** | **-12,7%** |
| **Receitas c/Rendim. Diferido** | **-266** | **-234** | **32** | **-11,9%** |
| **CARTEIRA de CRÉDITO TOTAL** | **43.495** | **43.069** | **-426** | **-1,0%** |
| **M/Lprazo/Crédito Normal** | **89,5%** | **92,6%** | | |

O quadro seguinte reflecte a evolução da Carteira de Crédito Bruta a Clientes (crédito vivo e crédito e juros vencidos), por Entidade:

## Carteira de Crédito Bruta por Segmentos

(Mil contos)

| SEGMENTOS | 2012 | 2013 | Variação | | Estrutura | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa | 2012 | 2013 |
| **Empresas** | **18.397** | **18.587** | **190** | **1,0%** | **46,4%** | **47,3%** |
| Curto Prazo | 3.477 | 2.957 | -521 | -15,0% | 8,8% | 7,5% |
| M/LPrazo | 14.920 | 15.631 | 711 | 4,8% | 37,7% | 39,8% |
| **Particulares** | **21.227** | **20.673** | **-554** | **-2,6%** | **53,6%** | **52,7%** |
| Crédito à Habitação | 16.076 | 15.950 | -126 | -0,8% | 40,6% | 40,6% |
| Crédito Consumo | 5.151 | 4.723 | -428 | -8,3% | 13,0% | 12,0% |
| **CRÉDITO A CLIENTES** | **39.624** | **39.260** | **-364** | **-0,9%** | **100,0%** | **100,0%** |

## 8 – OUTRAS ACTIVIDADES

### 8.1 – RECURSOS HUMANOS

Em 31 Dezembro 2013, o Quadro do Pessoal apresentava um total de 435 colaboradores no activo, sendo 388 do quadro efectivo e 47 contratados a termo certo. Contava, ainda, com sete colaboradores em situação de licença sem vencimento, dois cuja relação laboral foi suspensa por motivo de doença e um em suspensão preventiva.

Durante o ano de 2013 foram admitidos 14 novos colaboradores e ocorreram quatro desvinculações por iniciativa do banco. Oito colaboradores passaram à situação de reforma, que atingiu um total de 131, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

**Distribuição dos Colaboradores**

| | ACTIVOS | | | INACTIVOS | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2013 | | 2012 | 2013 |
| Quadro Permanente | 397 | 388 | Aposentados | 121 | 131 |
| Contratos a Prazo | 34 | 47 | Desvinculados/Indeminizados | 2 | 2 |
| | | | Comissão de Serviço | 0 | 0 |
| | | | Licença | 6 | 6 |
| | | | Ausência por Doença | 6 | 6 |
| | | | Ausência Outros Motivos | 1 | 1 |
| **TOTAL** | **431** | **435** | **TOTAL** | **136** | **146** |

Analisando os trabalhadores no activo e por género, o sexo feminino corresponde a 63% e o masculino a 37% do total. No que se refere à distribuição por Grupos Funcionais, 39% dos colaboradores desempenham funções técnicas, 22% exercem cargos de chefia, 19% funções auxiliares e de apoio, 11% multifunções e 9% funções administrativas.

Quanto às habilitações literárias, conforme se pode constatar no quadro abaixo, verifica-se um aumento da percentagem dos colaboradores detentores de Licenciatura, passando de 35,7% para 38,4% do total dos efectivos. Constata-se ainda que 32% dos colaboradores detinham o Ensino Secundário, 19,8% o Ensino Básico, 3% o Ensino Superior Politécnico e 6,9% o Ensino Técnico – Profissional.

### Habilitações Literárias

| | 2012 | | 2013 | |
|---|---|---|---|---|
| | Quant. | % | Quant. | % |
| Ensino Básico | 85 | 19,7% | 86 | 19,8% |
| Ensino Secundário | 146 | 33,9% | 139 | 32,0% |
| Ensino Técnico Profissional | 32 | 7,4% | 30 | 6,9% |
| Ensino Superior Politécnico | 14 | 3,2% | 13 | 3,0% |
| Ensino Superior Universitário | 154 | 35,7% | 167 | 38,4% |
| **TOTAL** | **431** | **100%** | **435** | **100%** |

## Formação e Capacitação Profissional

Durante o ano de 2013 e com vista a valorizar cada vez mais o capital humano, o BCA investiu 11,5 mil contos em 52 acções de formação, atingindo um total de 509 colaboradores, com uma carga horária total de 8.347 horas.

As formações foram alinhadas com os objectivos estratégicos do Banco, destacando-se as seguintes: Auditoria – Forma de Credibilizar a Informação Financeira; Gestão e Recuperação de Crédito; Negociar a Recuperação de Crédito; Controlo Interno e Auditoria; Normas Internacionais de Contabilidade; Coaching e Liderança na Motivação de Equipas; Riscos nos Planos de Pensões; Curso Integrado de Gestão Bancária; Understanding Dispute Resolution; Master Dispute Case Filling; Concepção e Implementação de Sistemas de Compensação.

Das acções de formação realizadas, 32 foram no país (*out* empresa) abrangendo 266 colaboradores, com uma carga horária de 5.343 horas. Ainda no país (*in* empresa), foram realizadas 7 acções com uma participação de 226 colaboradores, totalizando 2.210 horas.

No exterior, participaram 17 colaboradores em 13 acções de formação, nas seguintes instituições: IFB – Instituto de Formação Bancária Português, Caixa Geral de Depósitos, Seminários na África do Sul e no Dubai, com uma carga horária de 792 horas.

O Banco ainda contribuiu para a formação académica dos Colaboradores, comparticipando em propinas de cursos de Licenciatura e Mestrado.

Durante o ano, foram proporcionados oito novos estágios, sendo cinco curriculares e três profissionais. Os estagiários foram acolhidos pelas Direcções Financeira e Internacional, de Suporte Logístico, de Meios e Canais, pelo Gabinete de Marketing e Relações Públicas e pelas Agências da Avenida e do Maio.

### Apoio Social aos Trabalhadores

Durante o ano de 2013, os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco e reformados, bem como os seus agregados familiares, beneficiaram, no País, de exames clínicos de diagnóstico, consultas de clínica geral e de especialidade, fornecimento de próteses oculares, estomatológicas, tratamentos de enfermaria, cirurgias e internamentos hospitalares.

No âmbito do protocolo existente entre o BCA e os SAMS - Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal –, os colaboradores beneficiaram de consultas, exames médicos, análises clínicas, intervenções cirúrgicas e internamentos hospitalares.

Os custos com a Assistência Médica e Medicamentosa ascenderam ao montante de 62,2 mil contos, subdivididos em Assistência Médica no Exterior (14,8 mil contos) e no País (47,3 mil contos).

O Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados com a concessão de créditos em condições preferenciais, nomeadamente para aquisição ou construção de habitação própria permanente e abonos fiscais. Foram ainda concedidos adiantamentos de vencimento para educação, saúde, encargos extraordinários, reparações e benfeitorias de habitação e aquisição de viatura própria.

Destacam-se ainda as seguintes acções: Realização da 2ª fase de Assessments, visando potenciar a performance corporativa através das Pessoas; Inspecção Médica a todos os colaboradores do BCA, com o intuito de despistar precocemente riscos de saúde e encaminhar para monitorização, nomeadamente nos casos de doença crónica e assegurar a aptidão física e psíquica para o exercício da função; Continuação da concepção dos novos instrumentos da Gestão de Recursos Humanos, no âmbito do Projecto VALORh – Valorizar/ Acreditar/ Liderar/ Optimizar/ Reconhecer.

## 8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL

### Planeamento e Controlo Gestão e Contabilidade

A Divisão de Planeamento e Controle de Gestão – DPG continuou na busca do aperfeiçoamento da qualidade da informação de gestão fornecida à Comissão Executiva do Banco. Visando cumprir todas as solicitações quer do Supervisor do Sistema Financeiro, quer do principal accionista foram desenvolvidos esforços acrescidos para a elaboração e produção atempada de informações estatísticas, prudenciais e contabilísticas a enviar mensalmente ao Banco de Cabo Verde, para efeitos de supervisão quer à Caixa Geral de Depósitos, principal accionista do Banco, para efeitos de consolidação e acompanhamento.

### Internacional

O Banco continuou a privilegiar a aposta na internacionalização selectiva, enquanto estratégia da área internacional para continuar a cobrir os países de emigração dos cabo-verdianos e as necessidades dos clientes nas operações internacionais.

Objectivando a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços, tem-se desenvolvido acordos preferenciais com outras instituições financeiras e privilegiado o uso crescente da vasta rede internacional da Caixa Geral de Depósitos, para a realização das operações dos clientes nos mais variados mercados.

Tem-se também privilegiado o reforço de relações com as instituições do Grupo Caixa Geral de Depósito, com destaque para troca de experiências nas várias operações e produtos. Igualmente para os restantes correspondentes, procurou-se o estreitamento de relações com vista à melhoria da qualidade dos serviços a preços atractivos.

### Relações com Bancos Correspondentes

O BCA possui uma vasta rede de 30 correspondentes, cobrindo 17 países e variadas operações em moedas tais como EUR, USD, CHF, GBP, CAD, DKK, SEK, NOK, JPY, e ZAR. Esta rede, complementada com uma rede de 231 correspondentes SWIFT, tem permitido a melhoria constante das condições para a realização do negócio internacional, garantindo a cobertura dos principais mercados, em tempo célere e a custos reduzidos.

Receberam-se representantes e delegações de alguns organismos internacionais e bancos, a saber:

- Agence Française de Développment (AFD) – No âmbito da 2ª Linha de Crédito e do Projecto da Politica de Responsabilidade Social a implementar.
- Proparco – Instituição financeira para o desenvolvimento, fundada em 1977, detida conjuntamente pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e por accionistas privados, para análise da pertinência da abertura de uma linha de crédito de apoio a Pequenas e Médias Empresas.
- Finance for Développment – FMO – Banco holandês de desenvolvimento empresarial que tem como objectivo promover o desenvolvimento sustentável do sector privado através de parcerias, concessão de empréstimos e partilha de conhecimentos. Reuniu-se com o BCA para apresentar e negociar a possibilidade de uma linha de financiamento e serviços de apoio ao investidor, conhecer o mercado e actualizar o seu conhecimento sobre a situação económica e financeira do país.
- Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial - Estas duas instituições foram recebidas no âmbito de uma assistência técnica voltada para as Áreas de Liquidez, Títulos Públicos e análise da situação da Economia Cabo-Verdiana e do Sistema Financeiro.
- Fitchratings – Agência de notação de risco que se deslocou a Cabo Verde com o objectivo de fazer a revisão do rating da República de Cabo Verde (rating soberano), em que se reuniu com os bancos do sistema financeiro cabo-verdiano.
- E outras entidades com quem o Banco mantém relações como o Commerzbank e a Societé Générale.

### Gestão da Liquidez

A gestão da liquidez (activos e passivos) pautou-se pelo cumprimento rigoroso das responsabilidades e pela rentabilização máxima das disponibilidades. Para tal, recorreu-se aos mercados financeiros nacional e internacional, tentando sempre minimizar os riscos de liquidez, de mercado e cambial.

Manteve-se a aposta na correcta identificação das várias oportunidades de negócio, no controlo dos activos líquidos e na aceleração do processo de transformação em divisas de notas estrangeiras captadas no país.

Em 2013, as entradas de divisas registaram uma variação positiva de 9,7% (3.285 milhões de contos) e as saídas uma variação negativa de 3,0% (1.101 milhões de contos). Do lado das entradas, a variação deveu-se essencialmente às ordens de pagamentos recebidas, com uma variação positiva de 13,82%, correspondentes a 3,6 milhões de contos. Do lado das saídas, a maior variação absoluta ocorreu nas ordens de pagamentos efectuadas, com uma redução de 800 mil contos.

As operações com o BCV (compra a venda de divisas), registaram diminuições, tanto nas compras como nas vendas de divisas, sendo que as vendas superaram as compras em 1,9 vezes.

**Entradas e Saídas Moedas Estrangeira**

(Mil contos)

| Rúbricas | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| Entradas Estrangeiro | 30.936 | 34.772 | 3.836 | 12,4% |
| Compra ao BCV | 2.845 | 2.294 | -551 | -19,4% |
| **Total entradas** | **33.781** | **37.066** | **3.285** | **9,7%** |
| | | | | |
| Saídas Estrangeiro | 32.045 | 31.110 | -935 | -2,9% |
| Venda ao BCV | 4.521 | 4.355 | -166 | -3,7% |
| **Total Saídas** | **36.566** | **35.465** | **-1.101** | **-3,0%** |

A liquidez disponível permitiu ao banco a aplicação dos excedentes, tanto no mercado nacional como internacional. A busca por melhores rentabilidades e a preferência por prazos curtos levaram a apostar nas aplicações de curto prazo, com realce para o Mercado Monetário Nacional.

Destacam-se, ainda, as aplicações em OT's – Obrigações do Tesouro, fruto de uma liquidez excedentária, levando a uma variação positiva de 463,3% face a 2012.

**Aplicações Acumuladas do Ano**

(Mil contos)

| | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Mercado Monetário Nacional** | **127.003** | **151.942** | **24.939** | **19,6%** |
| Títulos Tesouro | | 499 | 499 | |
| Aplicações no BCV | 73.330 | 147.850 | 74.520 | 101,6% |
| Outras Aplicações BCV (TIM) | 898 | 2.174 | 1.276 | 142,1% |
| Outras Aplicações BCV (TRM) | 9.875 | 1.419 | -8.456 | -85,6% |
| Aplicações Outros Bancos | 42.900 | 0 | -42.900 | -100,0% |
| **Mercado Capitais** | **678** | **2.253** | **1.575** | 232,3% |
| **Aplicações nos Correspondentes** | **26.551** | **13.394** | **-13.157** | **-49,6%** |
| **TOTAL** | **154.232** | **167.589** | **13.357** | **8,7%** |

As aplicações registaram assim uma variação positiva de 8,7% (cerca de 13,4 milhões contos), com destaque para as efectuadas no Banco Central e em Títulos da Dívida Pública.

**Juros de Aplicações do Ano**

(Contos)

| | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Mercado Monetário Nacional** | **33.119** | **36.681** | **3.562** | **10,8%** |
| Titulos Tesouro | 0 | 169 | 169 | |
| Aplicações no BCV | 8.364 | 17.938 | 9.574 | 114,5% |
| Outras Aplicações BCV (TIM) | 3.651 | 16.810 | 13.160 | 360,5% |
| Outras Aplicações BCV (TRM) | 21.104 | 1.764 | -19.341 | -91,6% |
| **Mercado de Capitais** | **446.578** | **495.900** | **49.322** | **11,0%** |
| **Aplicações nos Correspondentes** | **9.545** | **7.139** | **-2.406** | **-25,2%** |
| **TOTAL** | **489.242** | **539.720** | **50.479** | **10,3%** |

Constata-se igualmente um aumento dos juros ganhos em 10,3% (cerca de 50.4 mil contos), justificado pelas aplicações em Títulos do Mercado de Capitais, aplicações no Banco Central e em OT's. Este ganho deve-se ao efeito volume, pois que para o caso das operações em *overnight*, a partir de Setembro, a Taxa de Absorção de Liquidez passou de 3,25% para 1%. Além disso, verificou-se uma queda acentuada das taxas dos TRM'S - Títulos de Regularização Monetária, que deixou de ser fixa em 5,75% e passou a ser determinada em regime de leilão, a partir de Abril, e dos TIM'S – Títulos de Intervenção Monetária. Estas taxas variaram entre 5,5833% para TIM'S e 5,75% para TRM'S no início do ano e 0,8094% e 0,6858%, respectivamente, no fim do ano.

Os montantes das aplicações do excedente de liquidez no final dos períodos de constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) junto do Banco Central de Cabo Verde atingiram o valor global de 147,85 milhões de contos, representando uma variação positiva de 101,6% face ao ano anterior, com os juros a crescerem 100,7%.

O excedente em ME aplicado junto dos correspondentes registou uma variação global negativa de 49,6%, por via da manutenção da aposta em aplicações no mercado nacional. De referir que as taxas médias ponderadas das aplicações, tanto em EUR como em USD, registaram uma grande volatilidade durante o ano e continuam muito abaixo das taxas do mercado nacional.

As taxas em USD foram as mais voláteis, impulsionadas também pelos montantes das aplicações e prazos nos diferentes meses, tendo registado uma variação positiva ao terminar o ano em 0,31%, um ponto base acima da taxa do início do ano (0,01%). As taxas em EUR registaram valores muito baixos durante a maior parte do ano, tendo a taxa de *overnight* variado positivamente nos últimos meses e terminado o ano em 0,10%, contudo, dois pontos base abaixo da taxa de Janeiro de 2013.

### Mercado de Capitais

### BCA - Intermediário Financeiro

Num Mercado de Capitais em desenvolvimento, o BCA como intermediário financeiro teve uma intervenção activa, com destaque para os Títulos do Tesouro.

Em Maio de 2013, assistiu-se ao lançamento oficial da Plataforma de Leilões da Dívida Pública junto da Bolsa de Valores de Cabo-Verde.

No mercado primário de títulos, registou-se um total de 9,6 milhões de contos em transacções, dos quais 2,9 milhões de contos feitos pelo INPS e 2,8 milhões de contos pelo BCA, que ficou com um peso global de 29,27%. Das transacções totais do mercado, considerando apenas as negociações dos bancos, a contribuição do BCA situa-se em 42,1%.

Quanto aos títulos leiloados através da nova Plataforma de Leilões a partir de Maio, a participação do BCA ficou com um peso global de 32,3% sobre o total das emissões. Para os Lances Competitivos, o peso do BCA foi de 38%, sendo que para o Não Competitivo os clientes do BCA subscreveram 13,7% do montante global. No mercado secundário, registou-se uma redução global das transacções de 70,4%, tendo a Bolsa de Valores justificado esta evolução, com a fraca dimensão do mercado e com o cenário macro económico nacional e internacional desfavorável. Num valor global de 105,9 mil contos de transacções, o BCA contribuiu com 18,55%, sendo o operador mais activo quando se analisa o número de transacções (25 transacções, com um peso de 45,45%).

## 8.3 – GESTÃO DE RISCOS

### Risco de Crédito

A nível do crédito, o ano de 2013 caracteriza-se por uma conjuntura claramente desfavorável, constatando-se a degradação da capacidade das contrapartes honrarem os compromissos assumidos, contribuindo, assim, para o incremento do crédito malparado no Sistema. Para amenizar a situação, o BCA procurou renegociar os créditos de modo a ajustar o serviço da dívida à real e actual capacidade dos mutuários.

Naturalmente que esta situação condicionou os resultados ao longo do ano e, de certa forma, obrigou o Banco a ser mais exigente na avaliação das novas operações e mais ponderado na concessão de novos financiamentos, sendo o foco a negociação de operações de inegável qualidade.

De realçar que, em 2013, o Supervisor esteve bastante interventivo no Sistema, em matéria de risco de crédito. Primeiro com a circular n.º 176/DSE/2013 – Identificação e marcação de créditos reestruturados, através do qual passou a exigir a segregação e acompanhamento da carteira dos créditos reestruturados. Note-se que, neste particular, o BCA já se tinha antecipado, porquanto, no âmbito do processo de actualização do modelo de imparidade, desenvolvera um árduo trabalho de identificação e marcação dos

créditos reestruturados. Todo esse trabalho permitiu ao BCA responder, de forma célere e pragmática, às exigências do Banco de Cabo Verde, confirmando uma vez mais que o Banco fez uma aposta acertada ao decidir pela segregação desta carteira de risco não despiciendo.

Através do Aviso n.º 2/2013, o BCV exigiu aos Bancos a Implementação de um Sistema de Risco de Crédito até 31 Dezembro 2013. Para o efeito, era necessário criar uma unidade específica de gestão do risco de crédito, o que o BCA cumpriu com relativa facilidade, pois desde 2006 possuía um Gabinete especializado no tratamento do risco de crédito.

Para além disso, competia aos Bancos definir limites para operações de crédito, avaliação periódica do grau de suficiência das garantias e definir políticas e estratégias para a gestão do risco de crédito. Vale frisar que o BCA desenvolveu os esforços necessários para cumprir as exigências do Supervisor, materializando-os em normas internas, com particular ênfase para as políticas e estratégias de gestão de risco de crédito.

A DGR, através do GRC – Gabinete de Risco de Crédito continua a desenvolver o seu trabalho de auxiliar os órgãos decisórios na tomada de decisão, através de pareceres de risco previamente solicitados, acompanhamento das grandes exposições, com a consolidação dos relatórios trimestrais exigidos pelo BCV, a produção de relatórios periódicos sobre as perdas por imparidade e o acompanhamento do processo de recuperação, em estreita relação com a área comercial em matéria de reestruturação de dívidas.

Contrariamente ao que tem sido prática habitual no final do exercício, procedeu-se antecipadamente (Setembro 2013) à actualização dos Factores de Risco subjacentes ao modelo de perdas por imparidade, nomeadamente PI´s (Probabilidade de Indícios), PD's (Probabilidade de Default) e LGD's (*Loss Given Default*), o que permitiu aliviar alguma pressão no fecho do exercício.

Objectivando avaliar a possibilidade de entrada em novos mercados e/ou sectores, realizaram-se estudos sectoriais exploratórios, de modo a auxiliar o órgão competente na tomada de decisão e diversificação da carteira, com redução natural dos riscos associados. São ainda de destacar alguns estudos sectoriais, nomeadamente Crédito Imobiliário, Operações de Factoring, Crédito ao Municípios e Crédito Habitação.

### Risco de Mercado e Liquidez

O ano 2013 veio confirmar a estabilização dos indicadores de liquidez do Banco, em virtude da continuação do crescimento dos depósitos e alguma contenção na actividade de concessão de créditos.

Nesse contexto de relativa estabilidade, a DGR, através do Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez, manteve o acompanhamento da exposição do BCA ao Risco de Liquidez, procedendo à monitorização mensal da evolução dos Recursos de Clientes e à análise trimestral da evolução do Gap de Liquidez.

No que concerne ao Risco de Taxa de Juro, acompanhou-se a evolução mensal da carteira de créditos com taxa de juro indexada, a evolução dos próprios indexantes e consolidou-se a análise da evolução do Gap de Repricing. Além disso, continuou-se com a produção dos mapas de acompanhamento do Risco de Taxa de Juro exigidos pelo Banco Central (*Stress-Test*, Impacto na Margem Financeira e Impacto na Situação Líquida).

O Risco de Taxa de Câmbio continuou a ser monitorizado com o acompanhamento mensal da evolução da posição cambial, taxas de câmbio e resultados de reavaliação do Dólar dos Estados Unidos da América, bem como o Value-at-Risk da carteira de moedas estrangeiras e de algumas moedas mais importantes no negócio, mediante confrontação com os limites de exposição ao risco cambial aprovados pela Administração.

O principal marco para a Direcção de Gestão de Risco em 2013 foi, no entanto, sem margem para dúvidas, a aprovação e o início da entrada em funcionamento do Comité de Gestão de Activos e Passivos – ALCO (*Asset Liability Committee*), fórum próprio para discussão a alto nível de assuntos estratégicos e de capital importância para o Banco, muitos deles com impacto directo na Gestão do Risco de Mercado e Liquidez do BCA.

## 8.4 – COMPLIANCE

Visando o reforço do controlo interno e a promoção da segurança das operações, procedeu-se em 2013 à elaboração e actualização de normas e procedimentos, bem como ao *up-grade* das ferramentas informáticas de controlo em matérias de *compliance*. Nesta linha, foi aprovado um novo normativo sobre a prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção do abuso de mercado, adequando as regras e procedimentos à legislação e regulamentação recentemente aprovadas e de acordo com as melhores práticas. Igualmente, procedeu-se a actualizações na aplicação de *Filtring* e ao desenvolvimento de rotinas informáticas de controlo da conformidade das operações.

Foram efectuados testes ao cumprimento de normas e deveres legais, nomeadamente sobre o crédito à habitação, restrição ao uso do cheque e deveres de informação aos clientes, tendo os resultados sido reportados à Comissão Executiva e aos órgãos de estrutura directamente envolvidos na implementação das medidas identificadas para sanar as insuficiências detectadas.

No âmbito do relacionamento com a clientela e do cumprimento dos deveres de informação e em conformidade com os regulamentos e orientações emitidas pela entidade reguladora, o BCA procedeu a um conjunto de alterações no seu Preçário e actualização das informações disponibilizadas aos clientes e ao público em geral, sobre os produtos e serviços prestados.

Outro aspecto que mereceu especial atenção foi a Gestão de Reclamações, tendo sido adquirida uma aplicação informática de suporte, visando um tratamento mais eficaz das reclamações e a introdução de

melhorias nos processos e nos procedimentos em linha com as boas práticas e normas nacionais e internacionais.

Como meio de promover a cultura de *compliance* e de prevenção dos riscos, realizaram-se acções de formação interna, tendo como temas a gestão do risco *compliance*, código de conduta do BCA e prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo.

## 8.5 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Ao longo do ano, deu-se especial atenção à adequação dos procedimentos internos, ao funcionamento da Instituição e às exigências do Banco Central, havendo também preocupações com a criação de um ambiente de segurança e estabilidade necessários e apropriados à gestão dos riscos inerentes às actividades bancárias, traduzíveis no reforço da competitividade do BCA no mercado e da confiança dos seus clientes.

Evidenciam-se, entre as várias normas elaboradas e publicadas, o Regulamento que formaliza as bases gerais em que se alicerça a gestão do sistema de controlo interno no BCA; o Normativo que define as orientações e os procedimentos que garantam o cumprimento dos deveres legais e regulamentares no âmbito da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo; o Regulamento sobre a prevenção do abuso de informação privilegiada e manipulação de mercado e o Regulamento sobre o apuramento mensal das perdas por imparidade associadas à Carteira de Crédito do Banco.

Na estrutura orgânica do Banco através da transformação do Gabinete de Empresas Sul (GES) e respectivo Prolongamento em Gabinete de Empresas Sul I (GES I) e Gabinete de Empresas Sul II (GES II) respectivamente, o BCA passou a contar com quatro Gabinetes de Empresa, sendo dois na Praia e os outros no Sal e em São Vicente.

Prosseguiu-se com as acções estratégicas relacionadas com a implementação de novos procedimentos na aplicação informática, visando automatizar os acordos e algumas decisões externas recebidas do Banco Central e do Ministério das Finanças, nomeadamente sobre adequação do Preçário, cobrança de Receitas Publicas – DUC, arrecadação de valores devidos pelos contribuintes ao INPS, entre outros; e a formação e reciclagem para a melhoria da performance dos utilizadores do sistema informático do Banco.

## 8.6 – SUPORTE INFORMÁTICO

Os processos e acções desenvolvidos em 2013, na Direcção de Suporte Informático estão relacionados essencialmente com a área de infra-estrutura e comunicações, na maioria dos casos potenciando os requisitos segurança e redundância na instituição:

- Instalação de infra-estruturas para máquinas automáticas em várias cidades e concelhos;
- Implementação dum sistema de automatização do sistema fax do Banco;
- Novo processo de acesso à aplicação de Western Union, com a instalação de certificados digitais em todos os postos Front Office;
- Upgrade do link internet de 2MB para fibra óptica 4MB, permitindo o aumento de colaboradores com acesso a esta ferramenta;
- Instalação de dois Storages para replicação da informação, incrementando a capacidade de armazenamento e segurança dos dados dos servidores nas ilhas.

## 8.7 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

O ano de 2013 foi marcado pelas celebrações do 20º Aniversário do Banco, com a realização de várias actividades que contribuíram para a prossecução do objectivo de valorizar e manter a imagem de Marca do BCA como líder do mercado, projectar credibilidade e reforçar a relação de confiança no Banco.

Em fortalecimento e posicionamento da marca, destacam-se: manutenção do reforço da imagem institucional; reposicionamento dos produtos e serviços existentes; melhoria progressiva na promoção dos produtos e disponibilização de informações ao cliente; proximidade e estreitamento da relação com o cliente (disponibilizando mais ATM`s, com especial destaque para a máquina instalada no Município de São Salvador do Mundo, uma localidade que até então não dispunha de nenhuma dependência bancária); continuação do processo de uniformização da imagem das agências e realização e presença em eventos de grande impacto para o Banco e para o País em geral.

Durante o ano, foram ainda desenvolvidas várias iniciativas que permitiram ao Banco continuar a servir melhor os interesses dos Clientes, o que contribuiu para manter a sua posição de líder destacado do mercado cabo-verdiano e de instituição de referência a nível nacional e internacional e, pelo 4º ano consecutivo, como Banco de Confiança dos Cabo-verdianos.

Em termos comerciais, deu-se continuidade à implementação do Projecto APC – Atitude Proactividade para o Cliente, com destaque para o desenvolvimento de acções que visam implementar os modelos de serviço, aprofundamento das propostas de valor para uma orientação comercial alicerçada na qualidade do atendimento e no incremento da vinculação, fidelização e satisfação do cliente. De destacar, ainda, a aquisição de ferramentas de apoio ao negócio e continuação de acções de capacitação dos colaboradores na área da qualidade do atendimento.

Ao nível do Segmento Empresas, com vista a proporcionar valor acrescentado a um segmento cada vez mais exigente, continuaram a desenvolver-se novas iniciativas e a estabelecer novos protocolos comerciais, com o

propósito de fidelizar os actuais e angariar novos clientes, atendendo às necessidades a cada situação concreta.

Para o Segmento Emigrante, enquanto segmento privilegiado, manteve-se o Projecto Acolhimento Emigrante (um projecto que visa a criação de postos de atendimento personalizado nas agências, recepção nos aeroportos e ofertas de lembranças); realizaram-se iniciativas na diáspora; reposicionaram-se os produtos sazonais para o segmento com taxas bastante competitivas e, ainda, mantiveram-se vários encontros, dentro e fora do País.

### Responsabilidade Social

No âmbito das suas responsabilidades sociais, o BCA prestou apoios a iniciativas em áreas tão distintas quanto a Educação, Saúde, Cultura e Desporto. O Banco respondeu positivamente às expectativas dos promotores dos eventos, enquadrando a sua participação no contexto das orientações de sustentabilidade, exigindo comportamentos e atitudes dos seus parceiros em conformidade, continuando a pautar a sua actuação por critérios rigorosos e responsáveis no que diz respeito, em particular, às relações justas com os Clientes, ao negócio amigo do ambiente, à contribuição responsável para a comunidade, à conduta ética e relações responsáveis com os colaboradores. Neste âmbito, iniciou a elaboração do programa de formação em Política Geral de Sustentabilidade e em Política de Risco Ambiental e Social.

O BCA continua a assumir-se como uma instituição responsável e comprometida com a promoção de um futuro melhor, procurando ainda envolver os seus *stakeholders* neste desígnio comum.

## 8.8 – MEIOS E CANAIS

### Meios de Pagamentos

O serviço de cobrança de facturas por transferência bancária manteve a tendência dos últimos anos, e, em 2013, foram criadas 982 novas ordens de pagamentos automáticos, representando um crescimento de 16% em relação ao ano anterior. Esse crescimento foi sobretudo impulsionado pelo conforto e segurança do serviço prestado, bem como pela adesão de novas empresas.

### BCA Directo (Internet Banking)

O BCA Directo é o serviço de internet banking do Banco, através do qual o cliente acede a um leque alargado de operações, ao nível da consulta e movimentação das suas contas.

O serviço BCA Directo manteve a tendência de crescimento evidenciado nos últimos anos, tanto a nível da sua utilização, bem como no número de contratos criados, sendo que o volume total de transacções realizadas nesse canal atingiu 5,5 milhões de contos, crescendo cerca de 15% em relação ao ano anterior. O número de transacções realizadas com sucesso registou um crescimento de cerca de 42%, atingindo 195 mil operações.

Manteve-se também a tendência de crescimento na adesão, traduzindo-se num aumento de 3% de novos contratos que atingiu o número de 4,3 mil.

No tocante ao número de utilizadores activos registou-se um crescimento de 21% relativamente ao ano anterior, atingindo o total de 28.032 utilizadores.

### Automatic Teler Machine (ATM`s)

Dando continuidade à politica de proximidade aos clientes e visando potenciar a utilização dos cartões, o BCA instalou durante o ano mais cinco máquinas ATM's, três na cidade da Praia, uma no interior de Santiago e uma em Mindelo.

No final do ano de 2013, o número de máquinas ATM's instaladas pelo BCA na rede vinti4 atingiram 52 unidades, evidenciando um crescimento de 8% face ao ano anterior e uma quota de mercado de 32%. Tal crescimento deveu-se sobretudo à instalação de máquinas em locais não bancários, que atingiu 19 unidades, mais 36% do que o ano anterior, potenciando o valor da conveniência e reflectindo a aposta na expansão do parque de máquinas. As máquinas ATM's activas atingiram as 163 unidades.

Durante o ano de 2013, as máquinas ATM's do BCA processaram cerca de 3,1 milhões de operações, com um valor de 10 milhões de contos, mais 7% e 14% do que o ano anterior, respectivamente.

De realçar, ainda, que os levantamentos em numerário representam grande parte das transacções realizadas nas máquinas ATM's do BCA, atingindo os montantes de 9,7 milhões de contos em valor e 1,6 milhões em número de operações, traduzindo um crescimento de 15% e 13%, respectivamente.

### Terminais Pagamento Automático (TPA)

Manteve-se a aposta na expansão do parque de terminais de pagamento automático (POS), tendo-se encerrado o ano com 1.146 POS activos na rede, evidenciando um crescimento de 17% face ao período homólogo, e uma quota de mercado de 31%.

As transacções realizadas nesse canal atingiram cinco milhões de contos em valor e 1,5 milhões em número, representando um crescimento de 19% e 36%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

De salientar o crescimento em 2013 do parque de POS's na cidade da Praia e em São Vicente, com 39% e 25% dos POS's instalados pelo BCA, respectivamente.

## 8.9 – SUPORTE OPERACIONAL

Durante o ano 2013 foram aprovados 46 créditos Leasing (56 em Dezembro 2012) no montante de 295,5 mil contos. Quanto ao Factoring ou Cessão Financeira foram autorizadas apenas três novos contratos no valor de 76,1 mil contos.

Em 2013 foram reestruturados 521 créditos, sendo que 63 destes foram apenas alargados os prazos de utilização ou de amortização e 458 reescalonados, correspondendo ao montante global de 2, 7 milhões de contos, dos quais 228 na Zona Norte e 293 na Sul. Dos 521 créditos renegociados é de referir que 117 são clientes Empresas e 404 Clientes Particulares.

### Operações com o Exterior

Constata-se uma evolução positiva das Ordens de Pagamento Recebidas comparativamente ao ano passado em 2,5%, em quantidade, e em 0,57%, em montante.

Quanto às Ordens de Pagamento Emitidas houve um aumento de 0,64% em quantidade e um decréscimo de 2,12% em montante.

(Mil contos)

| | 2012 | | 2013 | | Variação | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quant. | Montante | Quant. | Montante | Quant. | Montante |
| Ordens de pagamentos (recebidas) | 88.669 | 27.885 | 90.968 | 28.044 | 2,59% | 0,57% |
| Ordens de pagamentos (Emitidas) | 24.397 | 29.688 | 24.552 | 29.057 | 0,64% | -2,12% |
| Crédito Documentário | | | | | | |
| Importação | 35 | 1.122 | 35 | 1.222 | 0,00% | 8,93% |
| Exportação | 0 | 0 | | | 0,00% | 0,00% |
| Garantias Bancárias (emitidas) | 22 | 686 | 28 | 438 | 27,27% | -36,13% |
| Westen Union -Enviados | 15.027 | 506 | 13.589 | 456 | -9,57% | -9,89% |
| -Recebidos | 40.469 | 1.178 | 42.712 | 1.219 | 5,54% | 3,42% |
| Cheques s/ Estrangeiro (comprados)* | 15.390 | 1.598 | 13.982 | 1.533 | -9,15% | -4,04% |

**Fonte: BCA**

* Inclui Cash Advance

### Swift

Nota-se um ligeiro aumento, tanto das mensagens *Swift* recebidas como das enviadas. Em relação às recebidas, houve um crescimento de 0,2% comparativamente a 2012. Para as mensagens enviadas, em 2013, contrariamente a 2012 em que houve um decréscimo de 7,1%, deu-se um crescimento de 1,1%.

**Mensagens via Swift**

| Anos | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|---|---|---|
| Mensagens recebidas | 109.693 | 124.446 | 124.683 |
| Mensagens enviadas | 32.993 | 30.634 | 30.969 |

## 8.10 - INVESTIMENTOS

Com o objectivo de servir cada vez melhor os seus clientes, oferecendo-lhes maior comodidade, segurança e rapidez na realização das suas operações, foram iniciadas as obras de remodelações das Agências do Plateau, da Agência na Ribeira Brava, em S. Nicolau, e da Agência da Achada Santo António I.

Além das obras de remodelações de algumas Agências, foram concluídos os trabalhos ligados à substituição de sistemas de segurança instalados na Agência de Santa Cruz.

Com objectivo de potenciar ainda mais a utilização de cartões Vinti4, a rede de ATM's BCA foi expandida em 2013, com a instalação de mais três máquinas todas equipadas com sistemas de vídeo-vigilância.

Durante o ano de 2013 o BCA investiu 298,6 mil contos, dos quais 295,6 mil contos em Activos Tangíveis e 2,9 mil contos em Activos Intangíveis. Destes investimentos 162,5 mil contos encontram-se ainda em curso.

## 9 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 9.1 – EVOLUÇÃO DO BALANÇO

Em Dezembro de 2013 o Activo Líquido do BCA atingiu 70,3 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 0,7% (+523 mil contos) em relação ao valor registado em Dezembro de 2012. Contribuíram para esta evolução os acréscimos na rubrica Caixa e Disponibilidades no Banco Central em 15,5%, nas Aplicações em Instituições de Crédito e Activos Financeiros Disponíveis para Venda em 2,6% e 2,7%, respectivamente.

**Balanço Consolidado**

(Mil contos)

| | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Activo** | | | | |
| Caixa e Disponibilidades no Banco Central | 2.343 | 2.705 | 362 | 15,5% |
| Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito | 817 | 503 | -313 | -38,3% |
| Activos Financeiros Disponíveis p/Venda líquida | 7.061 | 7.255 | 194 | 2,7% |
| Aplicações em Instituições de Crédito | 11.513 | 11.810 | 296 | 2,6% |
| Crédito a Clientes Líquido | 40.438 | 39.168 | -1.270 | -3,1% |
| Títulos de Divida Pública | 3.357 | 4.527 | 1.169 | 34,8% |
| Propriedades de Investimento | 1 | 1 | 0 | -1,7% |
| Outros Activos Tangíveis Líquidos | 1.992 | 2.082 | 90 | 4,5% |
| Activos Intangíveis | 46 | 23 | -23 | -50,4% |
| Investimentos Filiais/Associadas/Empreend.Conjunto | 232 | 268 | 36 | 15,5% |
| Activos por Impostos Correntes | 723 | 808 | 85 | 11,8% |
| Activos por Impostos Diferidos | 97 | 2 | -95 | -97,5% |
| Outros Activos | 1.321 | 1.175 | -147 | -11,1% |
| **Total** | **69.942** | **70.327** | **385** | **0,6%** |
| **Passivo** | | | | |
| Recursos de Outras Instituições de Créditos | 542 | 730 | 189 | 34,8% |
| Recursos de Clientes e Outros Emprésitimos | 58.176 | 58.968 | 792 | 1,4% |
| Provisões Passivas | 5.693 | 5.112 | -582 | -10,2% |
| Passivos por Impostos Diferidos | 24 | 142 | 118 | 491,3% |
| Outros Passivos Subordinados | 499 | 399 | -100 | -20,1% |
| Outros Passivos | 1.267 | 486 | -781 | -61,7% |
| **Total Passivo** | **66.201** | **65.837** | **-365** | **-0,6%** |
| **CAPITAIS PRÓPRIOS** | **3.741** | **4.490** | **749** | **20,0%** |
| **Dos quais : Resultado Líquido** | **339** | **220** | **-120** | **-35,3%** |
| **TOTAL** | **69.942** | **70.327** | **384** | **0,5%** |

#### Caixa e Disponibilidades

Esta rubrica registou um aumento de 15,5% em relação ao ano passado devido ao aumento do saldo dos depósitos à ordem no Banco Central em 33%.

### Aplicações em Instituições de Crédito

As Aplicações em Instituições de Crédito, englobando as aplicações no país e no estrangeiro, ascenderam a 11,8 milhões de contos, representando uma variação homóloga de 2,6% e de 296 mil contos. Esta variação justifica-se pelas aplicações no estrangeiro, no montante de +395 mil contos. Por outro lado, os Títulos de Intervenção Monetária (TIM's) registaram uma diminuição de 708 mil de contos, enquanto os Títulos de Regulação Monetária (TRM's) aumentaram em 308 mil contos.

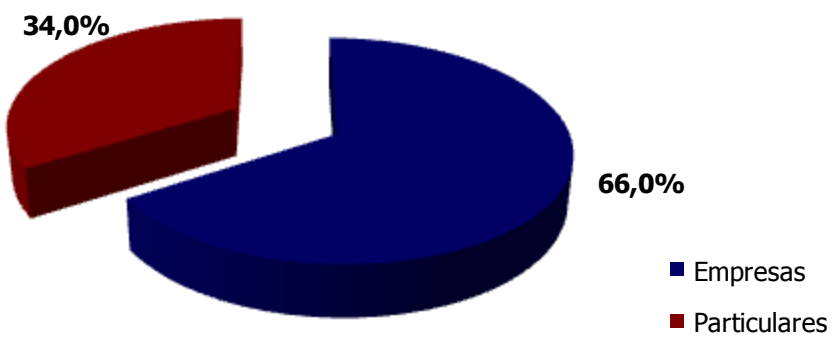
### Crédito a Clientes

A Carteira Global de Crédito a Clientes atingiu 43 milhões de contos, inferior ao saldo apurado em Dezembro de 2012 em 1%, reflectindo o contexto em que se desenvolveu a actividade bancária em 2013. A carteira de créditos novos atingiu 8,6 milhões de contos e reflecte uma diminuição de 20,4% face a Dezembro de 2012. Esta diminuição deve-se sobretudo ao segmento das Empresas em -26,1%, sendo de -26,9% nos créditos de curto prazo e -25,2% nos créditos de médio e longo prazo, o que demonstra que a situação das empresas mantém-se condicionada pela falta de dinamismo económico. O crédito concedido ao segmento dos Particulares apresentou uma diminuição de 9,3% com os créditos para habitação própria e de rendimento a diminuírem 30,9% contra um aumento de 15,9% dos créditos para outros fins.

O saldo da Carteira Vencida atingiu 5,8 milhões de contos, equivalendo a um aumento de 22,2%, ou seja, cerca de 1 milhão de contos comparativamente ao período homólogo, reflexo da continuação da deterioração do ambiente de negócios. Este montante proporcionou um rácio de crédito e juros vencidos relativamente ao crédito total de 14,8%, contra 12% do ano anterior, e um rácio de crédito vencido com mais de 90 dias de 13,9% em Dezembro de 2013 (10,5% em Dezembro de 2012).

O crédito vencido cresceu mais no segmento Empresas, a uma taxa de 36,4%, contra apenas 1,7% nos particulares, o que fez aumentar o seu peso de 59,1%, em Dezembro de 2012, para 66%, em Dezembro de 2013.

**Crédito e Juros Vencidos p/Segmento - 2013**



O saldo da Imparidade acumulada de crédito, que inclui a imparidade para as Obrigações das empresas privadas, atingiu 3,9 milhões de contos, tendo o custo do risco de crédito do exercício ascendido a 979,7 mil contos (114,9 mil contos em 2012), traduzindo um rácio de cobertura de crédito vencido de 64,1%.

**Carteira de Crédito sobre Clientes Líquida**

(Mil contos)

| RUBRICAS | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Crédito Total** | **37.754** | **37.317** | **-437** | **-1,2%** |
| Crédito Normal | 32.999 | 31.505 | -1.494 | -4,5% |
| Crédito e Juros Vencidos | 4.755 | 5.812 | 1.057 | 22,2% |
| **Crédito ao Pessoal** | **1.870** | **1.944** | **74** | **3,9%** |
| **Proveitos a Receber de Crédito** | **219** | **191** | **-28** | **-12,7%** |
| **Receitas com Rendimento Diferido** | **-266** | **-234** | **32** | **-12,0%** |
| **Obrigações Publicas e Privadas** | **3.918** | **3.852** | **-66** | **-1,7%** |
| **Imparidade p/Crédito e Obrigações** | **-3.057** | **-3.902** | **-844** | **27,6%** |
| **Crédito Líquido de Imparidade** | **40.438** | **39.167** | **-1.270** | **-3,1%** |
| **CRÉDITO BRUTO** | **43.495** | **43.069** | **-426** | **-1,0%** |

## Carteira de Títulos

O saldo da carteira de Aplicações em Títulos, que inclui os Títulos Disponíveis para Venda e os Títulos de Dívida Pública cabo-verdiana, aumentou 13,5% e 1,3 milhões de contos face ao período homólogo, em consequência do aumento da carteira de Obrigações do Tesouro em 35% e 1,1 milhões de contos, e a mais-valia existente nos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF's) registada, em 2013, em 2,9% e 192 mil contos.

## Recursos de Clientes

A carteira de Recursos de Clientes cresceu em 2013 cerca de 1,4% e 792 mil contos em relação a Dezembro de 2012, atingindo um saldo acumulado de 58,9 milhões de contos. Esta evolução é justificada pelo aumento de 3,6% nos Depósitos de Clientes. O peso dos Recursos de Clientes no activo líquido em Dezembro de 2013 é de 83,8%.

A evolução dos Recursos de Clientes entre 2012 e 2013, por segmento, encontra-se no quadro abaixo:

## Recursos de Clientes

(Mil contos)

| Tipo De Clientes | Dez-12 | Dez-13 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Particulares** | **46.127** | **47.939** | **1.812** | **3,9%** |
| Depósito Ordem | 12.255 | 12.603 | 349 | 2,8% |
| Depósito Prazo | 30.521 | 32.020 | 1.499 | 4,9% |
| Depósito Poupança | 3.351 | 3.316 | -35 | -1,1% |
| **Empresas** | **7.885** | **7.988** | **103** | **1,3%** |
| Depósito Ordem | 6.860 | 6.565 | -295 | -4,3% |
| Depósito Prazo | 1.025 | 1.423 | 398 | 38,8% |
| **Sector Púb.Administrativo** | **1.546** | **1.630** | **84** | **5,4%** |
| Depósito Ordem | 1.525 | 1.601 | 76 | 5,0% |
| Depósito Prazo | 21 | 29 | 8 | 38,5% |
| **Total Depósitos Clientes** | **55.558** | **57.557** | **1.999** | **3,6%** |
| **Outros Recursos de Clientes** | **1.934** | **702** | **-1.231** | **-63,7%** |
| **Juros a pagar de Depósitos** | **684** | **709** | **25** | **3,7%** |
| **TOTAL RECURSOS de CLIENTES** | **58.176** | **58.968** | **792** | **1,4%** |

Os depósitos de emigrantes cresceram 1,5 milhões de contos (+5,5%) em relação a 2012, tendo passado de 28,7 milhões de contos para 30,2 milhões de contos. Este crescimento reflecte a fidelização da nossa diáspora à Marca BCA e reforça o nível de confiança existente. O aumento nos Depósitos a Prazo e à Ordem desse segmento em 6,1% e 7,2%, respectivamente, foram determinantes para o crescimento verificado. De referir que o peso do Depósitos dos Emigrantes no Total dos Depósitos do Banco passou de 51,7% em 2012 para 52,6% em 2013, como se pode comprovar no quadro seguinte.

## Depósitos de Emigrantes

(Mil contos)

| Rúbricas | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| Depósitos à Ordem | 3.857 | 4.134 | 277 | 7,2% |
| Depósito Poupança | 2.523 | 2.453 | -70 | -2,8% |
| Depósitos a Prazo | 22.333 | 23.698 | 1.365 | 6,1% |
| **Total Emigrantes** | **28.714** | **30.285** | **1.571** | **5,5%** |
| **TOTAL DEPOSITOS** | **55.558** | **57.556** | **1.998** | **3,6%** |
| **Peso Emigrante/Total** | **51,7%** | **52,6%** | | |

### Provisões para Riscos e Encargos

A Provisão para Pensões de Reforma e Sobrevivência, num total de 4,7 milhões de contos, apresentam uma diminuição de -11,4%, cerca de -614 mil contos em 2013, quando comparado com o valor registado em Dezembro de 2012.

A contribuição normal dos trabalhadores e do BCA para os encargos com as Pensões de Reforma e Sobrevivência ascende a 53,5 mil contos, sendo 19,3 mil contos dos trabalhadores e 34,1 mil contos do banco, tendo as utilizações para pagamento aos reformados e pré-reformados totalizados 163,5 mil contos. De salientar ainda que os encargos suportados pelo banco relativos a custos dos juros e custos dos serviços correntes para o Fundo de Pensões e Sobrevivência atingiram 390,2 mil contos, totalizando um custo para 2013 de 424, 4 mil contos, com impacto directo nos custos com pessoal.

Em Dezembro de 2013, o banco alterou alguns pressupostos e benefícios da pensão de reforma dos trabalhadores do sistema privativo, nomeadamente: A idade de reforma passou a ser de 62 anos de idade ou 39 anos de serviços, a taxa de redesconto do fundo passou para 5,5%, as taxas de crescimento salarial e das pensões para 3% e 1%, respectivamente. Ainda, o salário pensionável passou a ser igual ao salário base acrescido das diuturnidades e o valor da reforma passou a ser 90% do valor obtido a partir da média do salário pensionável dos últimos 5 anos.

De seguida a evolução do valor patrimonial do Fundo nos dois últimos anos:

**Valor Patrimonial do Fundo de Pensões de Reforma e Sobrevivência**

| | | Movimento no Periodo | | | | (Mil contos) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Exercício | Saldo Inícial | Custos do Banco | Utilização Provisões | Anulação de Provisões | Outros | Valor do Fundo |
| **2012** | **5.367** | 440 | -149 | | -279 | **5.379** |
| **2013** | **5.379** | 424 | -164 | -914 | 40 | **4.765** |

## Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco aumentaram 8,6% e 357,2 mil contos em consequência da incorporação em reservas de 100% do resultado líquido de 2012, da totalidade do resultado líquido de 2013 e da reserva de reavaliação positiva dos TCMF's, no valor de 192 mil contos obtidos em 2013. Por outro lado, a IAS 19 – Emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, em que os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do "corredor") com efeito a 1 Janeiro 2013; Nesse sentido, o ganho actuarial líquido contabilizado anteriormente no activo e passivo, no montante de 508,7 mil contos passou a afectar positivamente os capitais próprios do banco.

## 9.2. – CONTAS de RESULTADOS

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**(Mil contos)**

| | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| Juros e Rendimentos Similares | 3.752 | 3.612 | -140 | -3,7% |
| Juros e Encargos Similares | 1.613 | 1.699 | 86 | 5,3% |
| **Margem Financeira** | **2.139** | **1.913** | **-226** | **-10,6%** |
| Rendimentos de Instrumentos de Capital | 187 | 188 | 1 | 0,6% |
| Rendimentos de Serviços e Comissões | 380 | 378 | -2 | -0,4% |
| Encargos de Serviços e Comissões | 46 | 45 | -1 | -2,2% |
| Resultados de Reavaliação Cambial | 147 | 129 | -18 | -12,4% |
| Resultados de Alienação de Outros activos | 0 | -2 | -2 | -662,6% |
| Outros Resultados de Exploração | 76 | 70 | -6 | -7,5% |
| **Margem Complementar** | **744** | **719** | **-26** | **-3,5%** |
| **Produto Bancário** | **2.884** | **2.632** | **-252** | **-8,7%** |
| Custos com Pessoal | 1.409 | 1.354 | -54 | -3,9% |
| Gastos Gerais Administrativos | 738 | 759 | 22 | 2,9% |
| Amortizações do Exercício | 203 | 192 | -11 | -5,5% |
| Provisões Líquidas de Reposições e Anulações | -11 | -914 | -903 | 7921,1% |
| Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos | 115 | 980 | 865 | 752,7% |
| Imparidade de Outros Activos Líquida de Reversões | 15 | 4 | -11 | -75,5% |
| Resultados de filiais Excluídas de Consolidação | 30 | 40 | 10 | 31,6% |
| **Resultados Antes de Impostos** | **447** | **298** | **-150** | **-33,5%** |
| Impostos Correntes | 30 | 0 | **-30** | **-100,0%** |
| Impostos Diferidos | 78 | 78 | **0** | **0,0%** |
| **Resultado Líquido** | **339** | **220** | **-120** | **-35,3%** |

### Resultado Líquido

O Resultado Líquido do BCA registou uma variação negativa de 35,3%, cerca de -120 mil contos, tendo atingido o montante de 220 mil contos, em resultado da diminuição de 8,7% do Produto Bancário, apesar da diminuição registada nos custos operativos em 1,9%. A diminuição do Produto Bancário, deve-se sobretudo às diminuições registadas quer na margem Financeira quer na margem Complementar, mas com maior realce para a margem Financeira, em virtude da diminuição nos proveitos recebidos em 3,7% contra um aumento nos juros pagos em +5,3%. A imparidade líquida de crédito a clientes, incluindo obrigações privadas, aumentou 865 mil contos, 752,1% superior ao registado em 2012, como resultado do aumento da carteira em incumprimento, do novo conceito de crédito reestruturado imposto pelo Banco Central e ainda, a implementação dos novos factores de risco. Em contrapartida, as Provisões líquidas apresentam um ganho de 914 mil contos e diz respeito a alteração nos benefícios da pensão de reforma auferidos pelos trabalhadores do banco beneficiários do fundo privativo.

### Margem Financeira

A Margem Financeira diminuiu 226 mil contos relativamente ao ano passado (-10,6%), situando-se em 1.913 mil contos. Apesar do aumento nas comissões associadas ao crédito de 40,4%, 33,8 mil contos, e nos juros de obrigações do tesouro em 25,9%, 48,9 mil contos, as diminuições nos juros recebidos de créditos a clientes e nos juros de créditos vencidos em 6,1%, -187,1 mil contos e -33,4%, -11 mil contos, respectivamente, contribuíram para o comportamento da margem financeira. Contribuíram também para a evolução menos favorável desta margem, as diminuições ocorridas nas taxas de aplicações a muito curto prazo no Banco Central que no início do ano eram de cerca de 5,5% e caíram para taxas abaixo de 1% a partir do segundo semestre de 2013.

Relativamente às Operações Passivas, o aumento dos juros sobre Recursos de Clientes em 5,3%, cerca de +86 mil contos, como consequência sobretudo do aumento de 9,4% (137,2 mil contos) nos juros pagos aos Depósitos de Clientes. O aumento nos juros dos Depósitos de Clientes deve-se por um lado ao efeito volume, com o aumento dos Depósitos a Prazo em 5,4% e ao efeito preço, pois a taxa média ponderada dos Depósitos a Prazo e de Poupança passaram para 4,5% (4,46% em Dezembro de 2012). Os Depósitos a Prazo e de Poupança no segmento Emigrantes aumentaram 5,2%, cerca de 1,2 milhões de contos.

### Margem Complementar

A Margem Complementar atingiu 718,6 mil contos, uma diminuição de 3,5%, -26 mil contos relativamente a Dezembro de 2012. A diminuição ocorrida nos Resultados de Reavaliação Cambial e nos Outros Resultados de Exploração em 12,5% e 7,6% foi determinante para a referida diminuição. De referir no entanto que houve um grande esforço na cobrança de Comissões, pelo que as Comissões Líquidas diminuíram apenas 0,2% em relação ao ano anterior.

A evolução negativa ocorrida na Margem Financeira e na Margem Complementar traduziu-se num Produto Bancário de 2.632 mil contos em 2013, inferior ao ano anterior em 8,8%, cerca de -252,4 mil contos.

### Custos Operativos

Os Custos Operativos totalizam 2.305 mil contos, o que representa uma diminuição de 1,9%, justificado pela componente Custos com o Pessoal, com um decréscimo de 3,9% (situando-se em 1.354 mil contos) devido ao facto de não ter havido aumento salarial em 2013, e por terem passado à situação de reformados oito colaboradores. Por outro lado, os custos com juros e serviços correntes com o fundo de pensões também diminuíram em 2013 para 390 mil contos (405 mil contos em Dezembro 2012).

Os Gastos Gerais Administrativos aumentaram 2,9%, cerca de 21,6 mil contos, resultado da implementação de vários projectos em curso, nomeadamente o projecto VALORh (Valorizar/ Acreditar/ Liderar/ Optimizar/ Reconhecer) – Revisão do Modelo de Gestão RH, visando modernizar as ferramentas de gestão em vigor, revisão do modelo de imparidade, a realização da análise de Assessments, visando potenciar a performance

corporativa através das pessoas, entre outros. Por ter-se comemorado o 20º aniversário do BCA foram realizadas várias actividades, o que contribui para o aumento na rubrica Publicidade e Edição de Publicações de 12,5% (+9,4 mil contos), Consultores e Auditores de 85,4% (+10,6 mil contos). De registar ainda acréscimos nas rubricas de Transporte de Valores de 12,7% (+4,1 mil contos) e dos encargos com a SISP de 5,4% (5,7 mil contos), em consequência do aumento da compra de notas estrangeiras e do aumento da utilização dos meios de pagamento.

As Amortizações do Exercício elevaram-se a 191,8 mil contos, -5,5%, e 11,1 mil contos abaixo do valor registado em Dezembro de 2012, em consequência do abate de alguns bens.

O quadro que se segue mostra a composição dos Custos Operativos, bem como a sua respectiva evolução:

**Custos Operativos**

(Mil contos)

| RUBRICAS | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Custos com Pessoal** | **1.408** | **1.354** | **-54** | **-3,8%** |
| Remunerações | 775 | 781 | 6 | 0,8% |
| Encargos Sociais Obrigatórios | 566 | 529 | -37 | -6,5% |
| Pensões de Reforma e Sobrivivência | 405 | 390 | -15 | -3,7% |
| Encargos Sociais Facultativos e Outros | 68 | 45 | -23 | -34,5% |
| **Gastos Gerais Administrativos** | **738** | **759** | **22** | **2,9%** |
| **Amortizações** | **203** | **192** | **-11** | **-5,5%** |
| **TOTAL CUSTOS OPERATIVOS** | **2.349** | **2.305** | **-44** | **-1,9%** |

## 9.3 – ANÁLISE de RÁCIOS

As Rendibilidades do Activo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) evoluíram desfavoravelmente, tendo atingido 0,3% e 5,1%, respectivamente, contra 0,5% e 9,1% em 2012, consequência directa da diminuição do Resultado Líquido do exercício e do aumento dos Capitais Próprios.

O rácio de eficiência – Cost-to-Income – que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário piorou, passando de 81,5% em Dezembro de 2012, para 87,6%, em Dezembro de 2013, e os Gastos com Pessoal sobre o Produto Bancário aumentou de 48,8% para 51,5%. Expurgando o efeito Fundo de Pensões, o Cost-to-income seria de 72,8% em 2013 (67,4% em 2012).

Nos indicadores de Risco importa salientar o comportamento do rácio de Crédito em Incumprimento sobre Crédito Total que atingiu 14,8%, em 2013, contra 12% em 2012, e do rácio de cobertura pela Imparidades sobre Crédito Vencido que atingiu 64,1% em 2013 contra 62,9% em 2012.

O rácio de transformação medido pelo Crédito de Clientes relativamente aos Recursos de Clientes diminuiu para 68,2% (71,3% de 2012).

## 9.4 – RÁCIOS PRUDENCIAIS

Em termos prudenciais, o BCA apresenta uma boa performance e solidez, com os Fundos Próprios de 4,2 milhões de contos, superior a 2012, em 325,4 mil contos. Porém, os Fundos Próprios do BCA foram sendo penalizados progressivamente pelo impacto dos ajustamentos de transição para as novas normas de contabilidade – NIRF ocorridas em 2009 e que em Dezembro de 2012 atingiu o montante final de 1.174 mil contos.

Com o aumento registado nos Fundos Próprios, o rácio de Cobertura de Imobilizado continua bastante elevado, sendo de 202,9% em 2013 (195,8% em 2012).

O Rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde atingiu 13,27%, acima do mínimo dos 10% legalmente exigidos aos bancos comerciais cabo-verdianos.

O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os Depósitos atingiu 2,8 milhões de contos, valor superior ao exigido pelo BCV, que determina que as aplicações em Títulos de Dívida Pública das Instituições Financeiras não podem ser inferiores a 5% do total das suas responsabilidades por Depósitos.

Quanto ao montante global dos créditos, cujos riscos estão sujeitos a Limites de Concentração, o BCA detém, em termos absolutos, 5,5 milhões de contos, valor também inferior ao estipulado pelo BCV, cujo limite agregado não pode ultrapassar oito vezes os seus Fundos Próprios, ou seja 34 milhões de contos e o limite a uma entidade é de 1.062 contos

O quadro seguinte mostra a evolução dos Rácios Prudenciais nos dois últimos anos:

**Evolução dos Rácios Prudenciais**

| Rácios | 2012 | 2013 |
|---|---|---|
| Fundos Próprios | 3.924.795 | 4.250.241 |
| Cobertura de Imobilizado | 208,4% | 203,0% |
| Rácio de Solvabilidade | 11,78% | 13,27% |

## 10 – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor de 219.544.419$00 (Duzentos e Dezanove Milhões, Quinhentos e Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Dezanove Escudos), o Conselho de Administração deliberou propor aos accionistas a seguinte aplicação de resultados:

| **Resultado Líquido** | **219.544.419** |
|---|---|
| Reserva Legal (10%) | 21.954.442 |
| Outras Reservas (90%) | 197.589.977 |

Esta proposta de aplicação de resultados, que não contempla distribuição de dividendos aos accionistas, visa reforçar a solvabilidade do BCA, porquanto, por um lado, continuam muito incertas as perspectivas de evolução da economia no ano de 2014 e seu correlativo impacto sobre a actividade do sistema bancário nacional e, por outro, se mantêm algumas contingências junto do Tesouro de Cabo-Verde

## 11 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES

**Portugal**

Caixa Geral de Depósitos SA – Lisboa
Banco Espírito Santo SA – Lisboa
Banco Português de Investimento SA – Porto
Banco Santander Totta SA – Lisboa
Banco do Brasil SA – Lisboa

**Holanda**

Royal Bank of Scotland NV - Amesterdão
ING Bank NV – Amesterdão
ABN AMRO BANK NV – Amesterdão

**Luxemburgo**

Déxia Bank Internacional à Luxembourg – Luxemburgo
Bank et Caisse d'Epargne d'Etat – Luxemburgo

**Reino Unido**

Lloyds Bank PLC – Londres
Citibank NA – Londres
HSBC Bank PLC – Londres

**Alemanha**

Deutsche Bank AG – Frankfurt
Commerzbank AG – Frankfurt

**Austria**

Bank of Austria Creditanstald – Viena

**Suécia**

Nordea Bank AB (publ) – Estocolmo

**Noruega**

DnB NOR Bank ASA – Oslo

**Estados Unidos da América**

Citibank NA – New York
JP Morgan Chase Bank, N.A. – New York

**França**

Caixa Geral de Depósitos SA – Paris
Banque Nationale de Paris – BNP-Paribas

**Itália**

Intesa Sanpaolo SPI – Milão
UniCrédito Italiano SPA – Milão

**Bélgica**

Ing Belgium SA/NV – Bruxelas
Fortis Bank NV/SA – Bruxelas

**Sénégal**

Citibank Senegal NA – Dakar

**Suíça**

UBS Swiss Bank Corporation AG – Zurique

**Espanha**

Banco Sabadell SA TSB – Sabadell

**Dinamarca**

Jyske Bank A/S – Copenhaga

**Japão**

Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd – Tokyo

## 12 – DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL

**Direcção Comercial Norte –DCN**
Gilda Monteiro
**Directora**

**Direcção Comercial Sul - DCS**
Herminalda Rodrigues
**Directora**

**Direcção Financeira e Internacional –DFI**
Amélia Figueiredo
**Directora**

**Direcção Gestão de Risco -DGR**
Filomena Figueiredo
**Directora**

**Direcção de Meios e Canais – DMC**
Américo Andrade
**Director**

**Direcção de Organização e Inovação - DOI**
Águeda Monteiro
**Directora**

**Direcção de Sistemas Informáticos - DSI**
Luís Barbosa
**Director**

**Direcção de Segurança e Logística – DSL**
Adalberto Melo
**Director**

**Direcção de Suporte Operacional - DSO**
Anibal Moreira
**Director**

**Gabinete de Auditoria – GAI**
Francisco Ramos
**Coordenador**

**Gabinete Jurídico e de Recuperação de Crédito - GJR**
Carlos Lopes
**Coordenador**

**Gabinete de Marketing e Relações Públicas – GMR**
Ana Gonçalves
**Coordenadora**

**Gabinete de Recursos Humanos – GRH**
Euridice Mascarenhas
**Coordenadora**

**Gabinete de Suporte à Função Compliance – GFC**
Vanda Centeio
**Coordenadora**

### GABINETES EMPRESAS

**Gabinete Empresas Norte – GEN**
Lenise Almeida
**Coordenadora**

**Gabinete Empresa Sal - GESA**
Zara Barbosa Vicente
**Coordenadora**

**Gabinete Empresas Sul – GES**
Sofia Alexandra Barbosa
**Coordenadora**

**Gabinete Empresas Sul 2 – GES2**
Nelson Moreira
**Coordenador**

## AGÊNCIAS DA ZONA NORTE

Elisa Santos
**Coordenadora**

### Agências Tipo I

**Agência de São Vicente – ASV**
Joana Helena Carvalho
**Gerente**

### Agências Tipo II

**Agência Boa Vista – ABV**
Cláudio Mendonça
**Gerente**

**Agência da Praça Nova - PNA**
Maísa Sancha Crisóstomo
**Gerente**

**Agência do Porto Novo – APN**
António Évora
**Gerente**

**Agência Ribeira Grande – ARG**
Osvaldina Espíriito Santo G. Brito
**Gerente**

**Agência do Sal – ASA**
**Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral**
Zara Barbosa Vicente
**Gerente**

**Agência de São Nicolau – ASN**
Augusta Benilde Cruz
**Gerente**

### Agências Tipo III

**Agência Fonte Filipe – AFF**
Lídia Pereira
**Gerente**

**Agência Monte Sossego – MAS**
Nelson Gomes
**Gerente**

**Agência de Ponta do Sol – APS**
**Balcão Paúl – APL (Prolong. ARG)**
Osvaldina Espirito Santo G. Brito
**Gerente**

**Agência Santa Maria – ASM**
Elizabeth Alexandre
**Gerente**

**Agência Tarrafal de São Nicolau – ATS**
Manuel Freitas
**Gerente**

## AGÊNCIAS DA ZONA SUL

Guilherme Araújo
**Coordenador**

### Agências Tipo I

**Agência da Praia – APA**
**Prolongamento São Domingos - PSD**
Janira Barbosa Andrade
**Gerente**

**Agência de Santa Catarina – ASC**
**Prolongamento Assomada – ADA**
Luis Ramos
**Gerente**

### Agências Tipo II

**Agência Achada Santo António I – ASTI**
Dulce Santos
**Gerente**

**Agência Avenida – AVE**
**Prolongamento Achada São Filipe – ASF**
Celmira Mendes
**Gerente**

**Agência de São Filipe - FOGO – AFG**
Luis dos Reis
**Gerente**

**Agência do Tarrafal – ATA**
Isabel Costa
**Gerente**

### Agências Tipo III

**Agência Achada Santo António II – ASTII**
Maria Teresa Borges
**Gerente**

**Agência da Brava – ABR**
Ângela Rosa
**Gerente**

**Agência do Maio – AMA**
Alexandrino Eanes
**Gerente**

**Agência dos Mosteiros – AMO**
Luis dos Reis
**Gerente**

**Agência Palmarejo Grande – APG**
Joaquina Lopes Tavares
**Gerente**

**Agência de Santa Cruz – STC**
José Moniz
**Gerente**

## 13 – ANEXOS

### Banco Comercial do Atlântico, S.A

**Balanço a 31/12/2013**

| | Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações | Provisões, Imparidade e Amortizações | Valor Líquido |
|---|---|---|---|
| **Activo** | | | |
| Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais | 2.704.800.392 | | 2.704.800.392 |
| Disponibilidades em Out. Instituições Crédito | 503.495.284 | | 503.495.284 |
| Activos Financeiros Disponíveis para Venda | 7.265.407.432 | 10.841.439 | 7.254.565.993 |
| Aplicações em Instituições de Crédito | 11.809.655.612 | | 11.809.655.612 |
| Créditos a Clientes | 43.069.143.442 | 3.901.594.001 | 39.167.549.441 |
| Títulos de Dívida Pública | 4.526.582.511 | | 4.526.582.511 |
| Propriedades de Investimento | 1.529.000 | 103.600 | 1.425.400 |
| Outros Activos Tangíveis | 3.887.649.792 | 1.805.720.815 | 2.081.928.978 |
| Activos Intangíveis | 266.583.054 | 243.810.231 | 22.772.823 |
| Investimentos em Filiais excl.Consol. Assoc. e Empreend.Conjuntos | 268.319.527 | | 268.319.527 |
| Activos por Impostos Correntes | 808.221.132 | | 808.221.132 |
| Activos por Impostos Diferidos | 2.448.376 | | 2.448.376 |
| Outros Activos | 1.307.666.521 | 132.800.630 | 1.174.865.891 |
| **Total de Activos** | **76.421.502.076** | **6.094.870.716** | **70.326.631.361** |

| | Dez-13 |
|---|---|
| **Passivo** | |
| Recursos de Outras Instituições de Crédito | 730.371.096 |
| Recursos de Clientes e Outros Empréstimos | 58.967.699.291 |
| Provisões | 5.111.726.370 |
| Passivos por Impostos Correntes | - |
| Passivos por Impostos Diferidos | 142.207.094 |
| Outros Passivos Subordinados | 399.039.906 |
| Outros Passivos | 485.632.019 |
| **Total do Passivo** | **65.836.675.776** |
| **Capital** | |
| Capital | 1.318.647.814 |
| Reservas de Reavaliação | 256.090.227 |
| Outras Reservas e Resultados Transitados | 2.695.673.125 |
| Resultado do Exercício | 219.544.419 |
| **Total de Capital** | **4.489.955.585** |
| **Total do Passivo + Capital** | **70.326.631.361** |

O Presidente C. A. — António de Castro Guerra

A Responsável da Contabilidade — Maria de Fátima N. Evora

A Directora Financeira e Internacional — Amélia Figueiredo

# Banco Comercial do Atlântico, S.A

## Demonstração Resultados a 31/12/2013

| Descritivo | Valor |
|---|---|
| Juros e Rendimentos Similares | 3.611.699.388 |
| Juros e Encargos Similares | 1.698.703.989 |
| **Margem financeira** | **1.912.995.399** |
| Rendimentos de Instrumentos de Capital | 187.667.415 |
| Rendimentos com Serviços e Comissões | 378.332.715 |
| Encargos com Serviços e Comissões | 44.715.885 |
| Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda | 0 |
| Resultados de Reavaliação Cambial | 128.977.117 |
| Resultados de Alienação de Outros Activos | -2.030.891 |
| Outros Resultados de Exploração | 70.376.575 |
| **Produto Bancário** | **2.631.602.444** |
| Custos com Pessoal | 1.354.098.650 |
| Gastos Gerais Administrativos | 759.199.182 |
| Amortizações do Exercício | 191.809.086 |
| Provisões Líquidas de Reposições e Anulações | -914.405.000 |
| Imparidade Out. Activos Financeiros Líq. Reversões/Recuperações | 979.707.707 |
| Imparidade Outros Activos Líq. de Reversões e Recuperações | 3.578.700 |
| Resultados Filiais excluidas Consol., Assoc.Empreend. Conjunto | 40.011.447 |
| **Resultados antes Impostos** | **297.625.566** |
| Impostos | |
| Correntes | |
| Diferidos | 78.081.147 |
| **Resultados Líquido** | **219.544.419** |

O Presidente C. A . — António de Castro Guerra

A Responsável da Contabilidade — Maria de Fátima N. Evora

A Directora Financeira e Internacional — Amélia Figueiredo

# Banco Comercial do Atlântico, S.A

## Cost to Income - Custo Operativo /Produto Bancário

### Produto Bancário

| Rúbricas | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Relativa | Absoluta |
| Margem Financeira | 2.139.392.097 | 1.912.995.399 | -10,6% | -226.396.699 |
| + Margem Complementar | 744.637.558 | 718.607.046 | -3,5% | -26.030.512 |
| **= Produto Bancário** | **2.884.029.656** | **2.631.602.444** | **-8,8%** | **-252.427.211** |

### Custo Operativo

| Rúbricas | 2012 | 2013 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Relativa | Absoluta |
| Custo Administrativo | 2.146.103.295 | 2.113.297.832 | -1,5% | -32.805.463 |
| Amortizações | 202.996.976 | 191.809.086 | -5,5% | -11.187.890 |
| **= Custo Operativo** | **2.349.100.271** | **2.305.106.918** | **-1,9%** | **-43.993.353** |

### Cost to Income

| Rúbricas | 2012 | 2013 |
|---|---|---|
| **Cost to Income - c/Fundo Pensões** | 81,5% | 87,6% |
| **Cost to Income - s/Fundo Pensões** | 67,4% | 72,8% |

## Banco Comercial do Atlântico, S.A

### Rácios de Estrutura

| Rúbricas | 2012 | | 2013 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valores | % | Valores | % |
| 1-Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes | 4.382.145.854 / 39.624.222.207 | **11,1%** | 3.704.553.951 / 39.260.492.595 | **9,4%** |
| 2-Crédito M.L. Prazo/Crédito Clientes | 35.242.076.353 / 39.624.222.207 | **88,9%** | 35.555.938.644 / 39.260.492.595 | **90,6%** |
| 3-Crédito Vencido/Crédito Clientes | 4.754.991.413 / 39.624.222.207 | **12,0%** | 5.811.623.397 / 39.260.492.595 | **14,8%** |
| 4-Imparidade Crédito Vencido/Crédito Vencido | 2.989.095.236 / 4.754.991.413 | **62,9%** | 3.726.543.333 / 5.811.623.397 | **64,1%** |
| 5-Crédito Clientes/Depósitos | 39.624.222.207 / 55.558.104.201 | **71,3%** | 39.260.492.595 / 57.556.499.473 | **68,2%** |
| 6-Crédito Clientes/Depósito a Prazo | 39.624.222.207 / 34.918.627.890 | **113,5%** | 39.260.492.595 / 36.788.346.497 | **106,7%** |
| 7-Crédito Normal/Depósito a Prazo | 34.869.230.794 / 34.918.627.890 | **99,9%** | 33.448.869.198 / 36.788.346.497 | **90,9%** |
| 8-Crédito Curto Prazo/Depósito Prazo | 4.382.145.854 / 34.918.627.890 | **12,5%** | 3.704.553.951 / 36.788.346.497 | **10,1%** |
| 9-Crédito M.L. Prazo/Depósito Prazo | 35.242.076.353 / 34.918.627.890 | **100,9%** | 35.555.938.644 / 36.788.346.497 | **96,7%** |
| 10-Depósito Ordem/Depósitos Totais | 20.639.476.310 / 55.558.104.201 | **37,1%** | 20.768.152.976 / 57.556.499.473 | **36,1%** |
| 11-Depósito a Prazo/Depósitos Totais | 34.918.627.890 / 55.558.104.201 | **62,9%** | 36.788.346.497 / 57.556.499.473 | **63,9%** |

### Rácios de Avaliação de Desempenho

| Rúbricas | 2012 | | 2013 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valores | % | Valores | % |
| **1-RCP=Resultado Líquido/Capitais Próprios** | 339.088.246 / 3.381.003.638 | **10,0%** | 219.544.419 / 4.311.326.934 | **5,1%** |
| **2-RDA=Resultado Líquido/Activo Médio** | 339.088.246 / 68.622.287.184 | **0,5%** | 219.544.419 / 70.065.052.906 | **0,3%** |
| **3-ML = Resultado Líquido/Proveitos** | 339.088.246 / 7.494.371.289 | **4,5%** | 219.544.419 / 8.034.845.417 | **2,7%** |
| **4-RA = Proveitos/Activo** | 7.494.371.289 / 69.941.737.177 | **10,7%** | 8.034.845.417 / 70.326.631.361 | **11,4%** |
| **6-MF=(Proveito Juros-Custos Juros)/Activo** | 2.139.392.097 / 69.941.737.177 | **3,1%** | 1.912.995.399 / 70.326.631.361 | **2,7%** |
| **ROA** | 0,5% | | 0,3% | |
| **ROE** | 10,0% | | 5,1% | |

**RCP = Rentabilidade dos Capitais Próprios**
**RDA = Rentabilidade dos Activos**
**ML = Margem de Lucro**
**RA = Rotação dos Activos**
**MF = Margem Financeira**

# Banco Comercial do Atlântico, S.A

## Rácios de Medição de Liquidez

| Rúbricas | 2012 | | 2013 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valores | % | Valores | % |
| **1-Depósitos Totais/Activo** | 55.558.104.201<br>68.622.287.184 | **81,0%** | 57.556.499.473<br>70.065.052.906 | **82,1%** |
| **2-Crédito Clientes / Activo** | 39.624.222.207<br>68.622.287.184 | **57,7%** | 39.260.492.595<br>70.065.052.906 | **56,0%** |
| **3-Crédito Curto Prazo / Activo** | 4.382.145.854<br>68.622.287.184 | **6,4%** | 3.704.553.951<br>70.065.052.906 | **5,3%** |
| **4-Crédito M.Longo Prazo / Activo** | 35.242.076.353<br>68.622.287.184 | **51,4%** | 35.555.938.644<br>70.065.052.906 | **50,7%** |
| **5-Crédito Clientes / Depósitos Totais** | 39.624.222.207<br>55.558.104.201 | **71,3%** | 39.260.492.595<br>57.556.499.473 | **68,2%** |
| **6-Aplicações de Curto Prazo / Activo** | 15.896.843.032<br>68.622.287.184 | **23,2%** | 15.219.251.128<br>70.065.052.906 | **21,7%** |

## Indicadores de Produtividade

| Rúbricas | 2012 | | 2013 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valores | Contos | Valores | Contos |
| **1-Cr. e Depósitos / Nº de Empregados Activo** | 95.182.326<br>431 | **220.841** | 96.816.992<br>436 | **222.057** |
| **2-Produto Bancário / Nº de Empregados Activo** | 2.884.030<br>431 | **6.691** | 2.631.602<br>436 | **6.036** |
| **3-Crédito e Depósitos / Nº de Balcões** | 95.182.326<br>32 | **2.974.448** | 96.816.992<br>32 | **3.025.531** |

# Banco Comercial do Atlântico, S.A

## Principais Indicadores

| Principais Indicadores | 2012 | 2013 |
|---|---|---|
| 1. ROE | 10,0% | 5,1% |
| 2. ROA | 0,5% | 0,3% |
| 3. Cost/income sem Fundo Pensões | 67,4% | 72,8% |
| 4. Volume do Crédito Vencido | 4.754.991 | 5.811.623 |
| 5. Rácio de Solvabilidade | 11,78% | 13,27% |
| 6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base / Activo Ponderado) | 14,35% | 14,43% |
| 7. Conversão de Depósitos em Créditos | 71,32% | 68,21% |
| 8. Produtividade por Empregado | 787 | 504 |
| 8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos) / Nº empregados | 220.841 | 222.057 |
| 8.2. Produto Bancário / Nº empregados | 6.691 | 6.036 |
| 9. Cobertura do Imobilizado | 195,82% | 202,95% |
| 10. Fundos Próprios | 3.924.795 | 4.250.241 |

- ADMINISTRAÇÃO -

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 2013

Presidente **Dr. António Joaquim de Sousa** (em representação da Caixa Geral de Depósitos até 4 de Junho de 2013)

Presidente **Prof. Dr. António José de Castro Guerra** (em representação da Caixa Geral de Depósitos, a partir de 4 de Junho de 2013)

Administrador **Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda**

Administrador **Dra. Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente**

Maria Eduarda Vicente

Administrador **Dra. Ana Isabel Pais Vinagre Tomázio**

Administrador **Dr. Avelino Bonifácio Fernandes Lopes**

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

# RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do
Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações dos capitais próprios do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2013 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efectuado, emitimos nesta data o Relatório de Auditoria, o qual inclui uma reserva e cinco ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 do Relatório de Auditoria e após considerar os assuntos descritos nos seus parágrafos 8 a 12 , as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 6 de Maio de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Deloitte & Associados, SROC S.A
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

# RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Comercial do Atlântico, S.A.

## Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. ("Banco" ou "BCA"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de mCve. 70.326.631 e um capital próprio de mCve. 4.489.955, incluindo um resultado líquido de mCve. 219.544, as Demonstrações dos resultados, dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Ane (Notas 1 a 36).

## Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

## Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a audito para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeir devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

**Bases para a Opinião com Reservas**

6. Conforme descrito na Nota 14, em 31 de Dezembro de 2013 o Banco tem registadas bonificações a receber no montante de mCve. 814.432 (mCve. 785.114 em 31 de Dezembro de 2012). Tendo por base uma auditoria externa efectuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a Direcção Geral do Tesouro (DGT) questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em Novembro de 2012, a DGT comunicou ao Banco que iria assumir o pagamento de mCve. 168.133 relativo a bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2000 e 2007, tendo considerado não elegíveis bonificações reclamadas no montante de mCve. 102.098. Adicionalmente, a DGT confirmou o montante de mCve. 208.564 relativo às bonificações do crédito à habitação do período entre 2008 e 2011, face a um total reclamado de mCve. 277.728. O Banco decidiu por reconhecer o custo relativo às operações identificadas como não elegíveis ao longo de um período de 5 anos a partir do exercício de 2012, tendo reconhecido gastos de mCve. 34.252 em cada um dos exercícios de 2012 e 2013 e mantido registados mCve. 102.758, pelo que nessa data o activo e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados em mCve. 102.758 e mCve. 137.010, respectivamente, e os resultados do exercício subavaliados em mCve. 34.252. No que se refere às bonificações de operações de crédito à habitação de 2012 e 2013, cujo valor reclamado e imparidade registada ascendem a mCve. 125.423 e mCve. 33.409, respectivamente, e a outras bonificações, cujo montante ascende a mCve. 209.553, ainda se encontram em curso negociações entre as partes com vista à quantificação das operações elegíveis. Face ao exposto, não nos é possível quantificar a imparidade adicional necessária para fazer face à parte do saldo de bonificações a receber registado em 31 de Dezembro de 2013 que não será recebida pelo Banco.

**Opinião**

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**Ênfases**

8. A carteira de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2013 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo financiamento de alguns projectos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra actualmente suspensa. O Banco tem em curso um conjunto de medidas com vista à recuperação destes créditos e, na generalidade das situações, tem hipotecas sobre os respectivos imóveis/terrenos cujo valor das avaliações de que dispõe é superior ao valor dos créditos concedidos. A concretização das expectativas de cobrabilidade reflectidas na imparidade atribuída pelo Banco a estes clientes, a qual reflecte normalmente descontos face aos valores de avaliação, está naturalmente dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das referidas medidas que se encontram em curso.

DT

9. Conforme descrito na Nota 2.2 m), no exercício de 2013 o Banco adoptou no registo das responsabilidades com benefícios dos seus empregados a versão revista da IAS 19 – Benefícios a Empregados (IAS 19), tendo passado a reconhecer por contrapartida de capital próprio os ganhos e perdas actuariais. Anteriormente, o Banco utilizava o método do corredor previsto na versão anterior da IAS 19, sendo os ganhos e perdas actuariais relativos a planos de pensões e benefícios com saúde diferidos em balanço no corredor até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades com serviços passados. Os desvios actuariais superiores ao limite do corredor eram amortizados por resultados durante o período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano. De acordo com os requisitos do IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, encontrando-se o seu efeito reflectido nas demonstrações financeiras pró-forma de 2012, apresentadas para efeitos comparativos. O impacto da reexpressão consistiu num aumento do capital próprio do Banco em 1 de Janeiro de 2012 e 31 de Dezembro de 2012 no montante de mCve. 184.591 e mCve. 392.003, respectivamente, após considerado o efeito fiscal, incluindo um aumento do resultado líquido do exercício de 2012 em mCve. 12.872 (Nota 2.3).

10. Em 31 de Dezembro de 2013 o Banco tem registados na rubrica "Outros activos" valores a receber do Estado de Cabo Verde (Estado) no montante de mCve. 559.149, alguns dos quais com antiguidade significativa. Apesar destes saldos terem sido confirmados pelo Estado, incluindo os relativos a bonificações mencionados no parágrafo 6 acima, ainda não se encontram definidos os termos para a sua liquidação. De acordo com o Conselho de Administração, encontram-se em curso negociações com o Estado com vista ao estabelecimento de um plano de reembolso, sendo sua convicção que da conclusão dessas negociações não resultarão impactos materialmente relevantes na situação patrimonial do Banco.

11. Conforme descrito na Nota 13, as Autoridades Fiscais de Cabo Verde efectuaram um conjunto de correcções à matéria colectável do Banco dos exercícios de 2005 a 2012, que incluíram a não aceitação de custos do exercício com pensões e assistência médica e das correspondentes variações patrimoniais de 2009 a 2012 decorrentes dos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O Banco não reconheceu quaisquer custos relativos a estas correcções, dado ser entendimento do Conselho de Administração e dos seus consultores fiscais que os procedimentos adoptados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, pelo que apresentou reclamação formal quanto às referidas correcções. A reclamação relativa à primeira liquidação adicional recebida, referente ao exercício de 2008, foi indeferida pelas Autoridades Fiscais, tendo o Banco impugnado judicialmente esta decisão. Em Dezembro de 2013, o Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento deliberou considerar a impugnação totalmente procedente, dando como anulado o acto de fixação da matéria colectável de 2008 e correspondente liquidação. Em Fevereiro de 2014, as Autoridades Fiscais apresentaram recurso desta decisão para o Supremo Tribunal de Justiça, encontrando-se o processo em curso nesta data. Em 31 de Dezembro de 2013, o impacto total da contingência não provisionada associada a estas correcções ascende a mCve. 993.845, tal como explicado em maior detalhe na Nota 13, incluindo um montante de mCve. 783.540 já pago pelo Banco e registado em "Activos por impostos correntes". É convicção do Conselho de Administração que o desfecho deste processo será favorável ao Banco, razão pela qual não foram registados quaisquer custos relacionados com esta contingência nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231



12. Conforme descrito na Nota 30, em Novembro de 2013 o Conselho de Administração decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, com vista à sua sustentabilidade, tendo introduzido novas regras para apuramento dos benefícios com reforma. Estas alterações originaram uma redução das responsabilidades de mCve. 914.405 com referência a 31 de Dezembro de 2013, tendo o correspondente proveito sido reflectido na rubrica de "Provisões", da demonstração de resultados.

Lisboa, 6 de Maio de 2014

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (PRO-FORMA) E EM 1 DE JANEIRO DE 2012 (PRO-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| ACTIVO | Notas | 2013 Activo bruto | 2013 Imparidade e amortizações | 2013 Activo líquido | (Pro-forma) 31.12.2012 Activo líquido | (Pro-forma) 01.01.2012 Activo líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 3 | 2.704.800 | - | 2.704.800 | 2.342.558 | 9.726.629 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 4 | 503.495 | - | 503.495 | 816.608 | 656.366 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 5 | 7.265.407 | (10.841) | 7.254.566 | 7.060.548 | 6.310.502 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6 | 11.809.656 | - | 11.809.656 | 11.513.360 | 1.210.696 |
| Títulos de dívida pública | 7 | 4.526.583 | - | 4.526.583 | 3.357.248 | 3.457.130 |
| Crédito a clientes | 8 | 43.069.143 | (3.901.594) | 39.167.549 | 40.437.664 | 41.671.975 |
| Propriedades de investimento | 9 | 1.529 | (104) | 1.425 | 1.425 | 2.925 |
| Outros activos tangíveis | 10 | 3.887.650 | (1.805.721) | 2.081.929 | 1.992.401 | 1.957.250 |
| Activos intangíveis | 11 | 266.583 | (243.810) | 22.773 | 45.951 | 42.973 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 12 | 268.320 | - | 268.320 | 232.356 | 215.915 |
| Activos por impostos correntes | 13 | 808.221 | - | 808.221 | 723.006 | 642.452 |
| Activos por impostos diferidos | 13 | 2.448 | - | 2.448 | 97.117 | 191.786 |
| Outros activos | 14 | 1.307.667 | (132.801) | 1.174.866 | 1.183.232 | 1.098.906 |
| Total de activos | | 76.421.502 | (6.094.871) | 70.326.631 | 69.803.474 | 67.185.505 |

| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | Notas | 2013 | (Pro-forma) 31.12.2012 | (Pro-forma) 01.01.2012 |
|---|---|---|---|---|
| Recursos de outras instituições de crédito | 15 | 730.371 | 541.719 | 565.699 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 16 | 58.967.699 | 58.175.745 | 56.459.611 |
| Provisões | 17 | 5.111.726 | 5.693.269 | 5.639.025 |
| Passivos por impostos diferidos | 13 | 142.207 | 158.223 | 102.001 |
| Outros passivos subordinados | 18 | 399.040 | 499.492 | 499.934 |
| Outros passivos | 19 | 485.633 | 602.330 | 713.330 |
| Total do passivo | | 65.836.676 | 65.670.778 | 63.979.600 |
| Capital | 20 | 1.318.648 | 1.318.648 | 1.318.648 |
| Reservas de reavaliação | 21 | 390.267 | 196.537 | (367.611) |
| Outras reservas e resultados transitados | 21 | 2.561.496 | 2.265.551 | 1.718.119 |
| Resultado do exercício | 21 | 219.544 | 351.960 | 536.749 |
| Total do capital próprio | | 4.489.955 | 4.132.696 | 3.205.905 |
| Total do passivo e do capital próprio | | 70.326.631 | 69.803.474 | 67.185.505 |

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (PRO-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | Notas | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|---|
| Juros e rendimentos similares | 22 | 3.611.699 | 3.752.075 |
| Juros e encargos similares | 23 | (1.698.704) | (1.612.683) |
| **MARGEM FINANCEIRA** | | **1.912.995** | **2.139.392** |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 24 | 187.667 | 186.517 |
| Rendimentos com serviços e comissões | 25 | 378.333 | 379.995 |
| Encargos com serviços e comissões | 25 | (44.716) | (45.783) |
| Resultados de reavaliação cambial | 26 | 128.977 | 147.353 |
| Resultados de alienação de outros activos | 27 | (2.031) | 361 |
| Outros resultados de exploração | 28 | 70.377 | 76.195 |
| **PRODUTO BANCÁRIO** | | **2.631.602** | **2.884.030** |
| Custos com pessoal | 29 | (1.354.098) | (1.395.718) |
| Gastos gerais administrativos | 31 | (759.200) | (737.514) |
| Amortizações do exercício | 10 e 11 | (191.808) | (202.997) |
| Provisões líquidas de reposições e anulações | 17 | 914.405 | 11.481 |
| Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações | 17 | (979.708) | (114.977) |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | 17 | (3.579) | (14.664) |
| Resultados em empresas associadas | 12 | 40.011 | 30.446 |
| **RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS** | | **297.625** | **460.087** |
| **Impostos sobre lucros** | | | |
| *Correntes* | 13 | - | (30.046) |
| *Diferidos* | 13 | (78.081) | (78.081) |
| | | **(78.081)** | **(108.127)** |
| **Resultado do Exercício** | | **219.544** | **351.960** |
| Número médio de acções ordinárias emitidas | | 1.324.765 | 1.324.765 |
| Resultado por acção | | 0,16572 | 0,26568 |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (PRO-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Resultado não incluido na demonstração de resultados | | |
| Rubricas que não serão reclassificadas para a demonstração de resultados: | | |
| Desvios actuariais e financeiros relativos a encargos com pensões (Nota 2.3) | | |
| Variação ocorrida no exercício | (56.015) | 261.127 |
| Efeito fiscal | - | (66.587) |
| Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados: | | |
| Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda | | |
| Variação no exercício | 194.299 | 564.595 |
| Efeito fiscal | (570) | (447) |
| Alterações nos investimentos em associadas | | |
| Variação ocorrida no exercício | - | 5.377 |
| Efeito fiscal | - | (1.371) |
| Resultado não incluído na demonstração de resultados | 137.714 | 762.694 |
| Resultado do exercício | 219.544 | 351.960 |
| Total do rendimento integral do exercício | 357.258 | 1.114.654 |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (PRO-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | | | Outras reservas e resultados transitados | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital | Reservas de Reavaliação | Reserva legal | Outras reservas | Resultados transitados | Total | Resultado do exercício | Total do capital próprio |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2011 | 1.318.648 | (367.611) | 638.924 | 2.069.480 | (1.174.876) | 1.533.528 | 536.749 | 3.021.314 |
| Impacto da alteração da política contabilística relativa a pensões (Nota 2.3) | - | - | - | 184.591 | - | 184.591 | - | 184.591 |
| Saldos em 1 de Janeiro de 2012 (pro-forma) | 1.318.648 | (367.611) | 638.924 | 2.254.071 | (1.174.876) | 1.718.119 | 536.749 | 3.205.905 |
| Distribuição do resultado do exercício de 2011: | | | | | | | | |
| Incorporação em reservas | - | - | 53.675 | 295.211 | - | 348.886 | (348.886) | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | - | - | (187.863) | (187.863) |
| Rendimento integral do exercício | - | 564.148 | - | 198.546 | - | 198.546 | 351.960 | 1.114.654 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (pro-forma) | 1.318.648 | 196.537 | 692.599 | 2.747.828 | (1.174.876) | 2.265.551 | 351.960 | 4.132.696 |
| Distribuição do resultado do exercício de 2012 (pro-forma): | | | | | | | | |
| Incorporação em reservas | - | - | 33.909 | 318.051 | - | 351.960 | (351.960) | - |
| Rendimento integral do exercício | - | 193.730 | - | (56.015) | - | (56.015) | 219.544 | 357.259 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2013 | 1.318.648 | 390.267 | 726.508 | 3.009.864 | (1.174.876) | 2.561.496 | 219.544 | 4.489.955 |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das actividades operacionais** | | |
| Recebimento de juros e comissões | 3.899.824 | 4.098.935 |
| Pagamento de juros e comissões | (1.719.183) | (1.626.491) |
| Recuperação de crédito e juros vencidos | 106.342 | 123.162 |
| Resultados cambiais | 128.977 | 147.353 |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores | (1.609.911) | (1.605.880) |
| Pagamentos de pensões e assistência médica | (182.413) | (205.426) |
| Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional | (49.198) | 99.613 |
| Pagamentos de impostos sobre o rendimento | (85.215) | (110.599) |
| **Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais** | 489.223 | 920.667 |
| **(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:** | | |
| Aplicações em instituições de crédito | (295.066) | (10.304.247) |
| Créditos sobre clientes | 262.228 | 1.029.503 |
| Títulos de dívida pública | (1.153.225) | 100.000 |
| Outros activos | 23.057 | (38.107) |
| | (1.163.006) | (9.212.851) |
| **Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:** | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | 189.023 | (23.557) |
| Recursos de clientes | 766.927 | 1.684.279 |
| Outros passivos subordinados | (99.699) | (1.511) |
| Outros passivos | (26.731) | (178.385) |
| | 829.520 | 1.480.826 |
| **Caixa líquida das actividades operacionais** | 155.737 | (6.811.358) |
| **Fluxos de caixa de actividades de investimento** | | |
| (Aumentos) diminuições nos activos de investimento: | | |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | (15.000) | - |
| Propriedades de investimento | - | 1.500 |
| Activos intangíveis | (738) | (27.654) |
| Outros activos tangíveis | (297.865) | (218.901) |
| Dividendos recebidos | 206.995 | 20.447 |
| Caixa líquida das actividades de investimento | (106.608) | (224.608) |
| **Fluxos de caixa de actividades de financiamento** | | |
| Dividendos distribuídos | - | (187.863) |
| Caixa líquida das actividades de financiamento | - | (187.863) |
| **Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes** | 49.129 | (7.223.829) |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 3.159.166 | 10.382.995 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 3.208.295 | 3.159.166 |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de Julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de Dezembro de 2005, as acções do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas actividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 33 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de Maio de 2014, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

### 2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2013 e 2012, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| 1 USD | 80,148 | 83,265 |

c) Activos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos de "trading" ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

*Crédito vencido e anulações de capital e juros*

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de "Empréstimos e contas a receber":

- Acções de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para

rendimentos ou gastos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Os rendimentos a receber dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira são reflectidos no Balanço na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda".

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;

- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;

- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;

- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;

- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;

- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;

- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;

- Diminuição da posição competitiva do devedor;

- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou apresentem incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Sector Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica

"Reservas de reavaliação".

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros activos".

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, o Banco considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados na rubrica "Outros resultados de exploração".

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, na rubrica "Outros resultados de exploração".

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

| | Anos de vida útil |
|---|---|
| Imóveis de serviço próprio | 50 |
| Equipamento: | |
| Mobiliário e material de escritório | 8 |
| Máquinas e ferramentas | 5 - 6 |
| Equipamento informático | 4 |
| Instalações interiores | 8 |
| Material de transporte | 3 a 5 |
| Equipamento de segurança | 8 |
| Outro equipamento | 5 |

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso

subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e a valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da actividade do Banco.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados". Os principais benefícios concedidos pelo Banco incluem pensões de reforma e sobrevivência e encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

As responsabilidades com pensões de reforma do Banco são regulamentadas, ainda em regime transitório, pelo Estatuto de Pessoal do Banco de Cabo Verde, de 1 de Dezembro de 1990. Nos termos deste Estatuto, o Banco assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma aos empregados que reúnam as condições previstas neste documento.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respectivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal). É ainda da responsabilidade do Banco a dotação dos montantes adicionais necessários para a cobertura integral das responsabilidades.

O Banco não tem responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efectivo a partir de 2001, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu ainda o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respectivamente, da massa salarial.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde ao valor actual das responsabilidades. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método *"Unit Credit Projected"*, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 30). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade (ou, na sua ausência, títulos de dívida pública), denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Até 31 de Dezembro de 2012, os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, eram diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedessem o valor do corredor, o referido excesso era reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior eram calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido, nomeadamente, para os planos de pensões e de saúde do Banco.

Em 2013, na sequência da entrada em vigor da revisão da norma IAS 19 – Benefícios dos empregados (Nota 2.2 r)), o Banco passou a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente no capital próprio. Esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, conforme requerido pela IAS 8 (Nota 2.3).

Para a cobertura das responsabilidades com pensões, o Banco dispõe de uma provisão para pensões e encargos similares, registada na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – pensões de reforma", do passivo.

As responsabilidades definidas com base na avaliação actuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde, são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 17).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros é reflectido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O Banco reconhece através de rendimentos e custos o efeito de cortes ("curtailments") ocorridos nos planos de benefícios definidos, o qual incorpora qualquer alteração resultante no valor presente da obrigação de benefícios definidos.

O Banco considera a existência de um curtailment sempre que:

a) esteja demonstravelmente comprometido a fazer uma redução material no número de empregados cobertos por um plano; ou
b) altere os termos de um plano de benefícios definidos de forma tal que um elemento material do serviço futuro dos empregados correntes deixará de se qualificar para benefícios, ou se qualificará apenas para benefícios reduzidos.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em custos.

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em rendimentos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

*Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber*

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

*Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda*

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. d)).

*Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos*

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

*Benefícios dos empregados*

Conforme referido na Nota 2.2. m), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Conforme referido na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2013 existem contingências não provisionadas relativas a correcções efectuadas pelas Autoridades Fiscais ao lucro tributável de anos anteriores, dado o Banco considerar que os procedimentos que adoptou estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2013.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

| Norma / Interpretação | Aplicável nos exercícios iniciados em ou após | |
|---|---|---|
| Emenda à norma IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Empréstimos do governo) | 01-Jan-13 | Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo. |
| Emenda à norma IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros) | 01-Jan-13 | Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros. |

| Norma / Interpretação | Aplicável nos exercícios iniciados em ou após | |
|---|---|---|
| Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral) | 01-Jul-12 | Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações:<br>(i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e<br>(ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral. |
| Revisão da norma IAS 19 – Benefícios a Empregados | 01-Jan-13 | A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente:<br>(i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral);<br>(ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano;<br>(iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros;<br>(iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação. |
| IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor (nova norma) | 01-Jan-13 | Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. |
| IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto | 01-Jan-13 | Esta interpretação clarifica o registo de certos custos incorridos durante a fase de produção numa mina a céu aberto. |
| Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011) | 01-Jan-13 | Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos). |
| IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas | 01-Jan-13 | Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. |
| IFRS 11 – Acordos Conjuntos | 01-Jan-13 | Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. |
| IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades | 01-Jan-13 | Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. |
| IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011) | 01-Jan-13 | Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. |
| IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011) | 01-Jan-13 | Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos. |

Os impactos da adopção da versão revista da IAS 19 encontram-se descritos na nota 2.3.. A adopção das restantes normas não teve um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

| Norma / Interpretação | Aplicável nos exercícios iniciados em ou após | |
|---|---|---|
| Emenda às normas:<br>· IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas;<br>· IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento) | 01-Jan-14 | Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento. |
| Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros | 01-Jan-14 | Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros. |
| Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros) | 01-Jan-14 | Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sida determinada com base no justo valor menos custos para vender. |
| Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) | 01-Jan-14 | Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado. |
| IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (2009) e emendas posteriores | 01-Jan-18 | Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros. |
| IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (2013) e IFRS 7 – "Divulgações de instrumentos financeiros" | 01-Jan-18 | A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda. |

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

2.3. Aplicação retrospectiva de alteração de políticas contabilísticas

Tal como referido na Nota 2.2 m), no exercício de 2013 o Banco alterou a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em capital próprio, na demonstração de rendimento integral, no período em que ocorrem, conforme previsto pela versão revista da IAS 19.

Conforme requerido pela IAS 8, são apresentados em seguida os efeitos da alteração da política contabilística em capital próprio em 1 de Janeiro de 2012, no resultado do exercício de 2012 e no capital próprio em 31 de Dezembro de 2012:

| | 31.12.2012 | | | 01.01.2012 |
|---|---|---|---|---|
| | Capital próprio sem resultado do exercício | Resultado do exercício | Total do capital próprio | Total do capital próprio |
| Saldos antes da aplicação retrospectiva | 3.401.605 | 339.088 | 3.740.693 | 3.021.314 |
| Impacto da aplicação retrospectiva em 1 de Janeiro de 2012: | | | | |
| Desvios actuariais acumulados em 1 de Janeiro de 2012 | | | | |
| - Pensões de reforma | 365.105 | - | 365.105 | 365.105 |
| - Assistência médica | (117.331) | - | (117.331) | (117.331) |
| | 247.774 | - | 247.774 | 247.774 |
| Desvios actuariais reconhecidos em 2012 | | | | |
| - Pensões de reforma | 299.335 | - | 299.335 | - |
| - Assistência médica | (33.803) | - | (33.803) | - |
| | 265.532 | - | 265.532 | - |
| Desvios actuariais amortizados em 2012 (excesso do corredor) | | | | |
| - Assistência médica | - | 12.872 | 12.872 | - |
| Efeito fiscal | (134.175) | - | (134.175) | (63.183) |
| | 379.131 | 12.872 | 392.003 | 184.591 |
| Saldo após a aplicação retrospectiva | 3.780.736 | 351.960 | 4.132.696 | 3.205.905 |

## 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Caixa | | |
| . Moeda nacional | 542.680 | 545.534 |
| . Moeda estrangeira | 652.435 | 658.428 |
| Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde | | |
| . Moeda nacional | 1.508.729 | 1.137.633 |
| . Moeda estrangeira | 956 | 963 |
| | 2.704.800 | 2.342.558 |

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 18% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2013 e 2012, estes depósitos não foram remunerados.

## 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Depósitos à ordem | | |
| Em instituições de crédito no país | | |
| . Caixa Económica de Cabo Verde | 996 | 997 |
| Em instituições de crédito no estrangeiro | | |
| . Citibank | 42.832 | 79.931 |
| . Caixa Geral de Depósitos, S.A. | 41.624 | 65.894 |
| . Banco Espírito Santo, S.A. | 37.382 | 88.359 |
| . JP Morgan Chase Bank | 660 | 31.203 |
| . Outras | 175.866 | 276.464 |
| | 299.360 | 542.848 |
| Cheques a cobrar: | | |
| Sobre o país | 84.609 | 63.181 |
| Sobre o estrangeiro | 115.772 | 206.816 |
| | 200.381 | 269.997 |
| Outras disponibilidades | 3.754 | 3.763 |
| | 503.495 | 816.608 |

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

## 5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Títulos Consolidados de Mobilização Financeira | | |
| . Justo valor | 6.818.523 | 6.626.466 |
| . Rendimentos a receber | 372.892 | 373.172 |
| | 7.191.415 | 6.999.638 |
| Instrumentos de capital | 73.992 | 71.751 |
| Imparidade (Nota 17) | ( 10.841) | ( 10.841) |
| | 7.254.566 | 7.060.548 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

| | | | 2013 | | | 2012 (pro-forma) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Título | % de participação | Custo de aquisição | Valor de balanço (Líquido) | Reserva de reavaliação | Imparidade | Valor de balanço (Líquido) | Reserva de reavaliação | Imparidade |
| | | | | (Nota 21) | (Nota 17) | | (Nota 21) | (Nota 17) |
| Instrumentos de capital valorizados ao justo valor | | | | | | | | |
| Títulos Consolidados de Mobilização Financeira | n.d. | 6.433.170 | 7.191.415 | 385.353 | - | 6.999.638 | 193.296 | - |
| Visa International Service Association | n.d. | 1.314 | 7.906 | 6.593 | - | 5.665 | 4.351 | - |
| | | 6.434.484 | 7.199.321 | 391.946 | - | 7.005.303 | 197.647 | - |
| Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico | | | | | | | | |
| A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. | 11,11% | 50.000 | 39.159 | - | ( 10.841) | 39.159 | - | ( 10.841) |
| Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A. | 0,65% | 10.133 | 10.133 | - | - | 10.133 | - | - |
| Fundo G.A.R.I. | 0,19% | 4.203 | 4.203 | - | - | 4.203 | - | - |
| SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L. | 0,63% | 1.750 | 1.750 | - | - | 1.750 | - | - |
| | | 66.086 | 55.245 | - | ( 10.841) | 55.245 | - | ( 10.841) |
| | | 6.500.570 | 7.254.566 | 391.946 | ( 10.841) | 7.060.548 | 197.647 | ( 10.841) |

n.d. - não disponível

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objectivo de valorização dos seus activos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de Agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. Neste sentido, o Banco regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" (Nota 24);

- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;

- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transaccionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transaccionados sem restrições.

Os rendimentos dos TCMF relativos aos exercícios de 2011 e 2012 foram recebidos em Janeiro de 2013 e Fevereiro de 2014, respectivamente.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de mercado das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos. S.A., apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.387 e mCve. 2.415, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

## 6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Aplicações de crédito no país: | | |
| . No Banco de Cabo Verde: | | |
| - Títulos de regularização monetária | 535.000 | 227.000 |
| - Títulos de intervenção monetária | 90.000 | 798.000 |
| - Aplicações a muito curto prazo | 9.800.000 | 9.500.000 |
| | 10.425.000 | 10.525.000 |
| Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro | | |
| . Aplicações a muito curto prazo | | |
| - Caixa Geral de Depósitos, S.A. | 263.567 | 480.672 |
| - Banco Espírito Santo, S.A. | 230.487 | - |
| . Depósitos a prazo | | |
| - Caixa Geral de Depósitos | 881.628 | 499.590 |
| . Contas caução | | |
| - Outras instituições de crédito no exterior | 9.082 | 9.435 |
| | 1.384.764 | 989.697 |
| Juros a receber | 1 | 43 |
| Proveitos diferidos | ( 109) | ( 1.380) |
| | 11.809.656 | 11.513.360 |

## 7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Obrigações do Tesouro | | |
| Valor Nominal | 4.450.855 | 3.297.630 |
| Juros a receber | 75.728 | 59.618 |
| | 4.526.583 | 3.357.248 |

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascende, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a mCve. 651.780 e mCve. 1.902.330, respectivamente (Nota 16).

## 8. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Crédito interno a curto prazo: | | |
| . Descontos comerciais | 53.290 | 29.300 |
| . Créditos em conta corrente | 2.500.095 | 2.914.459 |
| . Descobertos em depósitos à ordem | 173.209 | 143.524 |
| . Cartões de crédito | 114.988 | 114.946 |
| Crédito interno a médio e longo prazo: | | |
| . Empréstimos | 28.277.328 | 29.400.472 |
| Crédito externo a curto prazo: | | |
| . Descontos comerciais | 6.600 | 3.500 |
| . Créditos em conta corrente | 16.871 | 11.191 |
| . Descobertos em depósitos à ordem | 1.001 | 1.428 |
| . Cartões de crédito | 10.829 | 9.637 |
| Crédito externo a médio e longo prazo: | | |
| . Empréstimos | 260.627 | 288.729 |
| . Créditos em conta corrente | 90.137 | 81.767 |
| Outros créditos e valores a receber (titulados) | 3.852.024 | 3.918.378 |
| Crédito ao pessoal | 1.943.893 | 1.870.277 |
| | 37.300.892 | 38.787.608 |
| Juros a receber | 188.392 | 215.829 |
| Comissões e outros proveitos diferidos | ( 234.475) | ( 266.498) |
| Custos diferidos | 2.711 | 3.043 |
| Crédito e juros vencidos | 5.811.623 | 4.754.991 |
| | 43.069.143 | 43.494.973 |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 17) | ( 3.901.594) | ( 3.057.309) |
| | 39.167.549 | 40.437.664 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados)" reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2. c) i) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

| Título | 2013 | 2012 | Maturidade |
|---|---|---|---|
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B | 663.751 | 663.751 | 14-06-2017 |
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C | 1.458.220 | 1.458.220 | 14-06-2027 |
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D | 637.951 | 637.951 | 27-07-2020 |
| Câmara Municipal da Praia | 364.194 | 385.618 | 23-07-2030 |
| Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. - Série E | 350.000 | 350.000 | 06-08-2015 |
| Câmara Municipal do Sal | 139.740 | 151.385 | 15-07-2025 |
| Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. | 66.569 | 99.854 | 18-02-2014 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche A | 65.547 | 65.547 | 06-01-2014 |
| Cabo Verde Fast Ferry, S.A. | 59.687 | 59.687 | 31-07-2019 |
| ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. | 40.147 | 40.147 | 11-10-2017 |
| Tecnicil Indústria, S.A. | 6.218 | 6.218 | 23-04-2014 |
| | 3.852.024 | 3.918.378 | |

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde. As obrigações emitidas pela ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. têm como garantia uma carta conforto emitida pelo Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2013, as obrigações emitidas pela Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. e Cabo Verde Fast Ferry, S.A. encontram-se em incumprimento com o pagamento do cupão de juros desde Fevereiro de 2013.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito vivo com aval do Estado de Cabo Verde ascende a mCve. 3.897.467 e mCve. 3.087.252, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados" e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

| | 31.12.2013 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sector Público Administrativo e Empresas Públicas | | | Empresas privadas e particulares | | | Total | | |
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| **Empresas** | | | | | | | | | |
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | - | - | - | 8.244 | 7.029 | 15.273 | 8.244 | 7.029 | 15.273 |
| Pesca | - | - | - | 16.130 | 34.837 | 50.967 | 16.130 | 34.837 | 50.967 |
| Indústrias extractivas | - | - | - | 7.898 | 34.048 | 41.946 | 7.898 | 34.048 | 41.946 |
| Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos | - | - | - | 7.898 | 34.048 | 41.946 | 7.898 | 34.048 | 41.946 |
| Indústrias transformadoras | - | - | - | 1.464.908 | 114.020 | 1.578.928 | 1.464.908 | 114.020 | 1.578.928 |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | - | - | - | 197.783 | 94.603 | 292.386 | 197.783 | 94.603 | 292.386 |
| Indústria têxtil | - | - | - | 23.357 | 417 | 23.774 | 23.357 | 417 | 23.774 |
| Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão | - | - | - | 185.826 | 6.021 | 191.847 | 185.826 | 6.021 | 191.847 |
| Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais | - | - | - | 73.743 | - | 73.743 | 73.743 | - | 73.743 |
| Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas | - | - | - | 115.515 | 563 | 116.078 | 115.515 | 563 | 116.078 |
| Fabrico de outros produtos minerais não metálicos | - | - | - | - | 830 | 830 | - | 830 | 830 |
| Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos | - | - | - | 71.601 | 4.204 | 75.805 | 71.601 | 4.204 | 75.805 |
| Fabrico de máquinas e de equipamentos | - | - | - | 783.589 | 3.285 | 786.874 | 783.589 | 3.285 | 786.874 |
| Fabrico de mobiliário e de colchões | - | - | - | 13.494 | 4.097 | 17.591 | 13.494 | 4.097 | 17.591 |
| Produção e distribuição de electricidade, de água e gás | - | - | - | 610.026 | 19 | 610.045 | 610.026 | 19 | 610.045 |
| Construção | 2 | - | 2 | 1.938.535 | 708.704 | 2.647.239 | 1.938.537 | 708.704 | 2.647.241 |
| Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest. | - | - | - | 2.326.161 | 484.167 | 2.810.328 | 2.326.161 | 484.167 | 2.810.328 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | - | - | - | 778.204 | 318.044 | 1.096.248 | 778.204 | 318.044 | 1.096.248 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | - | - | - | 1.538.083 | 477.917 | 2.016.000 | 1.538.083 | 477.917 | 2.016.000 |
| Actividades de informação e de comunicação | - | - | - | 926.371 | 36.142 | 962.513 | 926.371 | 36.142 | 962.513 |
| Actividades financeiras | - | - | - | 934 | - | 934 | 934 | - | 934 |
| Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões | - | - | - | 934 | - | 934 | 934 | - | 934 |
| Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas | - | - | - | 870.843 | 162.030 | 1.032.873 | 870.843 | 162.030 | 1.032.873 |
| Actividades imobiliárias | - | - | - | 870.843 | 162.030 | 1.032.873 | 870.843 | 162.030 | 1.032.873 |
| Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares | - | - | - | 412.423 | 608.613 | 1.021.036 | 412.423 | 608.613 | 1.021.036 |
| Actividades administrativas e dos serviços de apoio | - | - | - | 20.023 | 375 | 20.398 | 20.023 | 375 | 20.398 |
| Administração pública, defesa e segurança social obrigatória | 1.359.375 | 1 | 1.359.376 | 16.949 | 11 | 16.960 | 1.376.324 | 12 | 1.376.336 |
| Educação | - | 15 | 15 | 3.738 | 2 | 3.740 | 3.738 | 17 | 3.755 |
| Saúde e segurança social | 1.600 | - | 1.600 | 292.182 | 15.768 | 307.950 | 293.782 | 15.768 | 309.550 |
| Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais | 647.166 | 4 | 647.170 | 1.484.216 | 828.407 | 2.312.623 | 2.131.382 | 828.411 | 2.959.793 |
| Famílias com empregados domésticos | - | - | - | 1.930 | 116 | 2.046 | 1.930 | 116 | 2.046 |
| Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais | - | - | - | 27.412 | 3.847 | 31.259 | 27.412 | 3.847 | 31.259 |
| | 2.008.143 | 20 | 2.008.163 | 12.745.210 | 3.834.096 | 16.579.306 | 14.753.353 | 3.834.116 | 18.587.469 |
| **Particulares** | | | | | | | | | |
| Habitação | - | - | - | 14.638.227 | 1.311.805 | 15.950.032 | 14.638.227 | 1.311.805 | 15.950.032 |
| Outros fins | - | - | - | 4.057.288 | 665.702 | 4.722.990 | 4.057.288 | 665.702 | 4.722.990 |
| | - | - | - | 18.695.515 | 1.977.507 | 20.673.022 | 18.695.515 | 1.977.507 | 20.673.022 |
| | 2.008.143 | 20 | 2.008.163 | 31.440.725 | 5.811.603 | 37.252.328 | 33.448.868 | 5.811.623 | 39.260.491 |

| | 31.12.2012 (pro-forma) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sector Público Administrativo e Empresas Públicas | | | Empresas privadas e particulares | | | Total | | |
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| **Empresas** | | | | | | | | | |
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | - | - | - | 11.774 | 6.538 | 18.312 | 11.774 | 6.538 | 18.312 |
| Pesca | - | - | - | 11.691 | 34.811 | 46.502 | 11.691 | 34.811 | 46.502 |
| Indústrias extractivas | - | - | - | 12.124 | 22.254 | 34.378 | 12.124 | 22.254 | 34.378 |
| Extracção de produtos energéticos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos | - | - | - | 12.124 | 22.254 | 34.378 | 12.124 | 22.254 | 34.378 |
| Indústrias transformadoras | - | - | - | 1.550.786 | 98.967 | 1.649.753 | 1.550.786 | 98.967 | 1.649.753 |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | - | - | - | 277.866 | 86.767 | 364.633 | 277.866 | 86.767 | 364.633 |
| Indústria têxtil | - | - | - | 25.154 | 2.543 | 27.697 | 25.154 | 2.543 | 27.697 |
| Indústria do couro e de produtos de couro | - | - | - | 36 | 1.239 | 1.275 | 36 | 1.239 | 1.275 |
| Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais | - | - | - | 90.547 | - | 90.547 | 90.547 | - | 90.547 |
| Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas | - | - | - | 311.815 | 563 | 312.378 | 311.815 | 563 | 312.378 |
| Fabrico de outros produtos minerais não metálicos | - | - | - | 16 | 830 | 846 | 16 | 830 | 846 |
| Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos | - | - | - | 40.031 | 35 | 40.066 | 40.031 | 35 | 40.066 |
| Fabrico de máquinas e de equipamentos | - | - | - | 790.971 | 3.493 | 794.464 | 790.971 | 3.493 | 794.464 |
| Fabrico de mobiliário e de colchões | - | - | - | 14.350 | 3.497 | 17.847 | 14.350 | 3.497 | 17.847 |
| Produção e distribuição de electricidade, de água e gás | - | - | - | 703.198 | 4 | 703.202 | 703.198 | 4 | 703.202 |
| Construção | 2 | - | 2 | 2.385.025 | 181.215 | 2.566.240 | 2.385.027 | 181.215 | 2.566.242 |
| Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest. | - | - | - | 2.690.306 | 268.900 | 2.959.206 | 2.690.306 | 268.900 | 2.959.206 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | - | - | - | 731.370 | 309.419 | 1.040.789 | 731.370 | 309.419 | 1.040.789 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | - | - | - | 1.641.776 | 479.198 | 2.120.974 | 1.641.776 | 479.198 | 2.120.974 |
| Actividades de informação e de comunicação | - | - | - | 18.135 | 37.090 | 55.225 | 18.135 | 37.090 | 55.225 |
| Actividades financeiras | - | - | - | 663 | - | 663 | 663 | - | 663 |
| Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões | - | - | - | 663 | - | 663 | 663 | - | 663 |
| Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas | - | - | - | 914.439 | 120.786 | 1.035.225 | 914.439 | 120.786 | 1.035.225 |
| Actividades imobiliárias | - | - | - | 914.439 | 120.786 | 1.035.225 | 914.439 | 120.786 | 1.035.225 |
| Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares | - | - | - | 418.609 | 633.067 | 1.051.676 | 418.609 | 633.067 | 1.051.676 |
| Actividades administrativas e dos serviços de apoio | - | - | - | 23.092 | 502 | 23.594 | 23.092 | 502 | 23.594 |
| Administração pública, defesa e segurança social obrigatória | 966.933 | 55 | 966.988 | 67.196 | 65 | 67.261 | 1.034.129 | 120 | 1.034.249 |
| Educação | - | 15 | 15 | 7.857 | 452 | 8.309 | 7.857 | 467 | 8.324 |
| Saúde e segurança social | 2.358 | - | 2.358 | 297.750 | 9.428 | 307.178 | 300.107 | 9.428 | 309.535 |
| Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais | 1.109.046 | 7 | 1.109.053 | 1.989.632 | 601.378 | 2.591.010 | 3.098.679 | 601.385 | 3.700.064 |
| Famílias com empregados domésticos | - | - | - | 682 | 2.633 | 3.315 | 682 | 2.633 | 3.315 |
| Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais | - | - | - | 32.700 | 3.488 | 36.188 | 32.700 | 3.488 | 36.188 |
| | 2.078.339 | 77 | 2.078.416 | 13.508.805 | 2.810.195 | 16.319.000 | 15.587.144 | 2.810.272 | 18.397.416 |
| **Particulares** | | | | | | | | | |
| Habitação | - | - | - | 14.828.474 | 1.253.664 | 16.082.138 | 14.828.474 | 1.253.664 | 16.082.138 |
| Outros fins | - | - | - | 4.453.611 | 691.056 | 5.144.667 | 4.453.611 | 691.056 | 5.144.667 |
| | - | - | - | 19.282.085 | 1.944.720 | 21.226.805 | 19.282.085 | 1.944.720 | 21.226.805 |
| | 2.078.339 | 77 | 2.078.416 | 32.790.890 | 4.754.915 | 37.545.805 | 34.869.229 | 4.754.992 | 39.624.221 |

## 9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é composta de terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de "Outros activos tangíveis" na transição para as NIRF. Em 2012, o Banco alienou um terreno sito na cidade do Tarrafal pelo montante total de 3.001 mCve.

## 10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| | 2013 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31.12.2012 | | | | | | | |
| | Valor bruto | Amortizações e perdas por imparidades acumuladas | Adições | Transfe--rências | Reclassi--ficações | Amortiza-ções do exercício | Vendas e abates líquidos | Valor líquido em 2013 |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | | | |
| Terrenos | 75.034 | - | - | - | - | - | - | 75.034 |
| Edifícios | 1.788.207 | (562.520) | 32.604 | 120.025 | - | (31.759) | - | 1.346.557 |
| Obras em imóveis arrendados | 401.882 | (179.449) | 42.500 | 535 | - | (31.815) | (33.921) | 199.732 |
| Equipamento | - | - | - | | | | | |
| Mobiliário e material de escritório | 247.389 | (165.889) | 4.528 | 720 | - | (17.627) | (48) | 69.073 |
| Máquinas e ferramentas | 54.738 | (42.871) | 2.202 | - | - | (4.892) | - | 9.177 |
| Equipamento informático | 434.840 | (389.031) | 14.367 | 3.906 | 61 | (24.498) | - | 39.645 |
| Instalações interiores | 161.249 | (125.586) | 4.271 | - | - | (11.133) | - | 28.801 |
| Material de transporte | 214.884 | (113.930) | 24.446 | - | - | (33.866) | (4.769) | 86.765 |
| Equipamento de segurança | 65.639 | (35.309) | 7.215 | - | - | (4.956) | - | 32.589 |
| Outro equipamento | 102.398 | (93.028) | 938 | 7.079 | 8.913 | (6.803) | - | 19.497 |
| Activos tangíveis em curso | 153.754 | - | 162.544 | (132.265) | (8.974) | - | - | 175.059 |
| | 3.700.014 | (1.707.613) | 295.615 | - | - | (167.349) | (38.738) | 2.081.929 |

| | 2012 (pro-forma) | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31.12.2011 | | | | | | | |
| | Valor bruto | Amortizações e perdas por imparidades acumuladas | Adições | Transfe--rências | Reclassi--ficações | Amortiza-ções do exercício | Vendas e abates líquidos | Valor líquido em 2012 |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | | | |
| Terrenos | 75.034 | - | - | - | - | - | - | 75.034 |
| Edifícios | 1.777.678 | (533.590) | 22.620 | - | (12.617) | (28.930) | 526 | 1.225.687 |
| Obras em imóveis arrendados | 356.003 | (143.593) | 33.315 | - | 12.564 | (35.856) | - | 222.433 |
| Equipamento | | | | | | | | |
| Mobiliário e material de escritório | 232.256 | (146.554) | 15.317 | - | - | (19.335) | (184) | 81.500 |
| Máquinas e ferramentas | 51.364 | (37.314) | 3.433 | - | (51) | (5.557) | (8) | 11.867 |
| Equipamento informático | 420.694 | (354.153) | 8.540 | 9.604 | (3.998) | (34.878) | - | 45.809 |
| Instalações interiores | 152.594 | (113.398) | 8.509 | - | 185 | (12.188) | (39) | 35.663 |
| Material de transporte | 170.178 | (82.611) | 40.694 | 8.393 | - | (31.319) | (4.381) | 100.954 |
| Equipamento de segurança | 48.873 | (31.959) | 6.856 | 10.023 | (113) | (3.350) | - | 30.330 |
| Outro equipamento | 100.009 | (86.060) | 798 | - | 1.595 | (6.968) | (4) | 9.370 |
| Activos tangíveis em curso | 101.800 | - | 84.824 | (33.965) | 2.435 | - | (1.340) | 153.754 |
| | 3.486.483 | (1.529.232) | 224.906 | (5.945) | - | (178.381) | (5.430) | 1.992.401 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os activos tangíveis em curso referem-se essencialmente a obras em curso em agências do Banco e à aquisição de equipamento informático que ainda não tinha entrado em funcionamento no final do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 37.671 (Nota 17).

## 11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Activos intangíveis" nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| | 2013 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31.12.2012 | | | Vendas e | | Valor |
| | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Adições | abates líquidos | Amortizações do exercício | líquido em 2013 |
| Sistemas de tratamento automático de dados (Softw are) | 265.832 | (219.883) | 2.989 | (1.707) | (24.458) | 22.773 |
| Outros activos intangíveis | 13 | (11) | - | - | (2) | - |
| | 265.845 | (219.894) | 2.989 | (1.707) | (24.460) | 22.773 |

| | 2012 (pro-forma) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31.12.2011 | | | | | |
| | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Adições | Transfe--rências | Amortizações do exercício | Valor líquido em 2012 |
| Sistemas de tratamento automático de dados (Softw are) | 238.177 | (195.210) | 21.710 | 5.945 | (24.673) | 45.949 |
| Outros activos intangíveis em curso | 13 | (7) | - | - | (4) | 2 |
| | 238.190 | (195.217) | 21.710 | 5.945 | (24.677) | 45.951 |

## 12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | | | 2013 | | | | | 2012 (pro-forma) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Entidade | % de participação | Custo de aquisição | Valor de balanço | Data | Activo líquido | Lucro / (Prejuízo) | Capitais Próprios | Valor de balanço | Data | Activo líquido | Lucro / (Prejuízo) | Capitais Próprios |
| Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L. | 35% | 70.000 | 192.861 | 31-12-2013[1] | 2.854.894 | 75.114 | 1.041.690 | 180.613 | 31-12-2012 | 2.861.619 | 89.153 | 1.031.373 |
| SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L. | 10% | 10.000 | 54.275 | 31-12-2013[1] | 765.040 | 149.301 | 542.438 | 45.559 | 31-12-2012 | 625.306 | 95.523 | 455.590 |
| CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. | 15% | 15.000 | 15.000 | 31-12-2013[1] | 97.167 | (4.033) | 95.967 | n.a | n.a | n.a | n.a | n.a |
| Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A. | 49% | 14.700 | 6.184 | 31-12-2013[1] | 348.578 | 13.217 | 31.308 | 6.184 | 31-12-2012 | 350.166 | (4.297) | 12.603 |
| | | 109.700 | 268.320 | | | | | 232.356 | | | | |

n.a. - não aplicável

[1] Demonstrações financeiras provisórias

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia) detém uma participação correspondente a 12,5% do capital do Banco. Esta participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, o Banco subscreveu 14.700 acções da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 49% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por acção. Esta Sociedade iniciou a sua actividade no exercício de 2010.

CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Nos termos do disposto no Artigo 1º da Portaria n.º 28/2013 de 15 de Maio foi autorizada a constituição da CVGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (Sociedade) com o capital social de mCve. 100.000. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objecto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. O Banco subscreveu 15.000 acções com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da Sociedade. Nos termos do Acordo Parassocial, os accionistas instituições de crédito da Sociedade, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de acções da Sociedade pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de Dezembro. Em 23 de Dezembro de 2013, foi apresentado o requerimento ao Banco de Cabo Verde para autorização do início de actividade da Sociedade, encontrando-se a aguardar o parecer favorável do mesmo. Neste sentido, o Banco manteve a participação na Sociedade registada ao custo de aquisição.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2013 e 2012 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

| | Garantia | SISP | CVGARANTE | Promoleasing | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | 166.847 | 40.787 | - | 8.281 | 215.915 |
| Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio | 5.377 | - | - | - | 5.377 |
| Resultados em associadas | 23.250 | 9.293 | - | (2.097) | 30.446 |
| Dividendos recebidos | (14.861) | (4.521) | - | - | (19.382) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (pro-forma) | 180.613 | 45.559 | - | 6.184 | 232.356 |
| Custo de aquisição | - | - | 15.000 | - | 15.000 |
| Resultados em associadas | 26.290 | 13.721 | - | - | 40.011 |
| Dividendos recebidos | (14.042) | (5.005) | - | - | (19.047) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2013 | 192.861 | 54.275 | 15.000 | 6.184 | 268.320 |

## 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,50%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Activos por impostos correntes | | |
| . IUR a recuperar de 2012 | 60.534 | - |
| . IUR a recuperar de 2011 | 93.148 | 93.148 |
| . IUR a recuperar de 2010 | 146.894 | 146.894 |
| . IUR a recuperar de 2009 | 172.845 | 172.845 |
| . IUR a recuperar de 2008 | 114.517 | 114.517 |
| . IUR a recuperar de 2006 | 120.912 | 120.912 |
| . IUR a recuperar de 2005 | 54.646 | 54.646 |
| | 763.496 | 702.962 |
| . Retenções na fonte do exercício | | |
| . Exercício de 2013 | 24.681 | - |
| . Exercício de 2012 | 20.044 | 20.044 |
| | 808.221 | 723.006 |
| Activos por impostos diferidos | | |
| . Por diferenças temporárias | 2.448 | 97.117 |
| Passivos por impostos diferidos | | |
| . Por diferenças temporárias | (142.207) | (158.223) |
| | (139.759) | (61.106) |

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| | 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31.12.2012 (Pro-forma) | Variação em Capital Próprio | Variação em Resultados | Outros | Saldo em 31.12.2013 |
| Ajustamentos de conversão para as NIRF | 78.221 | - | (78.081) | (3) | 137 |
| Movimentos efectuados por reservas | | | | | |
| Desvios actuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica | (134.175) | - | - | - | (134.175) |
| Valorização de investimentos em associadas | (4.040) | - | - | - | (4.040) |
| Valorização de activos financeiros disponíveis para venda | (1.112) | (571) | - | 2 | (1.681) |
| | (61.106) | (571) | (78.081) | (1) | (139.759) |

| | 2012 (Pro-forma) | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31.12.2011 | Variação em Capital Próprio | Resultados | Saldo em 31.12.2012 |
| Ajustamentos de conversão para as NIRF | 156.301 | - | (78.080) | 78.221 |
| Movimentos efectuados por reservas | | | | |
| Desvios actuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica | (63.183) | (70.992) | - | (134.175) |
| Valorização de investimentos em associadas | (2.669) | (1.371) | - | (4.040) |
| Valorização de activos financeiros disponíveis para venda | (665) | (447) | - | (1.112) |
| | 89.784 | (72.810) | (78.080) | (61.106) |

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos no capital próprio, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos. O activo por imposto diferido relativo aos impactos de transição em 31 de Dezembro de 2012 inclui mCve. 64.870, referentes a ajustamentos de transição originados por responsabilidades com pensões e assistência médica.

A reconciliação entre a taxa de nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

| | 2013 | | 2012 (Pro-forma) | |
|---|---|---|---|---|
| Resultado antes de impostos | | 297.625 | | 460.087 |
| Imposto apurado com base na taxa nominal | 25,50% | 75.894 | 25,50% | 117.322 |
| Benefícios fiscais: | | | | |
| . Rendimentos dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira | -7,69% | (22.900) | -3,71% | (17.064) |
| . Rendimento de obrigações admitidas à cotação | -19,92% | (59.280) | -14,29% | (65.750) |
| . Rendimentos de Títulos de Dívida Pública colocados em mercado secundário | -6,19% | (18.409) | -6,24% | (28.726) |
| . Donativos | -0,55% | (1.623) | -0,31% | (1.418) |
| . Dividendos | -0,02% | (53) | -0,01% | (53) |
| . Outros | -0,53% | (1.569) | -0,02% | (79) |
| Encargos não aceites fiscalmente | 1,96% | 5.830 | 2,49% | 11.458 |
| Prejuízo fiscal | 33,91% | 100.911 | 14,27% | 65.673 |
| Correcções de exercícios anteriores | 0,00% | - | 6,53% | 30.046 |
| Outros | -0,24% | (720) | -0,71% | (3.282) |
| Imposto sobre o lucro do exercício | 26,23% | 78.081 | 23,50% | 108.127 |

Nos termos da legislação em vigor, o Banco beneficia de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, que não sejam de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efectivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por estes motivos e excluindo o impacto dos efeitos fiscais de transição para NIRF que se encontram a ser reconhecidos pelo período de cinco anos, a carga fiscal apresentada pelo Banco em 2013 e 2012 é inferior à taxa normal de tributação.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/ 92, os prejuízos são dedutíveis aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos três exercícios seguintes. Os prejuízos fiscais acumulados em 2013, ascendem a mCve. 195.217.

Em Setembro de 2009, o Banco recebeu uma notificação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2008. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. A reclamação foi indeferida pelas autoridades fiscais em Outubro de 2010, tendo o Banco efectuado a liquidação do imposto em dívida. No entanto, por considerar que os procedimentos adoptados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, o Banco reconheceu um activo por imposto a recuperar no montante de mCve. 114.517 relativo aos custos com pensões e responsabilidades com saúde.

Em Dezembro de 2010, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde, mas já em 2011 procedeu à liquidação do valor em dívida, tendo reconhecido um activo por imposto a recuperar no montante de mCve. 172.845.

Em 2011 o Banco recebeu três notificações da DGCI, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo aos exercícios de 2005, 2006 e 2010, relacionadas essencialmente com custos com pensões e responsabilidades com saúde. O Banco efectuou o pagamento relativo às liquidações adicionais, tendo, no entanto, contestado as correcções efectuadas e registado um activo por imposto a recuperar no montante total de mCve. 322.452.

Em Janeiro de 2012, o Banco procedeu à liquidação provisória de imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2011 no montante de mCve. 60.510. Em Setembro de 2012, o Banco recebeu uma notificação da DGCI para fixação da matéria colectável do exercício de 2011, resultando na liquidação adicional de imposto sobre o rendimento no montante de mCve. 48.774. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. Adicionalmente, o Banco não procedeu à liquidação do valor em dívida, tendo contudo apresentado uma garantia bancária no valor de mCve. 48.774 para cobertura do imposto fixado pela DGCI.

No exercício de 2012, o Banco recebeu três notificações da DGCI de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2007. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. Adicionalmente, o Banco não procedeu à liquidação do valor em dívida, tendo contudo apresentado uma garantia bancária no valor de mCve. 180.500 para cobertura do imposto fixado pela DGCI. De referir que a DGCI aceitou parte da reclamação efectuada pelo Banco relativamente à notificação de Outubro de 2008 de liquidações referentes ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2007 no montante de mCve. 22.634.

Em Agosto de 2013, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2012. O Banco contestou as correcções efectuadas incluindo as referentes aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. Em Dezembro de 2013, a DGCI deferiu algumas das reclamações efectuadas pelo Banco, tendo permanecido como não sendo aceite essencialmente os custos relacionados com pensões e responsabilidades com saúde, dando origem a um crédito de imposto no montante de mCve. 18.869.

No exercício de 2012 o Banco recebeu uma comunicação da DGT com o indeferimento do recurso hierárquico interposto relativo à liquidação oficiosa do exercício de 2008, tendo o Banco impugnado judicialmente esta decisão. Em Dezembro de 2013, o Banco recebeu decisão do Tribunal fiscal e aduaneiro de sotavento, que considerou a impugnação totalmente procedente, dando como anulada o acto de fixação da matéria colectável e correspondente liquidação. Em Fevereiro de 2014, a DGCI apresentou recurso de apelação desta decisão para o Supremo Tribunal de Justiça.

Em 31 de Dezembro de 2013, o impacto das correcções acima descritas relativas a pensões e assistência médica pode ser resumido da seguinte forma:

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Correcção pensões e saúde | 54.646 | 120.912 | 184.270 | 114.517 | 165.755 | 171.711 | 169.677 | 77.870 | 1.059.358 |
| Outras correcções | - | - | (3.710) | - | 7.090 | (24.817) | 878 | 8.421 | (12.138) |
| Prejuízos fiscais | - | - | - | - | - | - | (28.633) | (24.742) | (53.375) |
| | 54.646 | 120.912 | 180.560 | 114.517 | 172.845 | 146.894 | 141.922 | 61.549 | 993.845 |
| Activos por impostos correntes | 54.646 | 120.912 | - | 114.517 | 172.845 | 146.894 | 93.148 | 80.578 | 783.540 |
| Garantias prestadas | - | - | 180.500 | - | - | - | 48.774 | - | 229.274 |
| Crédito de imposto | - | - | - | - | - | - | - | (18.969) | (18.969) |
| | 54.646 | 120.912 | 180.500 | 114.517 | 172.845 | 146.894 | 141.922 | 61.609 | 993.845 |

Em 31 de Dezembro de 2013 o impacto total do eventual risco associado às situações descritas acima ascende a cerca de mCve. 993.845, que inclui as correcções relativas aos exercícios de 2005 a 2012 no montante de mCve. 993.845, que engloba cerca de mCve. 180.500 e mCve. 48.774 relativos às liquidações adicionais de 2007 e 2011, respectivamente, relativamente às quais o Banco constituiu uma garantia bancária. O montante de mCve. 783.540 foi pago pelo Banco, encontrando-se registados em “Activos por impostos correntes” como imposto a recuperar de exercícios anteriores.

No que se refere ao ano de 2013, atendendo aos movimentos ocorridos no fundo de pensões neste exercício, o Conselho de Administração considera que eventuais correcções a efectuar pela Administração fiscal relacionadas com pensões e saúde, não iriam dar origem a qualquer liquidação adicional, pelo que considera não existir qualquer contingência adicional para além da referida acima.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Por este motivo, o exercício de 2009 pode ainda ser revisto e corrigido no que respeita à situação acima referida. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer outra correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013.

## 14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Outros activos | | |
| Bens arrematados | 163.716 | 192.468 |
| Património artístico | 10.828 | 10.458 |
| Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística | 588 | 693 |
| Devedores e outras aplicações | | |
| Devedores diversos | | |
| . Estado | 209.027 | 207.999 |
| . Outras entidades | 67.030 | 70.374 |
| Bonificações a receber | | |
| . Do Estado | 814.432 | 785.114 |
| . De outras entidades | 4.460 | 4.265 |
| . Outros | - | 2.311 |
| Adiantamentos a fornecedores de activos fixos | 10.780 | 2.025 |
| Despesas com encargo diferido | | |
| . Seguros | 10.800 | 19.622 |
| . Outros | 16.006 | 18.956 |
| | 1.307.667 | 1.314.285 |
| Imparidade de outros activos (Nota 17): | | |
| . Imóveis recebidos em dação | (48.436) | (44.680) |
| . Outros activos | (84.365) | (86.373) |
| | (132.801) | (131.053) |
| | 1.174.866 | 1.183.232 |

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito e depósitos, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2000. O reembolso destes montantes tem vindo a ser alvo de negociações com a Direcção Geral do Tesouro (DGT), dado que no âmbito de uma auditoria externa efectuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a DGT questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em Novembro de 2012, a DGT comunicou ao Banco que irá assumir o pagamento de mCve. 168.133 relativo a bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2000 e 2007, tendo considerado não elegíveis bonificações reclamadas no montante de mCve. 102.098. Adicionalmente, a DGT confirmou o montante de mCve. 208.504 relativo às bonificações do crédito à habitação do período entre 2008 e 2011 face a um total reclamado de mCve. 277.728. O Banco optou por reconhecer o custo relativo às operações identificadas como não elegíveis por um período de 5 anos a partir do exercício de 2012, tendo reconhecido como gastos nos exercícios de 2013 e 2012 o montante total de mCve. 68.505 na rubrica “Juros e rendimentos similares – Juros de crédito a clientes” e mantido registados mCve. 102.758.

No que se refere às bonificações de operações de crédito à habitação de 2012 e 2013, cujo valor reclamado e imparidade registada ascende a mCve. 125.423 e mCve. 33.409, respectivamente, e a outras bonificações, cujo montante ascende a mCve. 209.553, ainda se encontram em curso negociações entre as partes com vista à quantificação das operações elegíveis.

Adicionalmente, relativamente ao saldo de “Devedores diversos – Estado”, existem cerca de mCve. 26.000 que não se encontram confirmados.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os imóveis recebidos em dação apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

| Ano de aquisição | 2013 Valor bruto | 2013 Imparidade | 2013 Valor líquido | 2012 Valor bruto | 2012 Imparidade | 2012 Valor líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| anterior a 2010 | 32.956 | (27.494) | 5.462 | 38.589 | (29.415) | 9.174 |
| 2010 | 17.351 | (8.676) | 8.675 | 62.542 | (11.849) | 50.693 |
| 2011 | 30.778 | (7.172) | 23.606 | 34.158 | (3.416) | 30.742 |
| 2012 | 50.943 | (5.094) | 45.849 | 57.179 | - | 57.179 |
| 2013 | 31.688 | - | 31.688 | - | - | - |
| | 163.716 | (48.436) | 115.280 | 192.468 | (44.680) | 147.788 |

No exercício de 2013, as menos-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 230 (menos-valias líquidas de mCve. 4.190 em 2012 – Nota 27).

## 15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Depósitos à ordem | | |
| . De instituições de crédito no país | 142.871 | 69.382 |
| . De instituições de crédito no estrangeiro | 303.470 | 289.225 |
| . Outros recursos | - | 4.083 |
| Depósitos a prazo | | |
| . De instituições de crédito no País | 64.000 | 35.000 |
| Empréstimos | | |
| . De Organismos Financeiros Internacionais | 218.988 | 142.615 |
| Juros a pagar | 1.042 | 1.414 |
| | 730.371 | 541.719 |

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Interatlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 1,83%. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tinha esta linha utilizada em 1.131.713 Euros e 1.293.385 Euros (mCve. 124.788 e mCve. 142.615, respectivamente), registados na rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais”.

Em 9 de Dezembro de 2009, o Banco, o Banco Interatlântico e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 10.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Junho de 2014, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,68%. Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco tinha esta linha utilizada em 854.306 Euros (mCve. 94.200), registados na rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais”.

## 16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Depósitos de poupança | | |
| . De emigrantes | 2.452.857 | 2.523.320 |
| . De residentes | 862.928 | 827.950 |
| | 3.315.785 | 3.351.270 |
| Outros depósitos à vista | | |
| Depósitos à ordem | | |
| . De residentes | 14.369.406 | 14.596.579 |
| . De emigrantes | 4.134.031 | 3.857.346 |
| . De não residentes | 2.074.624 | 2.056.240 |
| | 20.578.061 | 20.510.165 |
| Depósitos obrigatórios | 190.092 | 129.312 |
| | 20.768.153 | 20.639.477 |
| Outros depósitos a prazo | | |
| Depósitos a prazo | | |
| . De emigrantes | 23.698.242 | 22.333.081 |
| . De residentes | 8.934.844 | 8.439.826 |
| . De não residentes | 839.477 | 794.450 |
| | 33.472.563 | 31.567.357 |
| Outros recursos: | | |
| Titulo cedidos com acordo de recompra: | | |
| . Obrigações do Tesouro (Nota 7) | 651.780 | 1.902.330 |
| Cheques e ordens a pagar | 50.385 | 31.305 |
| | 58.258.666 | 57.491.739 |
| Juros a pagar | 709.033 | 684.006 |
| | 58.967.699 | 58.175.745 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

## 17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| | 2013 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31.12.2012 | Dotações líquidas em resultados | Custos com pessoal (Nota 29) | Utilizações | Outros (Nota 30) | Saldos em 31.12.2013 | Recuperações de créditos abatidos |
| Imparidade | | | | | | | |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 8) | 3.057.309 | 1.012.139 | - | (167.854) | - | 3.901.594 | (32.431) |
| Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5) | 10.841 | - | - | - | - | 10.841 | |
| Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10) | 37.671 | - | - | - | - | 37.671 | |
| Imparidade de outros activos (Nota 14) | 131.053 | 3.579 | - | (1.831) | - | 132.801 | |
| | 3.236.874 | 1.015.718 | - | (169.685) | - | 4.082.907 | |
| Provisões | | | | | | | |
| Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30) | | | | | | | |
| Pensões de reforma | 5.379.187 | (914.405) | 424.457 | (163.886) | 39.866 | 4.765.219 | |
| Assistência médica | 259.766 | - | 8.996 | (19.754) | 47.776 | 296.784 | |
| | 5.638.953 | (914.405) | 433.453 | (183.640) | 87.642 | 5.062.003 | |
| Contingências fiscais | 49.723 | - | - | - | - | 49.723 | |
| | 5.688.676 | (914.405) | 433.453 | (183.640) | 87.642 | 5.111.726 | |
| | 8.925.550 | 101.313 | 433.453 | (353.325) | 87.642 | 9.194.633 | |

| | 2012 (pro-forma) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31.12.2011 | Dotações líquidas em resultados | Custos com pessoal (Nota 29) | Utilizações | Outros (Nota 30) | Saldos em 31.12.2012 | Recuperações de créditos abatidos |
| Imparidade | | | | | | | |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 8) | 2.887.257 | 170.052 | - | - | - | 3.057.309 | (55.075) |
| Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5) | 10.841 | - | - | - | - | 10.841 | |
| Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10) | 37.671 | - | - | - | - | 37.671 | |
| Imparidade de outros activos (Nota 14) | 203.199 | 3.182 | - | (75.328) | - | 131.053 | |
| | 3.138.968 | 173.234 | - | (75.328) | - | 3.236.874 | |
| Provisões | | | | | | | |
| Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30) | | | | | | | |
| Pensões de reforma | 5.367.123 | - | 440.316 | (148.845) | (279.407) | 5.379.187 | |
| Assistência médica | 222.180 | - | 59.118 | (66.583) | 45.051 | 259.766 | |
| | 5.589.303 | - | 499.434 | (215.428) | (234.356) | 5.638.953 | |
| Contingências fiscais | 49.723 | - | - | - | - | 49.723 | |
| | 5.639.026 | - | 499.434 | (215.428) | (234.356) | 5.688.676 | |
| | 8.777.994 | 173.234 | 499.434 | (290.756) | (234.356) | 8.925.550 | |

## 18. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2010, o Banco emitiu 500.000 obrigações subordinadas com um valor nominal de 1.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tem um prazo de 7 anos e vence juros a uma taxa de juro nominal crescente a começar em 5,75% para o 1.º e 2.º cupão até 6,25% para o 7.º cupão. O reembolso do principal será realizado de forma parcial em prestações semestrais de mCve. 50.000 a partir do 5.º semestre (inclusive). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado dois anos após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 26 de Dezembro de 2012, o Banco procedeu à recompra de obrigações subordinadas pelo valor nominal de mCve. 1.511.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os juros a pagar ascendiam a mCve. 787 e mCve. 1.812, respectivamente. Adicionalmente, nestas datas encontravam-se a ser diferidas comissões no montante de mCve. 537 e mCve. 809, respectivamente.

## 19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Credores | | |
| Recursos - conta activa | 138.963 | 131.317 |
| Recursos - conta caução | 44.897 | 13.043 |
| Recursos consignados | - | 2.490 |
| Outras exigibilidades | | |
| Retenção de impostos na fonte | 56.608 | 53.699 |
| Previdência social | 11.827 | 11.099 |
| Outros | 8.579 | 1.204 |
| Encargos a pagar | | |
| Gastos com pessoal | | |
| . Prémios de produtividade | 27.183 | 37.744 |
| . Férias não gozadas | 2.790 | 5.000 |
| Gastos gerais administrativos | 7.424 | 7.503 |
| Outros | 57.149 | 139.891 |
| Receitas com rendimento diferido | | |
| Anuidades de cartões | 18.271 | 16.934 |
| Comissões de abertura de créditos em conta corrente | 12.943 | 9.673 |
| De garantias prestadas | 7.749 | 6.801 |
| Outros | 416 | 346 |
| Operações passivas a regularizar | 2.976 | 1.217 |
| Outras contas de regularização | 87.858 | 164.369 |
| | 485.633 | 602.330 |

## 20. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, está representado por 1.324.765 de acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas, distribuído da seguinte forma:

i) 875.000 acções nominativas do tipo A;
ii) 449.765 acções do tipo B, ao portador, podendo ser titulares pessoas singulares e/ou colectivas nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no território nacional. As acções do tipo A apenas poderão ser transmitidas com autorização do Governo. Não se consideram tomadas contra o voto expresso correspondente às acções pertencentes ao Estado, qualquer que seja o seu número, as deliberações relativas às seguintes matérias:

a) Alterações do contrato de sociedade que impliquem a perda das prerrogativas do accionista Estado decorrentes da “Golden Share”;
b) Fusão, cisão transformação e dissolução do Banco;
c) Aprovação do Plano Estratégico.

Na Assembleia Geral de 25 de Março de 2009, foi deliberado um aumento de capital do Banco no montante de mCve. 324.765, através da emissão de 324.765 acções do tipo B um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro. O Banco incorreu em despesas no montante de mCve. 6.117, as quais, no âmbito da Norma IAS 32 foram reflectidas directamente no Capital Próprio, a deduzir à rubrica "Capital".

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

| Entidade | Número de acções | % |
|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L. | 697.446 | 52,65% |
| Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. | 165.826 | 12,52% |
| Estado de Cabo Verde ("Golden Share") | 132.476 | 10,00% |
| Outros accionistas | 329.017 | 24,84% |
| | 1.324.765 | 100,00% |

## 21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCICIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas, resultados transitados e resultado do exercício têm a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Reservas de reavaliação | | |
| . Reservas resultantes da valorização ao justo valor | | |
| - De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5) | 391.946 | 197.647 |
| - Outros | 2 | - |
| | 391.948 | 197.647 |
| . Reservas por impostos diferidos | | |
| - Por diferenças temporárias resultantes da valorização ao justo valor (Nota 13) | (1.681) | (1.110) |
| | 390.267 | 196.537 |
| Outras reservas e resultados transitados | | |
| . Reserva legal | 726.508 | 692.599 |
| . Outras reservas: | | |
| . Desvios actuariais de responsabilidades com pensões e assistência médica (Nota 30) | 470.162 | 526.177 |
| . Reservas por impostos diferidos - por desvios actuariais (Nota 13) | (134.175) | (134.175) |
| . Outras reservas | 2.673.877 | 2.355.826 |
| | 3.009.864 | 2.747.828 |
| . Resultados transitados | (1.174.876) | (1.174.876) |
| | 2.561.496 | 2.265.551 |
| Resultado do exercício | 219.544 | 351.960 |
| | 3.171.307 | 2.814.048 |

### Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

## 22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Juros de crédito a clientes | | |
| . Crédito interno | 2.792.143 | 2.973.925 |
| . Crédito ao exterior | 37.898 | 46.583 |
| . Crédito ao pessoal | 51.718 | 48.395 |
| . Crédito vencido | 22.072 | 33.122 |
| Juros de outros créditos e valores a receber (titulados) | 472.610 | 446.578 |
| Recuperação de juros e despesas de crédito vencido | 73.909 | 68.087 |
| Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde | | |
| . Títulos de intervenção monetária | 16.810 | 3.651 |
| . Títulos de regularização monetária | 1.764 | 21.104 |
| . Títulos do Tesouro | 169 | - |
| . Aplicações a muito curto prazo | 17.938 | 8.364 |
| Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro | 6.801 | 9.445 |
| Outros juros e rendimentos similares | 338 | 9.100 |
| Comissões recebidas associadas ao custo amortizado | 117.529 | 83.721 |
| | 3.611.699 | 3.752.075 |

## 23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Juros de recursos do Banco de Cabo Verde | - | 7.185 |
| Juros de operações de venda com acordo de recompra | | |
| . Obrigações do Tesouro | 72.194 | 112.652 |
| Juros de depósitos de poupança | | |
| . De emigrantes | 104.241 | 109.792 |
| . De residentes - Poupança Jovem | 45.313 | 42.369 |
| Juros de depósitos a prazo | | |
| . De emigrantes | 1.034.439 | 916.664 |
| . De residentes | 366.405 | 348.818 |
| . De não residentes | 32.293 | 28.386 |
| . De outras instituições de crédito no país | 1.582 | 3.318 |
| Outros juros e encargos similares | 41.753 | 43.156 |
| Comissões pagas associadas ao custo amortizado | 484 | 343 |
| | 1.698.704 | 1.612.683 |

## 24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira | 186.600 | 185.452 |
| Dividendos: | | |
| . Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A. | 974 | 974 |
| . SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L. | 69 | 69 |
| . Visa International Service Association | 24 | 22 |
| | 187.667 | 186.517 |

Em 2013 e 2012, os Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira incluem acertos relativos às estimativas registadas nos exercícios anteriores, nos montantes de mCve. 2.268 e mCve. 11, respectivamente.

## 25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Rendimentos com serviços e comissões | | |
| Ordens de pagamento recebidas | 87.054 | 84.010 |
| Garantias e avales prestados | 74.722 | 62.893 |
| Comissões por ordens de pagamento emitidas | 56.837 | 60.025 |
| Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa) | 37.939 | 36.373 |
| Comissões Western Union | 22.898 | 24.881 |
| Cobrança de valores | 15.119 | 14.041 |
| Créditos documentários | 12.380 | 14.117 |
| Outros | 71.384 | 83.655 |
| | 378.333 | 379.995 |
| Encargos com serviços e comissões | | |
| SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L. | (19.374) | (20.091) |
| Visa International Service Association | (16.618) | (15.983) |
| Comissões de correspondentes | (8.687) | (9.648) |
| Outros | (37) | (61) |
| | (44.716) | (45.783) |

## 26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | | | 2012 (Pro-forma) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Lucros | Prejuízos | Líquido | Lucros | Prejuízos | Líquido |
| Resultados em divisas | 106.675 | (9.466) | 97.209 | 126.207 | (14.913) | 111.294 |
| Resultados em notas e moedas | 51.385 | (19.617) | 31.768 | 62.230 | (26.171) | 36.059 |
| | 158.060 | (29.083) | 128.977 | 188.437 | (41.084) | 147.353 |

## 27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis | (1.801) | 4.551 |
| Ganhos e perdas na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 14) | (230) | (4.190) |
| | (2.031) | 361 |

## 28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Outros rendimentos de exploração | | |
| Prestação de serviços diversos | | |
| . Taxa de serviço | 1.441 | 3.080 |
| . Outros | 12.243 | 10.867 |
| Reembolso de despesas | | |
| . Correios | 26.896 | 29.136 |
| . Outros | 25.015 | 24.019 |
| Outros | 45.404 | 30.444 |
| | 110.999 | 97.546 |
| Outros gastos de exploração | | |
| Outros impostos | (9.835) | (9.429) |
| Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores | (589) | (1.651) |
| Multas e outras penalidades legais | (10.341) | (770) |
| Quotizações e donativos | (691) | (696) |
| Outros | (19.166) | (8.805) |
| | (40.622) | (21.351) |
| | 70.377 | 76.195 |

## 29. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Remunerações de colaboradores | 755.652 | 748.390 |
| Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização | 18.960 | 19.543 |
| Prémios de produtividade | 24.000 | 43.653 |
| Encargos sociais | | |
| . Pensões de reforma (Notas 17 e 30) | 424.457 | 440.316 |
| . Assistência médica (Nota 30) | 42.732 | 59.118 |
| . Previdência social | 51.727 | 48.725 |
| . Outros | 10.044 | 4.519 |
| Outros custos com pessoal | 26.526 | 31.454 |
| | 1.354.098 | 1.395.718 |

No exercício de 2012, o saldo da rubrica "Prémios de produtividade" inclui um montante de mCve. 5.910 relativo à insuficiência da estimativa constituída no exercício anterior.

No exercício de 2013 e 2012, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores e administradores:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Administradores | 5 | 5 |
| Directores | 9 | 9 |
| Chefias | 88 | 84 |
| Técnicos | 171 | 166 |
| Administrativos | 83 | 88 |
| Pessoal auxiliar | 84 | 84 |
| | 440 | 436 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os números apresentados acima incluem 47 e 31 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respectivamente.

## 30. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

### 30.1 Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de conceder aos seus empregados pensões de reforma, as quais são determinadas com base no salário em vigor à data da reforma (Nota 2.2 m). Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no activo foram efectuadas avaliações actuariais pela Fidelidade Companhia de Seguros, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012. As hipóteses e bases técnicas utilizadas nestes estudos foram as seguintes:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Método actuarial | Project United Credit | Project United Credit |
| Tábua de mortalidade | TV 73/77 | TV 73/77 |
| Tábua de invalidez | EVK 80 | EVK 80 |
| Taxa de desconto | 5,5% | 6% |
| Taxa de crescimento dos salários | 3,0% | 3,0% |
| Taxa de crescimento das pensões | 1,0% | 1,5% |
| Idade de reforma | 62 anos ou 39 anos de serviço | 58 anos ou 35 anos de serviço |

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Banco para os exercícios de 2013 e 2012 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

| | 2013 | | 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | Pressupostos | Real | Pressupostos | Real |
| Taxa de crescimento dos salários | 3,0% | 2,06% | 3,0% | 3,20% |
| Taxa de crescimento das pensões | 1,0% | -0,09% | 1,5% | 0,76% |

Em Novembro de 2013, o Conselho de Administração do Banco decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, tendo em vista a sua sustentabilidade, introduzindo novas regras para apuramento dos benefícios com reforma:

- Alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço, considerando-se um período de transição para os participantes que até ao ano de 2017 atinjam os 58 anos de idade;
- Salário Pensionável igual ao salário base acrescido das Diuturnidades;
- Valor da reforma calculado com base na média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos;
- Valor da reforma igual a 90% da média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos.

O impacto das alterações no plano de pensões resultou numa redução das responsabilidades de mCve. 914.405 com referência a 31 de Dezembro de 2013, a qual foi reflectida nos resultados do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com serviços passados do Banco de acordo com os estudos actuariais efectuados, ascendiam a:

| | 2013 | | 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | Número de pessoas | Responsa-bilidades | Número de pessoas | Responsa-bilidades |
| Activos e ex-funcionários | 213 | 2.267.744 | 223 | 3.036.113 |
| Reformados e pré-reformados | 136 | 2.288.724 | 124 | 2.202.139 |
| Pensionistas | 16 | 199.681 | 18 | 129.497 |
| Fundo de reestruturação | 4 | 9.070 | 7 | 11.438 |
| Total | 369 | 4.765.219 | 372 | 5.379.187 |

Nos estudos actuariais não são considerados os trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo e os trabalhadores inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social, dado o Banco não ter responsabilidades com pensões de reforma destes empregados.

O movimento no valor das responsabilidades com pensões de reforma durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2011** | **5.367.123** |
| Contribuições dos empregados | 19.928 |
| Custo registado pelo Banco (Nota 29) | 440.316 |
| Pensões pagas | (148.845) |
| Desvios actuariais (Nota 21) | (299.335) |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2012 - Pro-forma** | **5.379.187** |
| Contribuições dos empregados | 19.383 |
| Custo registado pelo Banco (Nota 29) | 424.457 |
| Impacto da alteração dos benefícios do plano de pensões (Nota 17) | (914.405) |
| Pensões pagas | (163.886) |
| Desvios actuariais (Nota 21) | 20.483 |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2013** | **4.765.219** |

30.2 Assistência médica

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve avaliações

actuariais efectuadas por uma entidade especializada com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Tábua de mortalidade | TV 73/77 | TV 73/77 |
| Taxa técnica | 5,5% | 6% |
| Taxa de crescimento dos salários | 3,0% | 3,5% |
| Taxa de inflação das despesas médicas | 3,0% | 3,0% |

Com base neste estudo, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos respectivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 296.784 e mCve. 259.766, respectivamente (Nota 17).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2011** | **222.180** |
| Contribuições dos empregados | 11.248 |
| Custo registado pelo Banco (Nota 29) | 59.118 |
| Despesas médicas pagas | (66.583) |
| Desvios actuariais | 33.803 |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2012 - Pro-forma** | **259.766** |
| Contribuições dos empregados | 12.244 |
| Custo registado pelo Banco | 8.996 |
| Despesas médicas pagas | (19.754) |
| Desvios actuariais | 35.532 |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2013** | **296.784** |

30.3 Desvios actuariais

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrado como se segue:

| | Pensões | Saúde | Total |
|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de Dezembro de 2011 | (365.105) | 117.332 | (247.773) |
| Desvios actuariais no ano | (299.335) | 20.931 | (278.404) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2012 - Pro-forma (Nota 21) | (664.440) | 138.263 | (526.177) |
| Desvios actuariais no ano | 20.483 | 35.532 | 56.015 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (Nota 21) | (643.957) | 173.795 | (470.162) |

Com a alteração da política contabilística referida na Nota 2.2.m), os desvios actuariais acumulados em 31 de Dezembro de 2012 encontram-se deduzidos na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

## 31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Encargos com a SISP | 111.856 | 106.088 |
| Conservação e reparação | 102.054 | 99.642 |
| Água, gás e electricidade | 91.577 | 105.958 |
| Publicidade e edição de publicações | 85.056 | 75.625 |
| Comunicações e despesas de expedição | 63.738 | 62.688 |
| Transporte de valores | 37.134 | 32.958 |
| Rendas e alugueres | 31.831 | 31.284 |
| Segurança e vigilância | 29.234 | 32.193 |
| Impressos e material de consumo corrente | 26.240 | 27.061 |
| Consultores e auditores externos | 23.029 | 12.418 |
| Formação de pessoal | 12.630 | 20.478 |
| Combustíveis | 11.926 | 18.104 |
| Seguros | 11.827 | 10.525 |
| Assistência técnica | 7.860 | 8.584 |
| Transportes | 7.550 | 8.819 |
| Ajudas de custo | 5.883 | 7.438 |
| Despesas de representação | 3.475 | 3.312 |
| Despesas de alojamento | 3.643 | 4.154 |
| Outros | 92.657 | 70.185 |
| | 759.200 | 737.514 |

## 32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Passivos eventuais | | |
| . Garantias e avales | 3.976.560 | 3.547.352 |
| . Créditos documentários abertos | 600.899 | 459.752 |
| | 4.577.459 | 4.007.104 |
| Depósito e guarda de valores | 11.728.555 | 11.237.206 |
| | 16.306.014 | 15.244.310 |

## 33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Corporate Finance - inclui a actividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

- Negociação e vendas – compreende a actividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.

- Pagamento e liquidação – inclui a actividade relacionada com operações de crédito e débito.

- Banca comercial – inclui a actividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao sector público.

- Banca de retalho – compreende a actividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste

segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.

- Outros – Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

| | 2013 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Corporate Finance | Negociação e vendas | Pagamento e liquidação | Banca comercial | Banca de retalho | Outros | Total |
| Juros e rendimentos similares | 472.610 | 43.820 | - | 1.417.431 | 1.677.838 | - | 3.611.699 |
| Juros e encargos similares | (72.950) | (4.628) | - | (278.308) | (1.342.818) | - | (1.698.704) |
| **MARGEM FINANCEIRA** | 399.660 | 39.192 | - | 1.139.123 | 335.020 | - | 1.912.995 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 187.667 | - | - | - | - | - | 187.667 |
| Rendimentos com serviços e comissões | - | 101.238 | 56.371 | 37.893 | 182.831 | - | 378.333 |
| Encargos com serviços e comissões | - | (28.061) | (16.618) | - | (37) | - | (44.716) |
| Resultados de reavaliação cambial | - | 128.977 | - | - | - | - | 128.977 |
| Resultados de alienação de outros activos | - | - | - | - | - | (2.031) | (2.031) |
| Outros resultados de exploração | - | - | - | - | - | 70.377 | 70.377 |
| **PRODUTO BANCÁRIO** | 587.327 | 241.346 | 39.753 | 1.177.016 | 517.814 | 68.346 | 2.631.602 |
| Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações | (106.837) | - | - | (392.165) | (480.706) | 910.826 | (68.882) |
| | 480.490 | 241.346 | 39.753 | 784.851 | 37.108 | 979.172 | 2.562.720 |
| Outros gastos e redimentos | | | | | | | (2.343.177) |
| **Resultado do exercício** | | | | | | | **219.543** |
| Caixa e disponilbilidades em bancos centrais | - | 2.704.800 | - | - | - | - | 2.704.800 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | - | 503.495 | - | - | - | - | 503.495 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | - | 7.254.566 | - | - | - | - | 7.254.566 |
| Aplicações em instituições de crédito | - | 11.809.656 | - | - | - | - | 11.809.656 |
| Crédito a clientes | 3.725.823 | - | - | 15.923.334 | 19.518.392 | - | 39.167.549 |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | 730.371 | - | - | - | - | 730.371 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | - | - | 10.123.313 | 48.844.386 | - | 58.967.699 |

| | 2012 (pro-forma) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Corporate Finance | Negociação e Vendas | Pagamento e Liquidação | Banca Comercial | Banca de Retalho | Outros | Total |
| Juros e rendimentos similares | 446.578 | 51.663 | - | 1.462.948 | 1.790.886 | - | 3.752.075 |
| Juros e encargos similares | (113.269) | (14.026) | - | (270.852) | (1.214.536) | - | (1.612.683) |
| **MARGEM FINANCEIRA** | 333.309 | 37.637 | - | 1.192.096 | 576.350 | - | 2.139.392 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 186.517 | - | - | - | - | - | 186.517 |
| Rendimentos com serviços e comissões | - | 107.145 | 54.585 | 39.799 | 178.466 | - | 379.995 |
| Encargos com serviços e comissões | - | (29.738) | (15.983) | - | (62) | - | (45.783) |
| Resultados de reavaliação cambial | - | 147.353 | - | - | - | - | 147.353 |
| Resultados de alienação de outros activos | - | - | - | - | - | 361 | 361 |
| Outros resultados de exploração | - | - | - | - | - | 76.195 | 76.195 |
| **PRODUTO BANCÁRIO** | 519.826 | 262.397 | 38.602 | 1.231.895 | 754.754 | 76.556 | 2.884.030 |
| Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações | (32.659) | - | - | (61.773) | (75.620) | 51.892 | (118.160) |
| | 487.167 | 262.397 | 38.602 | 1.170.122 | 679.134 | 128.448 | 2.765.870 |
| Outros gastos e rendimentos | | | | | | | (2.413.910) |
| **Resultado do exercício** | | | | | | | **351.960** |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | - | 2.342.558 | - | - | - | - | 2.342.558 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | - | 816.608 | - | - | - | - | 816.608 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | - | 7.060.548 | - | - | - | - | 7.060.548 |
| Aplicações em instituições de crédito | - | 11.513.360 | - | - | - | - | 11.513.360 |
| Crédito a clientes | 3.913.987 | - | - | 16.421.317 | 20.102.360 | - | 40.437.664 |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | 541.719 | - | - | - | - | 541.719 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | - | - | 10.607.997 | 47.567.748 | - | 58.175.745 |

A totalidade da actividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

## 34. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, empresas associadas, e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

| | 2013 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Grupo Caixa Geral de Depósitos | | | | |
| | Estado de Cabo Verde | CGD | Associadas | Banco Interatlântico | Promotora | Associadas |
| **Activos:** | | | | | | |
| Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito | 1.509.685 | 48.795 | - | - | - | - |
| Aplicações em instituições de crédito | 10.424.891 | 1.145.195 | - | - | - | - |
| Títulos de dívida pública | 4.526.583 | - | - | - | - | - |
| Activos financeiros disponiveis para venda | 7.191.415 | - | - | - | 50.000 | - |
| Crédito a clientes | - | - | 308.101 | - | 97.136 | 308.101 |
| Outros activos | 1.023.459 | 19.318 | 3.933 | 12.732 | 536 | 3.933 |
| Imparidade | (33.409) | (19.267) | (11.459) | - | (10.841) | (11.459) |
| **Passivos:** | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | - | (135.207) | (21.735) | - | (135.207) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (339.514) | - | (61.743) | - | (35.064) | (61.743) |
| Outros passivos | (114.840) | - | (11.989) | - | - | (11.989) |
| **Extrapatrimoniais:** | | | | | | |
| Garantias recebidas | 1.763.130 | - | - | - | 150.000 | - |
| **Rendimentos:** | | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | 36.681 | 6.513 | - | - | - | - |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 186.600 | - | - | - | - | - |
| **Gastos:** | | | | | | |
| Juros e encargos similares | - | - | (2.205) | - | - | (2.205) |
| Encargos com serviços e comissões | - | (3.011) | (19.374) | - | - | (19.374) |
| Gastos gerais administrativos | - | - | (111.856) | - | (41.815) | (111.856) |
| Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações | - | 961 | 1.308 | - | - | 1.308 |

| | 2012 (pro-forma) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Grupo Caixa Geral de Depósitos | | | | |
| | Estado de Cabo Verde | CGD | Promotora | Banco Interatlântico | Promotora | Associadas |
| **Activos:** | | | | | | |
| Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito | 1.138.596 | 71.618 | - | - | - | - |
| Aplicações em instituições de crédito | 10.523.620 | 980.304 | - | - | - | - |
| Títulos de dívida pública | 3.357.248 | - | - | - | - | - |
| Activos financeiros disponiveis para venda | 6.999.638 | - | 50.000 | - | 50.000 | - |
| Crédito a clientes | - | - | 75.557 | - | 75.557 | 335.842 |
| Outros activos | 995.424 | 20.228 | 67 | 12.322 | 67 | 9.514 |
| Imparidade | (33.409) | (20.228) | (10.841) | - | (10.841) | (12.767) |
| **Passivos:** | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | - | - | (16.040) | - | (59.404) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (461.742) | - | (5.512) | - | (5.512) | (50.897) |
| Outros passivos | (54.523) | - | - | - | - | (11.666) |
| **Extrapatrimoniais:** | | | | | | |
| Garantias recebidas | 2.016.460 | - | 150.000 | - | 150.000 | 41.349 |
| **Rendimentos:** | | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | 33.119 | 9.420 | - | - | - | 17 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 185.452 | - | - | - | - | - |
| **Gastos:** | | | | | | |
| Juros e encargos similares | - | - | - | - | - | - |
| Encargos com serviços e comissões | - | (3.329) | - | - | - | (20.091) |
| Gastos gerais administrativos | - | - | (41.384) | - | (41.384) | (106.088) |
| Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações | - | - | - | - | - | 2.894 |

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

*Órgãos de gestão*

Em 2013, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração do Banco ascenderam a mCve. 24.960 (mCve. 26.625 no exercício de 2012).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 88.419 e mCve. 86.842, respectivamente.

## 35. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

*Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco*

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

*Risco cambial*

A Direcção Financeira e Internacional faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objectivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à actividade do Banco.

*Risco de mercado, liquidez e taxa de juro*

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

*Risco de mercado*

O sector financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e acções.

O Banco tem uma carteira de activos financeiros que possui alguma representatividade do activo, mas que não foi constituída com o objectivo de negociação, mas sim de investimento.

*Risco de liquidez e taxa de juro*

O controlo de liquidez é assegurado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DFI é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de activos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No sector bancário caboverdiano, o coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é de 18%, pelo que em caso de dificuldades os bancos têm uma maior capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de Novembro, do Banco de Cabo Verde, a DFI calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

A Direcção de Gestão de Risco produz ainda pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de activos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

| | 2013 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | Até 3 meses | Até 6 meses | Até 1 ano | Até 3 anos | Até 5 anos | Até 10 anos | Mais de 10 anos | Total |
| Activo | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 2.704.800 | - | - | - | - | - | - | - | 2.704.800 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 503.495 | - | - | - | - | - | - | - | 503.495 |
| Aplicações em instituições de crédito | 11.809.656 | - | - | - | - | - | - | - | 11.809.656 |
| Títulos de dívida pública | 101.701 | - | 69.248 | - | 981.225 | 1.655.864 | 1.718.545 | - | 4.526.583 |
| Crédito a clientes (valores brutos) | 6.804.098 | 2.332.869 | 1.924.832 | 773.227 | 3.943.256 | 4.000.280 | 7.683.192 | 15.607.389 | 43.069.143 |
| | 21.923.750 | 2.332.869 | 1.994.080 | 773.227 | 4.924.481 | 5.656.144 | 9.401.737 | 15.607.389 | 62.613.677 |
| Passivos | | | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (446.414) | (29.061) | (35.073) | - | - | (219.823) | - | - | (730.371) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (24.427.739) | (6.041.926) | (7.059.313) | (15.822.288) | (5.616.331) | (102) | - | - | (58.967.699) |
| | (24.874.153) | (6.070.987) | (7.094.386) | (15.822.288) | (5.616.331) | (219.925) | - | - | (59.698.070) |
| Diferencial | (2.950.403) | (3.738.118) | (5.100.306) | (15.049.061) | (691.850) | 5.436.219 | 9.401.737 | 15.607.389 | 2.915.607 |

| | 2012 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | Até 3 meses | Até 6 meses | Até 1 ano | Até 3 anos | Até 5 anos | Até 10 anos | Mais de 10 anos | Total |
| Activo | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 2.342.558 | - | - | - | - | - | - | - | 2.342.558 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 816.608 | - | - | - | - | - | - | - | 816.608 |
| Aplicações em instituições de crédito | 11.513.360 | - | - | - | - | - | - | - | 11.513.360 |
| Títulos de dívida pública | 509.039 | - | - | 610.848 | 741.253 | 931.542 | 564.566 | - | 3.357.248 |
| Crédito a clientes (valores brutos) | 6.285.587 | 1.788.399 | 2.142.428 | 2.040.092 | 3.241.743 | 3.397.742 | 7.792.723 | 16.806.259 | 43.494.973 |
| | 21.467.152 | 1.788.399 | 2.142.428 | 2.650.940 | 3.982.996 | 4.329.284 | 8.357.289 | 16.806.259 | 61.524.747 |
| Passivos | | | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (362.690) | (35.000) | - | - | - | (144.029) | - | - | (541.719) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (24.484.091) | (5.179.696) | (6.017.278) | (17.295.302) | (5.199.277) | (101) | - | - | (58.175.745) |
| | (24.846.781) | (5.214.696) | (6.017.278) | (17.295.302) | (5.199.277) | (144.130) | - | - | (58.717.464) |
| Diferencial | (3.379.629) | (3.426.297) | (3.874.850) | (14.644.362) | (1.216.281) | 4.185.154 | 8.357.289 | 16.806.259 | 2.807.283 |

*Risco de crédito*

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direcção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 20.000.

É da competência da DGR emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efectua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

*Risco de crédito*

*Exposição máxima a risco de crédito*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

| | 2013 | (Pro-forma) 2012 |
|---|---|---|
| Títulos de dívida pública | 4.256.583 | 3.357.248 |
| Aplicações em instituições de crédito | 11.809.656 | 11.513.360 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 7.254.566 | 7.060.548 |
| Crédito a clientes | 39.167.549 | 40.437.664 |
| | 58.231.771 | 59.011.572 |
| Garantias e avales | 3.976.560 | 3.547.352 |
| Créditos documentários abertos | 600.899 | 459.752 |
| | 4.577.459 | 4.007.104 |
| Exposição máxima | 67.065.813 | 66.375.924 |

*Qualidade de crédito concedido a clientes*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

| | 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Créditos com análise colectiva | | | | |
| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em *"Default"* | Outros saldos | Total |
| **Empresas** | | | | | |
| Crédito a empresas | | | | | |
| Vincendo | 8.867.162 | 2.372.339 | 2.393.734 | 97.521 | 13.730.756 |
| Vencido | 5.116 | 8.572 | 2.835.169 | - | 2.848.857 |
| | 8.872.278 | 2.380.911 | 5.228.903 | 97.521 | 16.579.613 |
| Garantias e créditos documentários a empresas | | | | | |
| Vincendo | 4.362.835 | 182.161 | 1.092 | | 4.546.088 |
| | 4.362.835 | 182.161 | 1.092 | - | 4.546.088 |
| **Retalho** | | | | | |
| Crédito à habitação | | | | | |
| Vincendo | 14.100.843 | 241.747 | 1.314.751 | | 15.657.341 |
| Vencido | 5.894 | 7.546 | 222.988 | | 236.428 |
| | 14.106.737 | 249.293 | 1.537.739 | - | 15.893.769 |
| Crédito ao consumo | | | | | |
| Vincendo | 1.138.918 | 8.284 | 45.169 | | 1.192.371 |
| Vencido | 618 | 920 | 34.947 | | 36.485 |
| | 1.139.536 | 9.204 | 80.116 | - | 1.228.856 |
| Pequenos negócios | | | | | |
| Vincendo | 870.643 | 45.130 | 200.074 | | 1.115.847 |
| Vencido | 490 | 3.661 | 129.104 | | 133.255 |
| | 871.133 | 48.791 | 329.178 | - | 1.249.102 |
| Outros créditos | | | | | |
| Vincendo | 1.586.497 | 210.624 | 328.551 | | 2.125.672 |
| Vencido | 20.234 | 6.100 | 148.984 | | 175.318 |
| | 1.606.731 | 216.724 | 477.535 | - | 2.300.990 |
| Garantias prestadas | | | | | |
| Vincendo | 31.371 | - | - | - | 31.371 |
| **Sector Público** | | | | | |
| Vincendo | 2.007.850 | 291 | - | | 2.008.141 |
| Vencido | - | - | 20 | | 20 |
| | 2.007.850 | 291 | 20 | - | 2.008.161 |
| Total crédito vincendo | 32.966.119 | 3.060.576 | 4.283.371 | 97.521 | 40.407.587 |
| Total crédito vencido | 32.352 | 26.799 | 3.371.212 | - | 3.430.363 |
| Total de crédito | 32.998.471 | 3.087.375 | 7.654.583 | 97.521 | 43.837.950 |

| 2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Créditos com análise colectiva | | | | |
| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em *"Default"* | Outros saldos | Total |
| **Empresas** | | | | | |
| Crédito a empresas | | | | | |
| Vincendo | 10.322.259 | 1.909.185 | 2.020.315 | 75.708 | 14.327.468 |
| Vencido | 4.322 | 10.428 | 1.976.849 | - | 1.991.598 |
| | 10.326.581 | 1.919.613 | 3.997.164 | 75.708 | 16.319.067 |
| Garantias e créditos documentários a empresas | | | | | |
| Vincendo | 3.869.175 | 9.353 | 16.454 | - | 3.894.982 |
| | 3.869.175 | 9.353 | 16.454 | - | 3.894.982 |
| **Retalho** | | | | | |
| Crédito à habitação | | | | | |
| Vincendo | 14.527.762 | 336.995 | 931.940 | - | 15.796.697 |
| Vencido | 7.097 | 9.993 | 195.618 | - | 212.707 |
| | 14.534.858 | 346.988 | 1.127.558 | - | 16.009.405 |
| Crédito ao consumo | | | | | |
| Vincendo | 1.174.051 | 12.044 | 54.728 | - | 1.240.823 |
| Vencido | 960 | 2.261 | 41.916 | - | 45.137 |
| | 1.175.012 | 14.305 | 96.644 | - | 1.285.961 |
| Pequenos negócios | | | | | |
| Vincendo | 1.185.708 | 32.426 | 153.525 | - | 1.371.659 |
| Vencido | 681 | 3.503 | 189.593 | - | 193.776 |
| | 1.186.389 | 35.929 | 343.117 | - | 1.565.435 |
| Outros créditos | | | | | |
| Vincendo | 1.738.476 | 177.006 | 291.644 | - | 2.207.125 |
| Vencido | 19.141 | 3.902 | 136.491 | - | 159.534 |
| | 1.757.616 | 180.909 | 428.134 | - | 2.366.659 |
| Garantias prestadas | | | | | |
| Vincendo | 45.924 | - | - | - | 45.924 |
| **Sector Público** | | | | | |
| Vincendo | 2.077.750 | 588 | 66.198 | - | 2.144.536 |
| Vencido | - | - | 77 | - | 77 |
| | 2.077.750 | 588 | 66.275 | - | 2.144.613 |
| Total crédito vincendo | 34.941.106 | 2.477.597 | 3.534.804 | 75.708 | 41.029.215 |
| Total crédito vencido | 32.201 | 30.087 | 2.540.543 | - | 2.602.831 |
| Total de crédito | 34.973.306 | 2.507.684 | 6.075.347 | 75.708 | 43.632.046 |

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 16.402.775, ascendendo a imparidade a mCve. 2.629.934. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.
Na coluna "Outros Saldos" foi considerado o valor de balanço bruto de créditos concedidos a entidades do grupo que não foram incluídos na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido pelo Banco.

*Justo valor*

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

| | 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos analisados | | | Saldos não analisados | |
| | Valor de balanço | Justo valor | Diferença | Valor de balanço | Valor de balanço total |
| *Activo* | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2.704.800 | - | - | - | 2.704.800 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 503.495 | - | - | - | 503.495 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 7.199.321 | - | - | 55.245 | 7.254.566 |
| Aplicações em instituições de crédito | 11.809.656 | - | - | - | 11.809.656 |
| Títulos de dívida pública | 4.526.583 | 4.467.829 | (58.754) | - | 4.526.583 |
| Crédito a clientes | 39.167.549 | 38.042.124 | (1.125.425) | - | 39.167.549 |
| | 65.911.404 | 42.509.953 | (1.184.179) | 55.245 | 65.966.649 |
| *Passivo* | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito | 730.371 | 726.642 | (3.729) | - | 730.371 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 58.967.699 | 58.981.787 | 14.088 | - | 58.967.699 |
| Outros passivos subordinados | 399.577 | 368.163 | (31.414) | (537) | 399.040 |
| | 60.097.647 | 60.076.592 | (21.055) | (537) | 60.097.110 |

| | 2012 (pro-forma) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos analisados | | | Saldos não analisados | |
| | Valor de balanço | Justo valor | Diferença | Valor de balanço | Valor de balanço total |
| *Activo* | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2.342.558 | 2.342.558 | - | - | 2.342.558 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 816.608 | 816.608 | - | - | 816.608 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 7.005.303 | 7.005.303 | - | 55.245 | 7.060.548 |
| Aplicações em instituições de crédito | 11.513.360 | 11.513.360 | - | - | 11.513.360 |
| Títulos de dívida pública | 3.357.248 | 3.359.819 | 2.571 | - | 3.357.248 |
| Crédito a clientes | 39.003.437 | 37.800.153 | (1.203.284) | 1.434.227 | 40.437.664 |
| | 64.038.514 | 62.837.801 | (1.200.713) | 1.489.472 | 65.527.986 |
| *Passivo* | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito | 541.719 | 537.478 | (4.241) | - | 541.719 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 58.175.745 | 58.275.355 | 99.610 | - | 58.175.745 |
| Outros passivos subordinados | 500.301 | 538.743 | 38.442 | (809) | 499.492 |
| | 59.217.765 | 59.351.576 | 133.811 | (809) | 59.216.956 |

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - O justo valor dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira foi determinado pelo Banco com base no valor do capital próprio divulgado no relatório anual do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" ajustado pelo diferencial face ao valor de mercado das obrigações detidas pelo Fundo;
  - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.387 e mCve. 2.415, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

    As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

*Análise de sensibilidade – Taxa de juro*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

| | **2013** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 1.453.534 | 691.751 | 337.702 | (322.401) | (630.464) | (1.207.066) |
| *Total activo sensível* | 1.453.534 | 691.751 | 337.702 | (322.401) | (630.464) | (1.207.066) |

| | **2012** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 920.628 | 426.614 | 205.459 | (189.671) | (367.891) | (684.391) |
| *Total activo sensível* | 920.628 | 426.614 | 205.459 | (189.671) | (367.891) | (684.391) |

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2013 e 2012, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

| | **Projecção margem financeira** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Exercício de 2013 | (343.953) | (171.977) | (85.988) | 85.988 | 171.977 | 343.953 |
| Exercício de 2012 | (323.996) | (161.998) | (80.999) | 80.999 | 161.998 | 323.996 |

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2013 e 2012, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

*Risco cambial*

*Decomposição de instrumentos financeiros por moeda*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

| | 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Escudos de Cabo Verde | Euros | Dólares Norte Americanos | Outras | Total |
| Activo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 2.080.438 | 506.686 | 70.692 | 46.984 | 2.704.800 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 85.605 | 238.224 | 167.033 | 12.633 | 503.495 |
| Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos) | 7.254.566 | - | - | - | 7.254.566 |
| Aplicações em instituições de crédito | 10.424.892 | 253.610 | 1.131.154 | - | 11.809.656 |
| Títulos de dívida pública | 4.526.583 | - | - | - | 4.526.583 |
| Crédito a clientes (valores brutos) | 41.202.274 | 1.866.869 | - | - | 43.069.143 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 268.320 | - | - | - | 268.320 |
| Outros activos | 1.122.612 | 6 | 52.248 | - | 1.174.866 |
| Imparidade acumulada | (4.082.907) | - | - | - | (4.082.907) |
| | 62.882.383 | 2.865.395 | 1.421.127 | 59.617 | 67.228.522 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | (509.590) | (218.988) | (1.793) | - | (730.371) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (56.416.464) | (1.177.058) | (1.365.777) | (8.400) | (58.967.699) |
| Outros passivos subordinados | (399.040) | - | - | - | (399.040) |
| Outros passivos | (197.604) | (254.935) | (24.197) | (8.897) | (485.633) |
| | (57.522.698) | (1.650.981) | (1.391.767) | (17.297) | (60.582.743) |
| Exposição líquida | 5.359.685 | 1.214.414 | 29.360 | 42.320 | 6.645.779 |

| | 2012 (pro-forma) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Escudos de Cabo Verde | Euros | Dólares Norte Americanos | Outras | Total |
| Activo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 1.703.168 | 502.036 | 91.291 | 46.063 | 2.342.558 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 64.178 | 410.195 | 315.729 | 26.506 | 816.608 |
| Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos) | 7.060.548 | - | - | - | 7.060.548 |
| Aplicações em instituições de crédito | 10.523.620 | 330.795 | 658.945 | - | 11.513.360 |
| Títulos de dívida pública | 3.357.248 | - | - | - | 3.357.248 |
| Crédito a clientes (valores brutos) | 41.630.240 | 1.857.671 | 7.062 | - | 43.494.973 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 232.356 | - | - | - | 232.356 |
| Outros activos | 1.452.945 | - | - | - | 1.452.945 |
| Imparidade acumulada | (3.199.203) | - | - | - | (3.199.203) |
| | 62.825.100 | 3.100.697 | 1.073.027 | 72.569 | 67.071.393 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | (393.649) | (144.309) | (3.761) | - | (541.719) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (55.728.913) | (1.363.966) | (1.075.513) | (7.353) | (58.175.745) |
| Outros passivos subordinados | (499.492) | - | - | - | (499.492) |
| Outros passivos | (974.094) | (84.918) | (203.785) | (4.371) | (1.267.168) |
| | (57.596.148) | (1.593.193) | (1.283.059) | (11.724) | (60.484.124) |
| Exposição líquida | 5.228.952 | 1.507.504 | (210.032) | 60.845 | 6.587.269 |

## 36. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da actividade bancária no País;

- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;

- Sustentar o desenvolvimento da actividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;

- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito.
De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)]x100

Em que:
FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.
VAPRC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Crédito.
VAPRTC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.
VEAPRO – Valor Equivalente em Activos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI), mais concretamente pela Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão (DPG), com o contributo da Divisão Internacional e Liquidez (DIL) no que concerne à determinação do Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Activos Ponderados pelo Risco de Crédito, Activos Ponderados pelo Risco de Mercado e Activos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respectivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de Dezembro de 2013:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Capital realizado | | | 1.318.648 | | |
| Prémios de emissão de acções e outros títulos | | | - | | |
| Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos | | | 3.400.385 | | |
| Resultados positivos transitados de exercícios anteriores | | | - | | |
| Resultados positivos do último exercício | | | - | | |
| Resultados positivos provisórios do exercício em curso | | | 219.544 | | |
| Desvios actuariais positivos (método do corredor) - não reconhecidos em resultados ou reservas | | | 470.164 | | |
| Interesses minoritários [1] | | | | | |
| **SOMA** | | | | 5.408.741 | |
| Activos intangíveis | | | 22.773 | | |
| Resultados negativos transitados de exercícios anteriores | | | 1.174.877 | | |
| Resultados negativos do último exercício | | | - | | |
| Resultados negativos provisórios do exercício em curso | | | - | | |
| Provisões adicionais | | | 308.819 | | |
| Reservas de reavaliação negativas | | | - | | |
| Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas | | | - | | |
| Acções próprias | | | - | | |
| Diferenças positivas de primeira consolidação [1] | | | - | | |
| Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial [1] | | | - | | |
| **SOMA** | | | | 1.506.469 | |
| **FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO** | | | | | 3.902.272 |
| Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer | | | - | | |
| **FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS** | | | | | 3.902.272 |
| Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis | | | - | | |
| Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro | | | - | | |
| Empréstimos subordinados e acções preferenciais | 398.790 | - | 398.790 | | |
| Outras reservas de reavaliação | | | 2.456 | | |
| Outros elementos | | | | | |
| **FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES** | | | | 401.246 | 401.246 |
| **FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES** | | | | | 4.303.518 |
| Participações a deduzir: | | | | | |
| Superiores a 10 % do capital | | | 45.343 | | |
| Inferiores ou iguais a 10 % do capital | 62.180 | - | 45.343 | | |
| Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio | 7.936 | - | 7.936 | | |
| Fundos próprios destinados a coberturas especificas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso nº 9/99) | | | | | |
| Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso nº 8/2007) | | | | - | |
| **FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO** | | | | | 4.250.239 |
| Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso nº 3/2007) | | | | - | |
| **FUNDOS PRÓPRIOS** | | | | | **4.250.239** |

[1] Apenas para a determinação de fundos próprios em base consolidada e base consolidada ajustada

No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adopção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*.

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adopção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Activos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de Março, é de 300 milhões de Escudos de cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do activo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respectivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 10%.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de Dezembro de 2013, ascende a 4,25 milhões de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Activo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 13,27%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, pelo que não são ainda exigidas algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de auto-avaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco, ou mesmo a utilização de *ratings* externos para aferição dos ponderadores de risco de crédito.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua actuação pela adopção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.